REVISTA

COR

LGBTQIA+

Nº 4

DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA: POLITICA, EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SOCIEDADE



COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 1, n. 4, jan. 2023
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

CURADORIA

ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ISABEL CECCON IANTAS | KLEIRE ANNY PIRES DE SOUZA | MARCIO NICOLAU | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

FOTOGRAFIA DA CAPA

KLEIRE ANNY PIRES DE SOUZA

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 4, v. 1 (jan. 2023). Curitiba, 2023.

Semestral.

Endereço eletrônico: https://corlgbti.wordpress.com

ISSN 2764-0426.

1. Pessoas LGBTQ+ - Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO E AVALIADOR

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 06

ARTIGOS CIENTÍFICOS 19

O estigma sobre o sufixo “ismo”: “homossexualismo” onde está a LGBTfobia? 20
Jean Carlo de Carvalho

Narrativas urbanas de MC’s trans e travestis nas seletivas estaduais para o duelo de MC’s nacional 38
Thayllany Mattos dos Santos
Conrado Neves Sathler

Presença e materialidade de identidades lésbicas na mídia impressa brasileira entre 2014 e 2020 58
Raabe Cesar Moreira Bastos
Gabriela Santos Alves

Acesso à justiça da população LGBTI+: uma análise a partir da Defensoria Pública 78
Kassia Hellen Marins
Olívia Pessoa
Luciana Silva Garcia

Trans-identidades e educação: cisnormatividade e políticas para pessoas trans 94
Keo Silva

ENSAIOS 109

A cor púrpura, de Alice Walker: compreender por que se tolera um comportamento intolerável é compreender como se pode sair dele 110
Maria Fernanda Pires
Renato Bernardi

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 117

Vivência de mulheres LBTQIAP+ no ambiente de trabalho: autoestima, segurança e saúde mental 118
Vithoria Curupana Figueira
Lehanna Aymeberê Schinkel
Eduardo Augusto Soares
Larissa Thaise Kern
Ana Caroline Pego
Adriana Maria Bigliardi

ROTAS 129

Cartografando (desin)formações docentes 130
Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)

ENTREVISTAS 139

O Brasil pós eleições de 2022: retorno ao passado ou possibilidade de um novo futuro? | Entrevista com Renan Quinalha 140
Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)

“Travesti não é bagunça!” | Entrevista com Erika Hilton 146
Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)

De preconceito à discriminação: desafios de activismo LGBT em Moçambique | Entrevista com activista feminista Roberto Paulo 152
Alberto João Nhamuche
Maria Manuel Baptista
Hélia Bracons Carneiro

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Estaríamos vivendo um período de "guerra"? A luta já se encerrou ou vivemos um período de trégua? Chamar os últimos momentos que enfrentamos de "guerra" não seria demasiado exagero? Quando pensamos nesta 4ª edição, nos pusemos a refletir sobre várias questões. Porém, o que gritava em nós era o período que atravessávamos: as eleições de 2022. Nossa postura foi, é, e sempre será, marcadamente política, pois não percebemos outra maneira de nos colocarmos no mundo senão essa. Apesar de serem as eleições caracterizadas, também, pelo partidarismo, o último pleito colocava muitas outras questões acima da escolha por A ou B. Fomos às ruas, e às urnas, escolher entre nossas vidas ou nossas mortes.

Durante os últimos seis anos, após o Golpe sofrido pela então presidenta, Dilma Rousseff, vivemos tempos sombrios, onde o medo nos assolava. Nossos direitos - pouquíssimos - até então conquistados, nos eram usurpados. A crueldade nos discursos, nos atos, no parlatório, na TV, nos grupos de *WhatsApp,* tornaram-se "comuns" e foram normalizados. Coincidência, ou não, o assassinato de pessoas trans ganhou força e atingiu números alarmantes, mantendo o Brasil no primeiro lugar do *ranking* de países que mais matam essa população (BENEVIDES, 2023). O que dizer, então, do GENOCÍDIO que assistimos durante a pandemia do Covid-19? Foram quase 700 MIL MORTES, das quais muitas poderiam ter sido evitadas se o governo anterior tivesse valorizado a vida (REINACH, 2022). Mas, de que vidas estamos falando? Daquelas que, por privilégio, puderam viajar para o exterior e se imunizarem, ou das vidas pobres, periféricas, negras, vulneráveis, subalternizadas (SPIVAK, 2018) que aguardavam, ansiosamente, por uma vacina que pudesse lhes resguardar?

Estes são, somente, alguns números que indicam mortes, violência, extermínio. Seria este, ou não, um cenário de guerra? Assim, decidimos: sim, estamos em guerra. Uma luta que ainda não acabou, embora tenhamos saído vitoriosos da última batalha. Lembramo-nos, então, de Jota Mombaça (2021), que nos diz: "[...] que a vitória recompense os que tiverem feito a guerra sem amá-la" (MOMBAÇA, 2021, p. 101). Não é sobre o fato de amar a guerra pela guerra, pelo simples desejo de guerrear, mas pela necessidade de lutarmos por nossas vidas subalternizadas, e não mais subalternas.

Assim, nos propusemos a apresentar a presente edição de modo diferente. Talvez

cartográfica, talvez autoetnográfica. Não importa. Quisemos deixar nossos sentidos falarem por nós, corporificados nas experiências que tivemos ao longo de nossas trajetórias, às quais nos reúnem em multidão (PRECIADO, 2011), tornando-nos "corpos em aliança" (BUTLER, 2018). Dando vazão àquilo que habita em nós, buscamos nas imagens do cotidiano os significados para a vitória da qual gozamos, mesmo que - talvez - momentaneamente. Estaríamos iniciando uma "vida nova"?

IMAGEM 1 - Fotografia da autoria 1



Fonte: Acervo pessoal, 2019

"Resolvi ir embora de minha cidade natal, extremamente conservadora, em virtude de vários processos de homofobia que lá vivi. Investi tudo o que tinha em uma vida nova, numa fase nova, a maior reviravolta na minha vida. As coisas foram acontecendo. Comecei um relacionamento, comprei um apartamento, comecei a descobrir a minha espiritualidade, a qual ainda estou descobrindo. Comecei a me aceitar mais sem medo de julgamentos. Nessa foto eu estava completamente nu na praia, como símbolo de vida nova. Agora que relembrei tudo isso, acabei me emocionando" (Autoria 1, 2023).

É preciso resistir. Passado o bom combate, agora somos (re)existência. Vidas e existências que se refazem, pois sabem da necessidade de *"guerrear perante um sistema que vai todo ao encontro da supremacia daqueles que já são exaltados por anos e que ao mesmo tempo exclui uma minoria, que luta pela equidade"* (Autoria 2, 2023).

IMAGEM 2 - Fotografia da autoria 2



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Apesar dos discursos que tentam, ainda, nos desqualificar, conhecemos bem contra quem lutamos. Uma luta que não é só nossa, mas pelo bem comum. A luta dos corpos dissidentes não consegue contentar-se unicamente com suas agendas. Se ume é importante, todes são importantes!

IMAGEM 3 - Fotografia da autoria 3



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Este palacete pertencia a um Monsenhor que vivia na Batatais de outrora. Anos depois de sua morte, a Prefeitura, por muito tempo, utilizou o espaço como a Casa da Cultura. Ali funcionava a biblioteca, aulas de danças, de instrumentos e outras atividades. Décadas mais tarde, devido a problemas entre a Prefeitura e a família do falecido dono do imóvel, este foi devolvido aos herdeiros e se encontra à venda por alguns milhões de reais. Um patrimônio belíssimo, histórico e tombado, fechado, sem compradores, definhando no tempo, enquanto a arte e a cultura ainda buscam reconstrução e resistência após estes últimos anos pandêmicos e de desgoverno neofascista. A ex-casa da Cultura já foi abrigo para pessoas em situação de rua, o que indignou os incautos que defendem a propriedade privada, mas rejeitam a justiça social e o direito à moradia. A foto é emblemática e a síntese aqui apresentada reforça que o capitalismo é barbárie e que a acumulação de riqueza acentua a desigualdade em nome do lucro e do poder (Autoria 3, 2023).

A guerra não é de agora. Não é "coisa nova" como dizem por aí. Nossa luta começa a ser travada antes mesmo de chegarmos a este mundo. O armário em que habitávamos era repleto de diferenciações (BRAH, 2006) e, por conseguinte, de desigualdades. Lá encontramos com aquelus que eram considerades a escória do mundo, pois tinham, e têm, desde sempre, seu destino traçado.

IMAGEM 4 - Fotografia da autoria 4



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Essa é uma fotografia da minha primeira parada [da diversidade], no ano que fui "assumida", enfrentando um processo muito doloroso, exposta a muitos traumas religiosos. Aquele dia, na rua, foi a primeira vez em que me senti "eu" de verdade. Senti que a máscara que precisava manter para sobreviver não era mais necessária, porque já não existia mais medo. Ao chegar e me juntar à multidão, percebi que não estava sozinha em lugar nenhum, estava com muitos, seja em presença física, seja no espírito daqueles que lutaram por mim, por nós. No momento em que tirei a foto, a luz verde acendeu, o centro da cidade parou para que nós pudéssemos passar. Uma cidade preconceituosa, onde a cultura do agronegócio e do machismo é a lei, foi "parada" pela nossa presença. Todos os sinais a partir dali eram explícitos, assim como aquele sinal verde, assim como a bandeira nas costas e como os amigos que estavam comigo, mesmo não pertencendo à sigla. Me senti parte de algo maior. Uma conexão verdadeira que não cessa, mesmo que não estejamos juntos, lado a lado. Sempre que olho para aquela bandeira, me lembro desse sentimento que jamais quero esconder de novo (Autoria 4, 2023).

Talvez o armário tenha sido nosso QG. Confabulamos contra o sistema branco-cisheteropatriarcal-classista-corponormativo que nos aprisionava. Fizemos da dor o alimento para nossa (re)ação. Reunimos munição pesada, pois tínhamos certeza de que o porvir traria momentos difíceis.

IMAGEM 5 - Fotografia da autoria 5



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Essa foto foi tirada em um encontro de um grupo de estudos do qual eu fazia parte em 2018, um pouco antes de iniciar a Marcha #MulheresContraBolsonaro, em Curitiba/PR, que ocorreu 29/09/2019. Neste momento, escrevíamos nossos cartazes para andarmos lado a lado em protesto contra a, na época, possível eleição de um candidato que atentava contra tudo que acreditávamos e, principalmente, contra nossa própria existência. Hoje, após o fim desse (des)governo, ao olhar para as fotografias tiradas naquele dia, há um misto de emoções: alívio pelo fim, felicidade pela vitória, tristeza por todos aqueles que não estão mais aqui e esperança de dias melhores (Autoria 5, 2023).

Nossa principal força estava na união de corpos dissidentes e marginalizados que nutriam um mesmo desejo, que desejavam traçar uma rota de fuga. No meio do caos, percebíamos a existência de lacunas, ou melhor, de frestas, muito pequenas, por onde poderíamos passar. Não deixamos de acreditar na possibilidade de um futuro diferente, até mesmo porque sempre lembramos e fomos grates por aquelus que já haviam passado e pavimentado o caminho até aqui por e para nós.

IMAGEM 6 - Fotografia da autoria 6



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Doeu chegar até aqui. O cistema construiu feridas em nós que, talvez, jamais se curem. Porém, as cicatrizes que carregamos em nossos corpos são histórias que contamos. Não queremos, com base nelas, construir um discurso romantizado, com requintes de superação. Mas elas são a corporificação da dor, a objetificação daquilo que fizeram de nós, e estão aqui para nos lembrar: NUNCA MAIS! Não haverá nada mais contra nós. Não haverá mais nada sobre nós sem nós, pois o povo do além margem decidiu que chegou a hora, não de migrar para o centro, pois ele não nos pertence, mas de exigir que aquilo que está para além dela, nas regiões fronteiriças, seja também reconhecido. E ai daqueles que não nos ouvirem!

Juntes, nossa meta se fez uníssona:

IMAGEM 7 - Fotografia da autoria 7



Fonte: Acervo pessoal, 2022

O nome ipê tem origem da língua indígena tupi e significa "árvore de casca grossa". Sua madeira incorruptível e indefinidamente durável lhe confere o símbolo de força e resistência. Na crença popular, fechar os olhos e imaginar um ipê-amarelo favorece a cura do corpo e da alma. E assim foi, durante o final do ano de 2022 que, enquanto professor, tive a oportunidade de ver esse ipê florescer no trajeto para a escola onde atuei, localizada na zona rural de uma cidade interiorana. Vê-lo era como o ESPERANÇAR de Paulo Freire, verbo este que desejamos para este 2023 (Autoria 7, 2023).

Esperançando, reunimos nossas tropas e iniciamos a marcha, sem rota definida. A indefinição é necessária nesta batalha, pois permite que adentremos nos mais diversos campos. Algumes atravessaram oceanos, continentes inteiros. Outres, foram às ruas para gritar o grito de todes nós. Outres, ainda, perceberam que o grande desafio estava em compor um exército que, ao invés de sair, pudesse adentrar às nossas próprias prisões. Mesmo que distantes fisicamente, nos colocamos unides em missão.

IMAGEM 8 - Fotografia da autoria 8



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Para além da cerca de arame que separa o complexo militar da esfera pública das ruas e pessoas, um jovem militar empunhando seu fuzil, com o olhar voltado para o horizonte, onde o dia iniciava seu despertar. Resolvi registrá-la, pois me fez pensar nas prisões (in)visíveis dos corpos. Corpos cerceados por regras, doutrinas morais, padrões, expectativas que aprisionam muito mais que arames. Corpos que almejam a intensidade intempestiva da existência, como o sol que ao amanhecer rompe o horizonte em cores, beleza e inventividades. Corpos prisioneiros de supostas "liberdades", empunhando por vezes, a cumplicidade com as limitações impostas pelo [cis]tema. Corpos que querem alçar outros voos, mas tem receio de bater as asas e deixar os ventos do caos fortalecer brilhantemente a vida que pulsa. Me pego, então, a pensar: por vezes, as prisões mais severas não são àquelas que conseguimos ver, mas àquelas que se tornaram tão comuns que não precisam mais de arames (Autoria 8, 2023).

Chegou a hora de traçarmos novas táticas e ocuparmos novos espaços. Em face do avanço de ideologias ultraconservadoras e reacionárias que assolaparam e assolapam nossas conquistas no campo dos direitos civis, torna-se necessário refletirmos sobre práticas outras que possibilitem nossa resistência. Assim, a presente edição reúne artigos científicos,

ensaios, relatos de experiência, rotas e entrevistas acerca dos Direitos Humanos de forma prática, possibilitando nossa união em multidão e posterior reação.

O primeiro artigo é intitulado ***O estigma sobre o sufixo "ismo": "homossexualismo" onde está a LGBTfobia?***, de autoria de Jean Carlo de Carvalho. O artigo discute o estigma existente sobre o sufixo "ismo" quando presente na palavra "homossexualismo", especificamente na língua portuguesa.

O segundo artigo chama-se ***Narrativas urbanas de MC's trans e travestis nas seletivas estaduais para o duelo de MC's nacional***, de autoria de Thayllany Mattos dos Santos e Conrado Neves Sathler. O trabalho é uma análise discursiva resultada de uma abordagem pautada pelos estudos culturais acerca das performances das/o MC's Yara, Bixarte e Winnit nas seletivas estaduais para o Duelo MC's Nacional 2020, evento de hip hop organizado pela Família de Rua (FDR) em Belo Horizonte, desde 2007, debaixo do viaduto de Santa Tereza.

O terceiro artigo é intitulado ***Presença e materialidade de identidades lésbicas na mídia impressa brasileira entre 2014 e 2020***, de autoria de Raabe Cesar Moreira Bastos e Gabriela Santos Alves. O artigo analisa os conteúdos das revistas Alternativa L e Brejeiras, mídias impressas destinadas à presença, materialidade e construção de identidades lésbicas, entre 2014 e 2020.

O quarto artigo é intitulado ***Acesso à justiça da população LGBTI+: uma análise a partir da Defensoria Pública***, de autoria de Kassia Hellen Marins, Olívia Pessoa e Luciana Silva Garcia. O artigo é um desdobramento do Relatório da Pesquisa População LGBTQIA+, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2022, com o objetivo de analisar as entrevistas envolvendo a Defensoria Pública, para identificar o acesso à justiça e a atuação da instituição em casos envolvendo violências contra a população LGBTQIA+.

O quinto artigo é intitulado ***Trans-identidades e eucação: cisnormatividade e políticas para pessoas trans***, de autoria de Keo Silva. O trabalho problematiza questões emergentes a respeito das trans-identidades no campo educacional, onde a questão da evasão/expulsão escolar, assim como as políticas de inclusão para pessoas trans, compõem a realidade precária nos espaços de ensino e produção de conhecimento.

Já na seção de ensaios, foi publicado o trabalho intitulado ***A cor púrpura, de Alice Walker: compreender por que se tolera um comportamento intolerável é compreender como se pode sair dele***, de autoria de Maria Fernanda Pires e Renato Bernardi. O ensaio visa entender a estrutura do sistema patriarcal, os efeitos da violência contra corpos femininos no âmbito brasileiro e medidas para sanar esse óbice.

Na seção de Relatos de Experiência, foi publicado o trabalho ***Vivência de mulheres LBTQIAP+ no ambiente de trabalho: autoestima, segurança e saúde mental***, de autoria de Vithoria Curupana Figueira, Lehanna Aymeberê Schinkel, Eduardo Augusto Soares, Larissa Thaíse Kern, Ana Caroline Pego e Adriana Maria Bigliardi. O trabalho é oriundo de uma Atividade de Curricularização da Extensão (Acex), que resultou em uma ação reflexiva e

informativa com um grupo de mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais acerca de sua vivência no ambiente de trabalho e as consequências disso na autoestima, segurança e saúde mental.

Na seção de Rotas, foi publicado o trabalho intitulado ***Cartografando (desin)formações docentes***, de autoria de Will Paranhos (William Roslindo Paranhos). O trabalho visa apresentar roteiro para fomentar a vazão das interioridades em processos de organização de atividades (desin)formativas, em defesa de uma educação pela/por/para as experiências.

Por fim, a seção de entrevistas publicou a entrevista realizada por Will Paranhos (William Roslindo Paranhos), com Renan Quinalha, intitulada ***O Brasil após eleições de 2022: retorno ao passado ou possibilidade de um novo futuro?***

A segunda entrevista publicada foi realizada por Will Paranhos (William Roslindo Paranhos), com Erika Hilton, intitulada ***"Travesti não é bagunça!"***.

Por fim, a última entrevista publicada é de autoria de Alberto João Nhamuche, Maria Manuel Baptista e Hélia Bracons Carneiro, com Roberto Paulo, intitulada ***De preconceito à discriminação, desafios de activismo LGBT em Moçambique***.

Convidamos toda a comunidade para a leitura da quarta edição da **Revista COR LGBTQIA+ - Direitos humanos na prática: política, educação, cidadania e sociedade**.

Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)
Isabel Ceccon Iantas
Kleire Anny Pires De Souza
Rogério Melo
Raphael De Andrade Ribeiro
Wezelley Campos França
Nizar Amin Shihadeh
Anabella Pavão da Silva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos" anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 11-20, 2011.

REINACH, Fernando. Estudo quantifica a tragédia causada por Bolsonaro na pandemia de covid-19 no Brasil. **Estadão**, 25 jun. 2022. Disponível em: www.estadao.com.br/ciencia/fernando-reinach/estudo-quantifica-a-tragedia-causada-por-bolsonaro-na-pandemia-de-covid-19-no-brasil/. Acesso em: 02 mar. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2018.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

O ESTIGMA SOBRE O SUFIXO "ISMO": "HOMOSSEXUALISMO" ONDE ESTÁ A LGBTFOBIA?

EL ESTIGMA DEL SUFIJO "ISMO": "HOMOSSEXUALISMO" ¿DONDE ESTA LA LGBTFOBIA?

Jean Carlo de Carvalho [1]

Resumo: este artigo tem como objetivo discutir o estigma existente sobre o sufixo "ismo" quando presente na palavra "homossexualismo", especificamente na língua portuguesa. Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa, buscou-se apresentar algumas perspectivas acerca do estigma existente sobre o sufixo "ismo", quando presente na palavra "homossexualismo", em contraposição as afirmações imprecisas sobre a temática. Foi encontrado que a homossexualidade ao longo da história foi alvo de inúmeros ataques, iniciados pelos discursos religiosos – em que as relações entre pessoas do mesmo sexo eram vistas como pecaminosas – e sucederam no discurso científico quando as relações homoafetivas começaram a ser pautadas como patologia. Desta maneira, há por parte da comunidade LGBTQIA+ uma constante busca por um termo representativo que fuja do discurso medicalizante e coloque as relações homoafetivas como componentes da sexualidade humana. Embora desde a década de 1990 não haja consenso sobre a expressão mais adequada, todos os autores discutidos no artigo impugnaram o uso do sobredito termo "homossexualismo" por afirmarem ser discriminatório. Conclui-se, portanto, que apesar de etimologicamente a terminação "ismo" não pender unicamente para o lado discriminatório, usá-la na palavra "homossexualismo" tendo em mente a historicidade por trás da palavra, levando-se em consideração a luta vivida pela comunidade LGBTQIA+ para fugir do discurso médico e patológico, se faz deveras insultuoso.
Palavras-chave: sufixo; homossexualismo; LGBTQIA+; etimologicamente.

Resumen: este artículo tiene como objetivo discutir el estigma existente sobre el sufijo "ismo" cuando está presente en la palabra "homosexualismo", específicamente en lengua portuguesa. A través de una revisión bibliográfica narrativa, buscamos presentar algunas perspectivas sobre el estigma existente sobre el sufijo "ismo", cuando está presente en la palabra "homosexualismo", en oposición a enunciados imprecisos sobre el tema. Se constató que la homosexualidad a lo largo de la historia ha sido blanco de numerosos ataques, iniciados por los discursos religiosos -en los que las relaciones entre personas del mismo sexo eran vistas como pecaminosas- y triunfaron en el discurso científico cuando las relaciones homoafectivas comenzaron a orientarse como una patología. De esta forma, la comunidad LGBTQIA+ está en constante búsqueda de un término representativo que escape del discurso medicalizante y sitúe las relaciones homoafectivas como componentes de la sexualidad humana. Si bien desde la década de 1990 no ha habido consenso sobre la expresión más adecuada, todos los autores discutidos en el artículo cuestionaron el uso del término "homosexualidad" antes mencionado, ya que afirmaron que es discriminatorio. Se concluye, por tanto, que si bien etimológicamente la terminación "ismo" no se inclina únicamente hacia el lado discriminatorio, utilizándola en la palabra "homosexualismo" teniendo en cuenta la historicidad detrás de la palabra, teniendo en cuenta la lucha que vive la comunidad LGBTQIA+ para escapar del discurso médico y patológico, se vuelve realmente insultante.
Palabras-clave: sufijo; homosexualismo; LGBTQIA+; etimológicamente.

1 INTRODUÇÃO

Não recentemente tem-se observado que há significativa reprovação quanto ao uso do termo "homossexualismo" para se referir aos integrantes da comunidade LGBTQIA+ [2] e suas vivências, sendo muito habitual ouvir-se a expressão, que é hoje considerada por militantes e estudiosos das pautas que envolvem este segmento populacional como

[1] Graduado em Ciências Sociais, Professor de Sociologia para os anos finais do ensino médio; Graduando do curso de Letras Português.

[2] LGBTQIA+: "sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, *queer*,

extremamente pejorativa.

No ano de 1973, a *American Phychology Association* (APA) retirou o termo "homossexualismo" da lista de distúrbios mentais nos Estados Unidos – embora o termo só tenha sido extinto da Classificação Internacional de doenças no ano de 1985. No Brasil, apesar da Constituição Federal de 1988 abarcar uma grande gama de direitos sociais de todos os segmentos populacionais, só foi adotada essa mudança efetivamente no ano de 1993, ano em que os países signatários das Nações Unidas vieram a ratificar as recomendações da Assembleia Mundial de Saúde, realizada em maio de 1990, o que remeteria a sobredita expressão "homossexualismo" a doença, dado o contexto histórico que foi atribuído a ela, e substituindo-a por outros vocábulos que seriam, segundo estudiosos, mais eximidos.

Nesse contexto, o presente artigo[3] discute sobre o estigma existente acerca do sufixo "ismo", quando presente na palavra "homossexualismo", especificamente na língua portuguesa. Buscou-se contrapor as afirmativas sobre a temática partindo-se da hipótese de que o termo "homossexualismo" é ultrajante para a comunidade LGBTQIA+.

De forma a tencionar sobre a motivação de tanta reprovação quanto ao uso do termo "homossexualismo", o estudo de caráter exploratório e qualitativo utilizou-se de revisão bibliográfica narrativa, discutindo a literatura disponível em meio digital[4] - através de artigos publicados em periódicos, livros, teses de mestrado e de doutorado disponíveis em bibliotecas digitais de universidades que disponibilizam seu acervo para o público, dentre outros.

O arcabouço teórico foi discutido de modo a elucidar a existência ou não de violência simbólica[5] no termo "homossexualismo", uma vez que ao tratá-las unicamente como sentenças insultuosas, observa-se que os responsáveis pela impugnação ao uso destas são, muitas vezes, tidos por outrem como impertinentes, inconvenientes e/ou exagerados, mesmo dentro de espaços em que há busca pela promoção da igualdade e discussão da temática.

De forma complementar, explana-se sobre as origens da palavra "Homofobia" e suas

intersexuais, assexuais e demais identidades de gênero e orientação sexual" (COSTA, 2022, p. 170). A sigla em questão, foi escolhida frente a outras siglas, como exemplo "LGBTI+", por uma questão estratégica, uma vez que de acordo com a perspectiva do autor, é mais popular entre pessoas que não participam de debates acadêmicos sobre os assuntos aqui propostos.

[3] A discussão presente neste artigo foi iniciada originalmente no TCC de Ciências Sociais realizado pelo autor no ano de 2018, para a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, intitulado "Professores LGBT e à docência: principais dificuldades encontradas por docentes LGBT no âmbito escolar". Recentemente, a discussão foi retomada e aprofundada em uma pesquisa feita para o TCC do curso de Letras – Português, do Centro Universitário Internacional – UNINTER.

[4] Não foram utilizadas técnicas sistemáticas de busca e análise bibliográfica. A pesquisa bibliográfica realizada foi do tipo narrativa, isto é, "convencional", tendo como base o conhecimento prévio do autor e a seleção arbitrária de textos, exclusivamente, para seleção e discussão dos textos.

[5] A noção de "Violência simbólica" aqui sugerida, é a criada por Pierre Bourdieu (1968), que nos apresenta a "uma forma de poder invisível, naturalizado e difundido a partir do compartilhamento, em larga escala, de sistemas de classificação e ordenamento do social, responsável não apenas por sustentar a ordem vigente, mas, sobretudo, contar com a cumplicidade involuntária mesmo daqueles por ela prejudicados [...] ganhando os contornos de uma oposição à violência real e visível" (MARTINO; MARQUES, 2022, p. 38).

variantes, dado que a violência simbólica referida acima é aqui tratada por LGBTFobia, sendo deveras oportuno trazer para a discussão ambos os termos, uma vez que são vocábulos etimologicamente próximos.

O artigo está estruturado em seções, nas quais serão tratados os seguintes temas: a) As palavras homossexualidade/homossexualismo e suas origens; b) A etimologia do "ismo"; c) homofobia e suas variantes; d) Considerações finais.

O artigo justifica-se por deparar-se com a urgência de haver obliteração da naturalização de termos que podem ser usados para rebaixar segmentos sociais, trazendo, contudo, explicações de forma fundamentada de acordo com o contexto sócio histórico e a etimologia de tais expressões, fugindo desta maneira de explicações superficiais e vazias sobre os motivos que as colocariam categoricamente como "violências simbólicas" frente aos grupos minoritários. Cabe destacar que não há pretensão neste artigo de esgotar o multifacetado tema, mas, sim, de contribuir para extirpar toda e qualquer expressão de discriminação.

2 AS PALAVRAS HOMOSSEXUALIDADE/HOMOSSEXUALISMO E SUAS ORIGENS

Ao longo da história, com base na moral sexual de determinada sociedade, as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo receberam diversas denominações, sendo até o século XIX adotado o termo latino Sodomia (PRESTES; VIANNA, 2007). O termo tem sua origem na Bíblia, mais especificamente no antigo testamento, no Livro de Gênesis, que faz referência as cidades de Sodoma e Gomorra, que teriam sido destruídas por juízo divino através de fogo e enxofre. "No relato do Génesis, lemos que Abraão se fixou na terra de Canaã enquanto o sobrinho, Lot, permaneceu nas terras de Sodoma, cujos habitantes são identificados como 'perversos e grandes pecadores" (RODRIGUES, 2012, p. 263).

Segundo os relatos bíblicos, os sodomitas eram praticantes de atos sexuais contra a natureza humana, sendo considerado sodomia "todo e qualquer ato sexual que não tivesse como fim a procriação, sendo um pecado frente a Deus" (PRESTES; VIANNA, 2007, p. 317). Verifica-se, assim, que a perversidade a qual alude a história narrada faz referência ao sugerido desejo dos sodomitas de "conhecer a homossexualidade", quando teriam supostamente pretendido atentar sexualmente contra os "Anjos do Senhor", que segundo descrição bíblica, foram hospedados por Lot. Este fato justificaria "o castigo de Sodoma e a condenação judaica das relações sexuais entre homens" (VAINFAS *apud* PRESTES; VIANNA, 2007, p. 316).

Com base nisso, até meados do século XIX a "sodomia" era tida como um pecado contra a moral divina e um crime de Estado, configurando-se como "pecado-crime". Era comum, por intermédio da Igreja e do Estado, em toda Europa neste período, aplicações de penas que variaram historicamente, de multas até as mais inimagináveis e sádicas punições, dentre as quais estava incluída a morte (TREVISAN, 2018).

Todavia, tal qual explanam Prestes e Vianna (2007), durante o suceder do século XIX a sodomia passou por um processo de "descriminalização", o que não significou que as questões relativas a relações homossexuais seriam consideradas como normais. Influenciada pelos ideais positivistas, a ciência passa paulatinamente a substituir a fé, e a burguesia começa a desenvolver o que Foucault (1976)[6] chamou de "*scientia sexualis*", tomado na época por "verdade sobre o sexo", e elegeria a heterossexualidade como "a única sexualidade útil e que deve possuir um funcionamento ótimo para o bem da sociedade como um todo" (PRESTES; VIANNA, 2007, p. 318).

Deste modo, as relações entre pessoas de mesmo sexo, que durante séculos foram caracterizadas por perversão sexual, passaram a ser vistas como patologias e estudadas como categoria especial da sexualidade humana. Dessarte, o vocábulo sodomia saiu de uso e as alcunhas usadas para se referir a relações homoeróticas variaram muito, até que surgisse o que entendemos hoje por homossexualidade (PRESTES; VIANNA, 2007). No que dizia respeito a homens *gays*, denominações como pederasta (de "pederastia" do grego clássico, significa amor-de-menino) e uranista foram as mais utilizadas. Quanto as relações sexuais entre mulheres, tornou-se comum entre a comunidade cientifica científica o uso de palavras como saphica, lésbica e tríbade (PRESTES; VIANNA, 2007).

É em meio a este contexto de definição de uma expressão única que pudesse caracterizar as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico que a palavra "homossexual" foi escrita pela primeira vez pelo jornalista e militante de direitos humanos austro-húngaro, Karl Maria Kertbeny (1868)[7], em um panfleto. Porém, como é elucidado por Luiz Antônio Andrade (2016), é apenas em 1870 que a expressão é alcunhada pela primeira vez em termos científicos pelo psiquiatra Carl Westphal, proposta pelo médico para designar "um desvio sexual, uma inversão do masculino e do feminino" (ANDRADE, 2016, p. 9). Alain Giami, em seu artigo *A medicalização da sexualidade* discorre:

> Tem-se, portanto, um primeiro momento durante o qual a homossexualidade começa a ser considerada como uma dimensão 'natural' e fundada sobre a defasagem e a inadequação entre o invólucro corporal e o espírito. Assim, os primeiros sexólogos tentam fazer sair a homossexualidade da categoria jurídica de 'contra a natureza', ressituando-a medicamente na ordem de uma variedade aceitável da natureza. Essa primeira forma de medicalização das perversões visa a subtrair um conjunto de condutas relativamente díspares, como a necrofilia e a homossexualidade, da influência da justiça penal, nelas 'encontrando' em certa medida uma determinação patológica (GIAMI, 2005, p. 274).

[6] O livro que Michel Foucault traz o conceito de "Scientia Sexualis" é "A História da Sexualidade I: A vontade de Saber", publicado originalmente na França em 1976. Neste artigo a versão utilizada, foi a 22ª edição traduzida da editora Graal, de 2012.

[7] Não há versões traduzidas e transcritas digitalmente do texto original, contudo a "Biblioteca Nacional Húngara possui o manuscrito de Kertbeny escrito em alemão, em 1868, no qual aparecem impressos pela primeira vez os termos homossexual, heterossexual e monosexual" (SANTOS, 2009, p. 25).

Assim, a homossexualidade sai do discurso político-religioso, envolto pela moral cristã, e entra oficialmente para o discurso médico como um hipotético desvio psíquico ou biológico, constituindo os estudos da psiquiatria, psicologia e medicina. Diante disso, não demorou para que a recém-criada sentença "homossexual" passasse a caracterizar os portadores de uma pressuposta doença da pulsão sexual, o "homossexualismo".

Embasando-se nas teorias de Benedict A. Morel (1857) sobre a degenerescência[8], em que há o princípio da transmissibilidade de tara, chamada "hereditária", que entre o passar dos séculos XIX e XX se buscou, através da ciência, uma cura para condutas homoafetivas. Diligenciou-se, assim, "as origens genéticas da homossexualidade por considerá-la no mínimo um fato de exceção, como bicho de zoológico, ou próximo à anomalia, como um rato induzido em laboratório" (TREVISAN, 2018, p. 31). Desta forma, a heterossexualidade, como ponto de vista dominante, se colocava como referencial e tentava alcançar uma origem para o que seria visto como um desvio de normalidade, passível de cura. Assim, o discurso científico hierarquizava as sexualidades e colocava a homossexualidade como uma doença degenerativa da sociedade que deveria ser combatida pelo estado e pela ciência, pois, colocava em risco a espécie humana.

Verifica-se, ainda, que a tentação equívoca dos próprios homossexuais em aceitar a existência de uma suposta "vocação genética" para a homossexualidade, "julgando que assim ficaria por definitivo afastada a possibilidade de condenar algo que seria natural e não escolha" (TREVISAN, 2018, p. 31), foi o que fez com que na segunda metade do século XIX o militante "uranista" supracitado criasse o termo "homossexual" e, como fruto disso, o vocábulo "Homossexualismo", buscando legitimar, como é colocado por Trevisan (2018), o discurso acima, e redimindo de culpa aqueles que seriam vocacionados pela genética a serem homossexuais. Isso de fato deu início a um novo capítulo na história da homossexualidade, que conta com a mudança de postura da ciência frente a esta questão, passando a ver o homoerotismo com curiosidade. Contudo, deve-se enfatizar que esta proposta demasiadamente ingênua seguiu apenas com lados negativos na história para pessoas LGBTQIA+.

Ainda acordo com Trevisan (2018), na primeira metade do século XX, legitimados pelas teorias eugênicas de que os homossexuais eram patógenos anormais, tal como os esquizofrênicos, os nazistas determinaram que estes fossem eliminados como sequela terminante para uma boa saúde social. Isso fez com que estes sugerissem práticas de aborto frente a afirmação de haver a possibilidade de identificar fetos homossexuais. Coexistindo ademais, a ideia de manipulação genética para que se pudesse evitar o nascimento de um bebê com práticas sexuais desviantes. Fato histórico vindo de ideais nazistas faz com que a

[8] "Teoria, elaborada na França, em meados do seculo XIX, pelos alienistas, em especial por B.-A. Morel (Traite des degenerescences physiques, intellectuelles et morales de l'espece humaine, Paris, 1857; Traite des maladies mentales, Paris, 1870), por V. Magnan (Leçons cliniques sur les maladies mentales, Paris, 1893) e por M. Legrain & V. Magnan (Les degeneres, eta mental et syndromes episodiques, Paris, 1895)" (FOUCAULT, 1999, p. 301).

sociedade abomine tal corrente ideológica e que se permita acreditar que a humanidade já superou isso de forma a tornar as ocorrências menos significativas para o cotidiano. Porém, isso se torna mais assustador ao trazer-se para a atualidade tais discursos como ingênuos estudos, por exemplo no caso de 2016, em que estudantes da Universidade da Califórnia, afirmaram "poder predizer se alguém seria homossexual ou heterossexual com até 70% de precisão, desdobrando a mesma ideia de exame do dna" (TREVISAN, 2018, p. 32), o que evoca a necessidade de se discutir este tópico, para que os discursos medicalizantes, clínicos e genéticos, jamais sejam mais pautados como uma hipótese científica para explicar a sexualidade humana.

Isto posto, alude-se ao fato de que no ano de 1973, os "Estados Unidos retirou a palavra 'homossexualismo' da lista de distúrbios mentais da *American Phychology Association* (APA), passando a ser usado o termo 'homossexualidade'" (ABGLT, 2009, p. 11) evocando-se aqui que foi a partir disso que se iniciou a questão referente a rejeição do sufixo "ismo". No Brasil, a homossexualidade foi retirada do código, 302.0, referente a desvios e transtornos sexuais da Classificação Internacional de doenças em 1985. Em maio de 1990, a Assembleia Mundial da Saúde, retirou o código 302.0 da Classificação Internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde, sendo que a nova classificação entrou em vigor entre os países membros das Nações Unidas em janeiro 1993. E como ainda é colocado no "Manual de Comunicação LGBT" da Associação Brasileira de LGBT's:

> Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que 'a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão', que 'há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio culturalmente' (qual seja, a heterossexualidade), e, especialmente, que 'a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações'. Assim, tanto no Brasil como em outros países, cientificamente, homossexualidade não é considerada doença (ABGLT, 2009, p. 11).

Remetendo o sufixo "ismo" a doença, dado o contexto histórico que foi atribuído ao termo que permeou as décadas até chegar na atualidade. Assim, o vocábulo foi substituído por homossexualidade, mesmo que ainda sobre essa expressão hajam muitos dilemas a serem discutidos.

Segundo Butler (2003), desde 1990 os estudos de gênero e a teoria *Queer* [9] se preocuparam em conceituar termos como homossexual, *gay*, homoafetivo, homossexualismo, homossexualidade, homoerotismo e homoafetividade. A própria teoria

[9] "A palavra *queer*, cujo sentido original era bizarro, excêntrico, estranho, passou a designar depreciativamente os homossexuais a partir do século XIX. Nos anos 1980, porém, a palavra foi reivindicada pelos grupos LGBT num processo de ressignificação em que se tornou valorativa. Com essa transformação de sentido, o termo começou a ser usado no sintagma "teoria *queer*", inicialmente pela feminista italiana Teresa de Lauretis" (SAFATLE *apud* FIGUEIREDO, 2018, p. 4).

Queer questiona a construção de uma identidade única e trata a homossexualidade e heterossexualidade como categorias de conhecimento e como status social e identitário" (SANTOS, 2008, p. 23).

Taques (2007) afirma que os termos homossexual, homoerótico e *Gay* são palavras que podem ser utilizadas para se referir aos sujeitos do mesmo sexo que se relacionam sexualmente, não implicando em nomenclaturas pejorativas. Enquanto o antropólogo Luiz Mott (1996), defende a permanência dos termos *gay* e homossexual, evocando a historicidade presente nos vocábulos que aludem a luta dos movimentos LGBTQIA+ a partir dos anos 70 e 80. O termo "homossexual", além disso, serviria como "guarda-chuva" para abranger todo o leque de "homossexualidades", todavia, sendo necessário trazer-se à tona a ideia de que muitos sujeitos homoeróticos não se consideram homossexuais, não sendo prudente utilizá-lo (TAQUES, 2007).

O termo *Gay* ainda é citado por Santos (2008), como o mais usado entre homens homossexuais, e de acordo com Silva (2001) teria surgido após o incidente de Stonewall, em Nova York, no dia 28 de junho de 1969, para fugir do cunho médico que a expressão homossexual carregaria. Concordando-se com Santos (2008) de que na atualidade a palavra homossexualidade se mostra mais politicamente correta, fundado no fato de que se trata de uma condição humana, sendo mais dinâmica e ampla que seu sinônimo "homossexualismo", por se tratar de um termo menos discriminatório e mais eximido. Tal como declara o supramencionado autor em referência aos vocábulos homossexualismo e homossexualidade respectivamente:

> O primeiro concebia uma doença, e o segundo é menos discriminatório, porque não é mais considerada como uma doença, todavia, homossexualidade ainda atenuava a ideia que há uma identidade, algo que caracterizasse as pessoas que praticam relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo (SANTOS, 2008, p. 25).

Para Costa (1992), o uso da sentença homoerotismo seria a que mais se enquadraria na tentativa da comunidade LGBTQIA+ de desconstruir qualquer visão que possa se ter sobre patologia ou anomalia frente às relações homoafetivas. Para o autor, tanto homossexualismo quanto homossexualidade relacionam-se a patologia degenerativa, desvio ou crime, pressupondo uma essência, uma marca latente a todas e todos da qual orientação sexual tende ao amor entre pessoas do mesmo sexo biológico e afirmando que os termos possuem uma forma substantiva indicativa de identidade. Santos (2008) discorre que:

> O conceito de homoerotismo pode ser a descrição plural das práticas ou dos desejos dos homens e mulheres que têm uma orientação sexual por pessoas do mesmo sexo. A conceituação afasta-se da premissa de que a orientação sexual de um sujeito possa ser um desvio, degeneração, anomalia, doença ou mesmo um conjunto de comportamento pré-determinado pela sociedade. A construção do homoerotismo abre ao sujeito homoerótico a possibilidade de sentir os mais variados desejos ou relações físicas de aspecto erótico por indivíduos do mesmo sexo biológico, não estando ligado com práticas pré-determinadas, mas sim com múltiplas subjetividades que a própria homossexualidade pode ter [...] (SANTOS, 2008, p. 25).

Oliveira (2006) dispõe o fato de entender as motivações que levaram Costa (1992) a fazer uso do termo "homoerotismo", concordando com os pontos de que se deve evitar alusões aos discursos medicalizantes que aludem a doenças, porém, ressalta que a sentença usada por Costa (1992), remeteria a concepção pré-existente de que *gays* são promíscuos sexualmente, problematizando o uso da palavra "erotismo" que teria relação apenas com o desejo sem levar em conta a afetividade das pessoas. Assim a autora afirma que prefere "adotar os termos homoafetivo e homoafetividade, pois, abarcam a prática sexual e o afeto entre as pessoas, sem fazer quaisquer referências a doenças, substâncias orgânicas ou psíquicas" (OLIVEIRA, 2006, p. 22).

Observa-se, portanto, que desde a década de 1970, há por parte da comunidade LGBTQIA+ um movimento de busca por termos que visam desassociar a homossexualidade do discurso médico e biologicista surgidos no século XIX, e que tratem as relações homossexuais como um dos estados da sexualidade humana tal como a heterossexualidade.

2.1 A ETIMOLOGIA DO "ISMO": AONDE ESTÁ A LGBTFOBIA?

Vanderlei Gianastacio (2008) afirma que o *-ismo* teria sua origem no grego, no sufixo *-ismós*, sendo-se que na língua grega não era formado um sufixo e sim uma terminação *-mós*, que era usada para estruturar substantivos de ação a partir de verbos. Assim, segundo o linguista, o sufixo que teve origem no grego teria passado para o latim através dos autores cristãos, sobrevivendo na Língua latina como *–ismus*. Segundo Gianastacio (2008), no latim o *ismo* sequer era um sufixo, sendo mais provável que ele:

> (...) tenha surgido no latim por meio de palavras transliteradas do grego que terminavam em - μ ό ς (mós), e como eram substantivos de ação, então terminavam em ι σ μ ο ς (ismós), como é o caso de Baptismos (β α π τ ι σ μ ο ς) (GIANASTÁCIO, 2008, p. 5).

(...), compreendendo que o -ó (ômicron) no -mós, substituído por -u no latim -ismus é uma alteração vocálica. Posteriormente, a desinência teria passado para o português como

-ismo, sendo intensamente divulgada com o surgimento da imprensa.

Com isso, há na história da língua portuguesa registro e ausência do sufixo nas mais diversas gramáticas.

> A partir do século XVII, já é possível encontrar um aumento significante na produção de vocábulos com o sufixo -ismo. Com menos de dez mil verbetes no século XVIII, percebe-se um crescimento para mais de trinta mil vocábulos no século XIX (GIANASTÁCIO, 2008, p. 6).

De acordo com Houaiss (2001 *apud* GIANASTÁCIO, 2008), no português o termo teria sido usado pela primeira vez em medicina, caracterizando uma intoxicação por agente obviamente tóxico, tal como os termos: absentismo, alcoolismo, etc. Com o despertar da ciência e das demais áreas do saber, a terminação contribuiu grandemente para a criação de novas palavras que designavam "movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos" (HOUAISS, 2001 *apud* GINASTACIO, 2008, p. 7). Assim, discorre-se ao fato de o sufixo ter "classes relacionais" que seriam referentes a: tipicidade, semelhança, atividade, quantidade, doença e filiação. Segundo o linguista:

> [...] os significados de formação de palavra relacionados à tipicidade, observando as paráfrases 'que é característico a X'. À semelhança, com a paráfrase 'que tem propriedade de X'; à atividade com a paráfrase 'sistema, ideologia, ou filosofia associado a X'; à quantidade, com a paráfrase 'coletivo de X'; à doença, com a paráfrase 'associada a X'; e à filiação com as paráfrases 'que é adepto de X', 'que é simpatizante de X', "que é partidário de X', 'que crê e se descreve V' (GIANASTÁCIO, 2009, p. 72).

Destaca-se, aqui, as classes relacionais que seriam respectivamente relativas a "atividade, doença e a filiação", pois, ao se debater sobre palavras pertencentes a essas três classes, numa visão social contemporânea, pode-se apresentar divergências quanto ao encaixe exato do vocábulo "homossexualismo", uma vez que pode valer-se de qualquer uma das três de acordo com a apresentação de tais classes gramaticais, invalidando em parte a ideia de que a palavra teria a intenção única de ofender, ou ser preconceituosa quando analisada de acordo com a menção ao sufixo supracitado. Porém, ao se recorrer, por exemplo, ao uso do sufixo com a classe atividade, depara-se com palavras que se atentariam a correntes filosóficas ou ideológicas, tais como cristianismo, vanguardismo, sindicalismo, marxismo, etc. - sendo estas palavras cotidianamente usadas, que possuem o -ismo como sufixo e sendo muito bem aceitas. Todavia, como é elucidado por Miskolci e Campana (2017), existem na atualidade vários grupos - religiosos e laicos - que tentam

fazer com que os movimentos de militância LGBTQIA+ sejam vistos como "ideológicos", abordando principalmente o termo "ideologia de gênero", de modo a desmerecer os movimentos sobreditos e colocar a sexualidade como algo que pode ser propagado de forma proselitista, não condizendo com a realidade, expondo-se mais um motivo pelo qual usar o termo "homossexualismo" é indevido.

Com isso, restaria, para refutar a ideia de politicamente incorreto do termo, apenas a classe relacional referente a filiação, se fazendo pensar que nessa classe o sufixo é constantemente utilizado em palavras como peronismo, varguismo, celtismo, bonapartismo, etc. Aqui, recorre-se ao mesmo fato observado no que diz respeito a questão da classe de atividade, pois ao usarmos a palavra nesse sentido colocaríamos o termo como algo partidário, ou relacionado a política, que pode ser selecionado, batendo novamente na tecla da sórdida "ideologia de gênero".

Fazendo alusão as afirmações de Gianastácio (2008), o que é "adepto a X", procederia como uma afirmação de 'opção' pela homossexualidade, estabelecendo-se aqui que "tanto pesquisadores/as como os próprios Movimentos LGBTQIA acreditam que seja contraproducente pensar a opção sexual como sendo algo legítimo" (DE OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2013, p. 5). "Simpatizante de X" se relacionaria diretamente com o que, segundo Michael Schulman (2013), a comunidade LGBTQIA+ conhece atualmente por "aliados", destacando-se que simpatizar com a causa não significaria ser necessariamente homossexual. E, por fim, como a homossexualidade não é um partido, não faria sentido justificar o uso do termo neste caso. Logo, como um Ouroboros, volta-se para o início, uma vez que ao lidar com o vocábulo justificando "o que crê e se descreve como X", tratar-se-ia a homossexualidade como uma escolha, crença ou percepção individual sobre si mesmo.

Moura (2018) reflete de acordo com a gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra (2007), constatando que o sufixo -idade pode formar novas palavras, sendo substantivos que expressam estado, situação, quantidade ou modo de ser. Desta forma, homossexualidade expressaria modo de ser, não sendo percebido diante da linguística com negatividade. Com isso, de acordo com o autor, "pensar na palavra homossexualismo e coloca-la em análise, é pensa-la enquanto texto que possibilita diversas interpretações pelos sujeitos" (MOURA, 2018, p. 103), considerando que havendo várias interpretações para tal palavra, deve-se pensar em como os sentidos estão em disputa na sociedade vigente. O autor discorre que:

> Essa censura, ou a patrulha do politicamente correto, no caso da palavra homossexualismo, se faz presente porque junto ao uso da palavra está por trás um discurso homofóbico. Não à toa, líderes religiosos que não concordam com a prática homossexual denominam como homossexualismo (MOURA, 2018, p. 107).

Fazendo-se refletir que, entre as pessoas que impugnam o uso do termo homossexualismo e as pessoas que usam o termo propositalmente de forma pejorativa, há uma disputa de poder: de um lado, a ideia de acentuar a história da sexualidade, que um dia, foi tratada pelo discurso médico e psiquiátrico como uma patologia através da palavra "homossexualismo"; do outro, as pessoas que usam indiscriminadamente este termo, fazendo-nos ponderar sobre o sentido pelo qual a palavra é realmente usada, deduzindo que os próprios "agentes antagônicos" da comunidade LGBTQIA+ presumem os sentidos da palavra antes de usa-la, realçando a violência simbólica de seus discursos, o que tornaria válida a luta da comunidade homossexual contra esse estigma criado sobre a palavra.

Com isso, crê-se aqui, no fato de que usar o termo homossexualidade ao invés de homossexualismo teria apenas a função de atenuar o preconceito existente, entendendo que em nível simbólico, seja um caminho rápido a ser seguido, mas que de modo algum se deve crer que com isso o preconceito finde, sendo necessárias lutas em diversos âmbitos para que isso suceda. Contudo, acordando o histórico de luta da comunidade LGBTQIA+, vemos que cada conquista foi feita a lentos passos e que o simbolismo em cada ato que remete a este seguimento populacional se faz presente na história da homossexualidade, seja no discurso religioso ou no científico, reconhecendo que a linguagem tem o poder de construir ideais e propagar discursos negativos, se fazendo necessária a desconstrução de cada menção que possa ser usada como violência simbólica contra grupos minoritários que já sofrem das mais diferentes maneiras em nossa sociedade, pois assim, talvez haja com isso, possibilidade de através da própria linguagem, levar para os indivíduos discursos que pautem diversidade e uma sociedade mais igualitária.

2.2 HOMOFOBIA E SUAS VARIANTES

Declarada a origem semântica e sócio história da homossexualidade, discorre-se aqui a origem do termo que faz referência ao preconceito que se volta a comunidade LGBTQIA+, percebendo que por mais que seja uma dissidência da palavra homossexual, ele veio décadas depois, visando explicar através do discurso médico os motivos pelos quais os indivíduos abominam as práticas homossexuais. De acordo com Borrillo (2010), o termo homofobia teria sido utilizado pela primeira vez em 1971 por Kanneth T. Smith, quando publicado em um artigo que visava analisar traços de personalidades homofóbicas. Borrillo (2010), afirma que a expressão "homofobia" só viria a compor os dicionários europeus (mais especificamente de língua francesa) no ano de 1998, sendo que nos anos anteriores o termo era totalmente ignorado, inclusive pelos "léxicos especializados".

Junqueira (2009) afirma que a expressão "homofobia" seria um neologismo criado pelo psicólogo norte americano George Weinberg (1972), agrupando dois radicais gregos – ομος (semelhante) e φόβος (medo), na tentativa de definir sentimentos negativos em

relação aos homossexuais e a homossexualidade. Weinberg utilizou definições específica e unicamente clínicas, afirmando que a homofobia seria "o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo" (WEINBERG *apud* BORRILLO, 2010, p. 21). Ao longo do tempo, procurou-se ressignificar este termo, buscando-se principalmente fugir do discurso clínico, mesmo que ainda possua "fortes traços do discurso clínico e medicalizante que lhe deu origem" (JUNQUEIRA, 2009, p. 4). Daniel Borrillo, em seu livro "A homofobia" aponta:

> A homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens ou mulheres. Segundo parece, o termo foi utilizado pela primeira vez nos EUA, em 1971; no entanto, ele apareceu nos dicionários de língua francesa somente no final da década de 1990: para Le Nouveau Petit Robert, 'homofóbico' é aquele que experimenta aversão pelos homossexuais; l por sua vez, em Le Petit Larousse, a 'homofobia' é a rejeição da homossexualidade, a hostilidade sistemática contra os homossexuais.2 Mesmo que seu componente primordial seja, efetivamente, a rejeição irracional e, até mesmo, o ódio em relação a *gays* e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a esse aspecto. Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irredutível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos (BORRILLO, 2010, p. 13).

A expressão homofobia, de acordo com os dicionários de língua portuguesa, é o termo que designa "repulsa contra a homossexualidade ou contra o homossexual". É comum associar-se a palavra homofobia apenas com um "ódio" ou "aversão" irracional a homossexuais, ou seja, ao discurso que lhe deu origem. Contudo, deve-se estender o conceito do termo buscando indicar que a palavra faz referência:

> (...) as situações de preconceito contra pessoas (homossexuais ou não), cujas características e expressões de gênero (gostos, vestimentas, estilos, comportamentos, etc.) não se enquadram nos modelos hegemônicos postos por tais normas (JUNQUEIRA, 2009, p. 375).

Como proposto por Guacira Lopes, "Homofobia, medo voltado contra os(as) homossexuais, pode-se expressar numa espécie de 'terror em relação à perda do gênero', ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher 'reais' ou 'autênticos" (LOURO, 1997, p. 29). Assim, como afirma Judith Butler (1999), os corpos se definiriam a partir de normas e leis que seguem o paradigma heteronormativo, e obedeceriam a um padrão binário de homem e mulher. Consequentemente, aqueles que não se encaixam nessas normas pautadas pela sociedade heterossexual teriam menos importância no contexto social, sendo vistos como indignos para se considerar "normais".

Consecutivamente, deve-se enfatizar as especificidades em que é remodelado esse "terror" reportando-se às lésbicas, bissexuais e às pessoas transexuais e travestis, fazendo-se concordância com aqueles que tem preferência pelos termos "lesbofobia", "bifobia" e "transfobia", procurando "destacar as singularidades de cada violência" (BENTO, 2017, p. 552), uma vez que se busca aqui dar visibilidade a essas especificidades, aproveitando a ideia trazida, para dar destaque a todas as letras que representam o LGBTQIA+, recorrendo sempre a termos que busquem respeitar a individualidade de cada um dos grupos que tornam os LGBTQIA+ uma comunidade tão diversificada, tal como transexualidade, travestilidade, bissexualidade, etc.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homossexualidade, ao longo da história, vem sendo alvo de múltiplos ataques, que tiveram início principalmente nos discursos religiosos que pregavam a "sodomia" como um pecado perante deus, se sucedendo no discurso científico quando as relações homoeróticas começaram a constituir os estudos de medicina, psicanalise e genética que as colocavam como uma patologia da qual se deveria buscar a cura. Posto isto, é possível afirmar que no decorrer de muitos séculos aqueles que se identificavam com a homoafetividade sofreram intensamente, seja diante das medidas sádicas acatadas pela igreja para punir os desvios sexuais pecaminosos, ou dentro das clínicas psiquiátricas que buscavam a todo custo tratar os comportamentos sexuais desviantes do que era imposto como normal. Com tudo isso, salienta-se que foi principalmente nas décadas de 1970 e 1980 que os LGBTQIA+ começaram a lutar pelos seus direitos, conseguindo em meados da década de 1990 os primeiros resultados de uma árdua luta por reconhecimento e respeito que dura até os dias atuais.

Logo, se deve destacar que a libertação dos estigmas que foram socialmente construídos ao longo dos séculos compõe a batalha da comunidade LGBTQIA+, havendo por parte deste segmento uma constante procura por um termo representativo que fuja do discurso medicalizante e coloque as relações homoafetivas ao lado da heterossexualidade como componente da sexualidade humana. Assim, as expressões *gay*, homossexualidade, homoerotismo ou homoafetividade foram pautadas por diversos autores, que se empenharam em encontrar um vocábulo que fosse o mais respeitoso possível para os LGBTQIA+ e rompesse com os paradigmas existentes. Não é possível afirmar se há entre esses um vocábulo mais ou menos correto, uma vez que não existe consenso sobre o tema. O fato é que todos autores aqui citados refutaram o uso do termo "homossexualismo", tal como afirma Santos (2008), por se tratar de um termo discriminatório. Assim sendo, no português, provavelmente pelo fato de o sufixo *-ismo* ter sido usado pela primeira vez no âmbito médico, assim que a palavra homossexualidade passa a vigorar nos EUA durante a

década de 1970, as reprovações quanto ao uso da terminologia *-ismo* se intensificaram, justificando a atual objeção da comunidade LGBTQIA+ com esta palavra precisamente.

Devaneia-se assim, que semanticamente, o sufixo *-ismo* não penderia para o lado discriminatório, tendo origem na língua grega como terminologia de verbos de ação. Ao passo que quando incorporada a língua portuguesa, de acordo com Gianastacio (2009), a desinência ganhou seis classes relacionais ao longo do tempo, que podem dar base para várias interpretações, das quais "Doença" é apenas uma delas. Logo, quando o vocábulo é substituído em documentos oficiais, pressupõe-se que a comunidade científica usava essa terminologia para se referir a uma patologia. Assim sendo, o sentido pejorativo que a palavra assume não se encontra propriamente no sufixo *-ismo,* e sim, na historicidade que a palavra adquiriu, fazendo emanar diversos sentidos negativos para um segmento populacional que necessita lutar por direitos básicos que ainda hoje lhes são negados. Percebendo mais ainda a simbologia existente acerca do termo, quando se verifica que os sujeitos que reproduzem a palavra de forma proposital o fazem de modo a acentuar o sentido ofensivo que a expressão receberia. Podendo ser percebida uma disputa de poder, entre pessoas LGBTQIA+ e pessoas que são contrárias a homossexualidade.

Portanto, é válido pautar o pensamento de Michel Pêcheux (1975), de que por mais racional que seja um discurso, ele nunca é neutro. Assim, fazer uso do termo homossexualismo, tendo em mente a historicidade por trás da palavra, se faz insultuoso, levando-se em consideração a luta vivida pela comunidade LGBTQIA+ para fugir do discurso médico que ao longo da história os estigmatizou causando-lhes muito sofrimento. Dessa forma, há sim, várias pessoas que fazem uso do termo sem intenção de ofender, por puro esquecimento ou desconhecimento, sendo altamente válido por parte dos lúcidos em referência a temática usar as oportunidades para fazer objeções quanto ao vocábulo. E por mais que o preconceito não esteja no sufixo usado, enfatizando que as impugnações contra a desinência não irão erradicá-lo, ao deixar evidente os motivos pelos quais a palavra é indevida, quem o faz cumpre o papel de informar pessoas que por diversos motivos não tiveram acesso a tal conhecimento.

Por fim, pode-se ressaltar que, como seu predecessor, o termo que caracteriza o preconceito, ou seja "homofobia", também busca a fuga do discurso clínico, evidenciando uma constante dedicação dos LGBTQIA+ em se libertar de qualquer discurso ultrajante e que possa depreciá-los perante a sociedade. Isso evoca a ideia de que as palavras, por si só, contam histórias, carregam discursos e tem o poder de disseminar informações.

Desta forma, aponta-se o fato de que "com ajuda de pessoas homofóbicas, a ideia da homossexualidade enquanto doença será um rastro, um fantasma [...] que impede direitos e que tenta silenciar/interditar a sexualidade" (MOURA, 2018, p. 109). Fazendo-se ponderar sobre a necessidade de se usar todas as armas disponíveis nessa contínua disputa pelo sentido, até que finalmente a ideia da homossexualidade como doença seja vista pelas

gerações futuras como perspectiva inaceitável, e a intolerância seja tão condenável quanto a homossexualidade foi no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT. **Manual de comunicação LGBT**: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Curitiba: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2009.

ANDRADE, L. A. T. **A homossexualidade masculina nas religiões de matrizes africanas.** TCC (especialização) – Programa de pós-graduação em Ciências da Religião, Especialização – Religiões e religiosidades afro-brasileiras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11021/1/luizantonioteixeiradeandrade.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Brasiliense, 2017.

BORRILLO, Daniel. **A homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte, Autentica, [2000] 2010.

BOURDIEU. Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivo do "sexo". *In*: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Jurandir F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Wellington S. Discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+: relatório da pesquisa. **Legalis Scientia**, Santos, 170-177. Disponível em: https://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php/direito/article/view/1438. Acesso em: 17 jan. 2023.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista; MAIO, Eliane Rose. **Opção ou orientação sexual**: onde reside a homossexualidade?. III Simpósio Internacional de Educação, Maringá**,** 2013. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/diversidade_sexual/3-02.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

FIGUEIREDO, E.. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 40-55, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I**: a vontade de saber. 22. edição, São Paulo, Graal, [1976] 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France, (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIANASTACIO, Vanderlei. **A presença do sufixo -ismo nas gramáticas da língua portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a partir do Dicionário de Língua Portuguesa Antônio Houaiss**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, 2009.

GIANASTACIO, Vanderlei. **O Sufixo -Ismo na História da Gramáticas da Língua Portuguesa e sua produtividade a partir do dicionário de Língua portuguesa Antônio Houaiss.** São Paulo, p. 1-18, 2008. Disponível em: http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaA1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

GIAMI. Alain. A medicalização da Sexualidade. Foucault e Lantéri-Laura: história da medicina ou história da sexualidade? **PHYSIS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 259-284, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000200005. Acesso em: 19 ago. 2021.

JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Lexikon, 2007.

LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SÁ MARTINO, Luís Mauro; SALGUEIRO MARQUES, Ângela Cristina. Violência simbólica, sociedade do desempenho e vivências da alteridade: aproximações entre leituras de Han e Bourdieu. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 14, 2022.

MISKOLCI; CAMPANA. Richard & Maximiliano. Ideologia de Gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n.3, p.725-747, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias. Da morfologia ao discurso: O caso do sufixo -ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista Ribanceira**, Belém, n. 15, p. 99-111, 2018. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/2139#:~:text=Este%20trabalho%20faz%20uma%20an%C3%A1lise,patologia%20que%20esse%20mecanismo%20apresenta. Acesso em: 20 jul. 2021.

MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. *In*: VELHO, G.; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

OLIVEIRA, Tais Leal. **Teoria Queer e estigma**: a construção de performances homoafetivas em narrativas de histórias de vida. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP. Ed: Unicamp. 4ª edição, [1975] 2009.

PRESTES; VIANNA. Érica A. & Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil**: da Sodomia ao homossexualismo. Belo Horizonte, editora PUC MINAS, p.313-392, 2007. Disponível em: https://vetustup.files.wordpress.com/2013/05/historia-da-criminalizacao-da-homossexualidade-no-brasil-da-sodomia-ao-homossexualismo-tc3balio-l-vianna.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

RODRIGUES, Nuno Simões. Sodoma e Gomorra em Pompeios. **Arys**, Lisboa, n. 10, p. 259-274, 2012. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38204/1/Sodoma_e_Gomorra_em_Pompeios.pdf.

Acesso em: 20 jul. 2021.

SANTOS, D. B. **Cultura Política Homoerótica entre a Grécia antiga e a (Pós)Modernidade**: Cientificismo, Literatura e Historiografia. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SANTOS, Izaac Azevedo. **Narrativas de um adolescente Homoerótico**: Conflitos do 'eu' na rede de relações sociais da infância à adolescência. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

SCHULMAN, Michael. Assexuados, bichas & cia: a nova geração gay nas universidades dos EUA. Tradução: Clara Alain. Texto originalmente publicado no jornal "The New York Times". Folha de S. Paulo. São Paulo, 17 de fev. de 2013. Seção Comportamento, s/p. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/94158-assexuados-bichas-ampcia.shtml. Acesso em: 20 jan. 2023.

SILVA, A. N. N. **A questão da identidade homossexual e sua influência nos padrões de consumo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, 2001.

TAQUES, Fernando José. **Reconhecimento e Identidade**: Tensões no Movimento GLBT. *In*: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis, 2007.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª edição, São Paulo, Objetiva, 2018.

Recebido em 09/11/2022
Aceito em 06/02/2023

NARRATIVAS URBANAS DE MC'S TRANS E TRAVESTIS NAS SELETIVAS ESTADUAIS PARA O DUELO DE MC'S NACIONAL

URBAN NARRATIVES OF TRANS AND TRAVESTIS MC'S IN THE STATE SELECTIONS FOR THE NATIONAL MC'S DUEL

Thayllany Mattos dos Santos [1]
Conrado Neves Sathler [2]

Resumo: esta análise discursiva é resultado de uma abordagem pautada pelos estudos culturais acerca das performances das/o MC's Yara, Bixarte e Winnit nas seletivas estaduais para o Duelo MC's Nacional 2020, evento de hip hop organizado pela Família de Rua (FDR) em Belo Horizonte, desde 2007, debaixo do viaduto de Santa Tereza. Com recorte de gênero, pautado na participação de pessoas transgêneras, se faz uma análise discursiva das subversões narrativas operadas pelas/o MC's através da apropriação de ferramentas do método etnográfico utilizados na antropologia digital. O estudo busca compreender como MC's constroem performances a partir das ideias de identidade e resistência, reivindicando, assim, um lugar para si no espaço de produção cultural urbana.
Palavras-chave: estudos culturais; movimentos urbanos; rap; resistência; subjetividade.

Abstract: this discursive analysis is the result of an approach guided by cultural studies about the performances of MC's Yara, Bixarte and Winnit in the state selections for the National MC's Duel 2020, a hip hop event organized by Família de Rua (FDR) in Belo Horizonte, since 2007, under the Santa Tereza viaduct. With a gender focus, based on the participation of transgender people, a discursive analysis is done with the narrative subversions operated by the MC's through the appropriation of tools of the ethnographic method used in digital anthropology. The study seeks to understand how MC's build performances from the ideas of identity and resistance, thus claiming a place for themselves in the space of urban cultural production.
Keywords: cultural studies; urban movements; rap music; resistance; subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

O Canal YouTube da *Família de Rua*, pertencente ao nicho das *batalhas de rimas,* se encontra presente na plataforma desde 22 de março de 2008, é um dos representantes da cultura urbana brasileira na contemporaneidade e encerrou o ano de 2021 com 545 mil inscritos, 1.926 vídeos publicados e uma edição diferenciada das seletivas estaduais para o Duelo MC's Nacional, que foi (re)formatada para os contextos digitais devido à pandemia 2020.

O coletivo *Família de Rua* realiza *batalhas de rimas*, em Belo Horizonte, desde 2007. Entre os eventos e as edições se encontra o Duelo MC's Nacional, competição anual de improviso, no qual jovens *MC's* (Mestres de Cerimônia) de diferentes estados brasileiros

[1] Doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ. Grupo de pesquisa Território, Discurso e Identidade (TDI), Interesses: Antropologia digital, Análise do Discurso, Estudos Culturais, Mov Urbanos e Interseccionalidade.

[2] Doutor em Linguística Aplicada - Unicamp. Professor da UFGD, atua no curso de Psicologia, na Res Multiprofissional em Saúde e nos programas de Pós-Grad em Psicologia e Antropologia. Experiência: Modos de Produção de Subjetividade, Discurso, Políticas Públicas e Ensino de Psicopatologia.

protagonizam *batalhas* improvisadas ao som do *beat*[3] colocados por *DJs*.

Nessa edição das seletivas estaduais 2020, participaram 8 *MC's* por estado inscrito, exceto pelo Acre com 7 *MC's* selecionada/os. 26 estados se inscreveram - o Rio Grande do Norte optou por não participar. Com 207 *MC's* selecionadas/es/os, participaram 35 mulheres, entre elas, 2 rimadoras travesti: a *MC* Yara da seletiva do Pará e a *MC* Bixarte da seletiva da Paraíba e 1 rimador (homem-trans), o *MC* Winnit da seletiva de São Paulo.

Compreendemos que análise discursiva das rimas da *MC* Yara, da *MC* Bixarte e do *MC* Winnit perpassa o campo teórico dos estudos culturais e da sua relação com os estudos em comunicação, na qual a natureza relacional do processo comunicativo direciona a crítica das relações de poder como entremeada em uma perspectiva de hegemonia cultural e resistência.

Afirmamos, assim, a relevância de produzir uma análise discursiva das batalhas de rimas com participação de pessoas trans nas seletivas estaduais 2020 como forma de revelar as formas de resistência das identidades dissidentes em um cenário dominado por homens-cis e ocupado por mulheres trans, travestis, cis e homens-trans. Nesse sentido, estamos dispostos a pensar a cultura hegemônica e a resistência de gênero, nas relações que estabelecem entre si, destituídas de qualquer pretensão totalizadora.

Entendemos as *batalhas de rimas* como lugares privilegiados de formações culturais juvenis para analisar resistência e hegemonia por meio das práticas discursivas de *sujeitos* [4] nas *batalhas de rimas*. Para constituir essa análise, esclarecemos que pensamos resistência de maneira interseccional[5], portanto, inumeráveis possibilidades de interação entre cultura hegemônica e identidades dissidentes. Com isso, o estudo das identidades abre o leque para compreensão das posições assumidas por *sujeitos*.

É buscando uma compreensão dos processos de resistência presentes nas rimas improvisadas por *MC's* que tomamos como objeto de análise as 7 batalhas das seletivas estaduais 2020, na qual *MC's* transgêneros duelaram. As seletivas foram divididas em 3 fases: primeira fase, semifinal e final, dessas etapas, a *MC Yara* foi eliminada na primeira fase, os demais *MC's* competiram nas 3 fases. Procuramos analisar como *sujeitos,* a cada batalha de rima, se apropriam de diferentes elementos pertencentes ao discurso de cultura Hip Hop para configurar uma *ideologia* específica de resistência.

Dessa forma, compreendemos as batalhas de rimas como um processo de ser afetado[6],

[3] Instrumental.

[4] Em uma carta à edição brasileira a ser anexada no livro, Memória da Plantação: Episódios de racismo cotidiano, Kilomba (2019) crítica a profunda falta de reflexão e teorização da história e das heranças coloniais e patriarcais "no original inglês, o termo subject não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino – o sujeito –, sem permitir variações no gênero feminino – a sujeita –, ou nos vários gêneros LGBTTQIA+ – xs sujeitxs –, que seriam identificadas como erros ortográficos." Pela urgência de se encontrar novas terminologias que incluam as diferenças de gênero a escritora opta por colocar sujeitos em itálico, tal qual esse estudo a modo de ser mais inclusivo.

[5] De acordo com Kimberlé Crenshaw (1991), a interseccionalidade pensa a identidade e sua relação com o poder de maneira sensível e simultânea, não sendo exclusiva para mulheres negras, pois entende que mulheres não negras, trans e travestis devem pensar de maneira articulada suas experiências identitárias.

[6] Segundo Fravet-Saada (2005), o ser afetado caracteriza-se pelo processo de familiarizar-se com o estranho, ou seja, tornar-se o estranho familiar.

que torna viável explicitar embates culturais no âmbito da negociação. Com isso, analisamos as rimas improvisadas a partir dos diversos discursos que circulam em nossa sociedade, da forma como são apreendidos, elaborados e apropriados por *sujeitos,* nas relações sociais, constantemente tensionadas. Para, quem sabe, fazer emergir dessas considerações algo do que se constitui a resistência LGBTQIAP+.

2 PELA URGÊNCIA DE SE ENCONTRAR NOVAS TERMINOLOGIAS QUE CONTEMPLEM SUJEITOS NÃO-CISGÊNERO

Transfeministas, produtoras e intelectuais como: Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2013, 2014) e Hailey Alves (2012) têm (des)construído uma discussão densa sobre transfeminismo e identidade de gênero pensando, assim, inclusão social das pessoas não-cisgênero, como é o caso de transgêneros ou pessoas trans e a demolição de práticas e discursos transfóbicos.

Para Gomes de Jesus (2012), são chamadas cisgênero as pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, ou seja, "é menina ou menino?". Na música Faces, a *MC* Bixarte discorre: *você pode até não acreditar, parece mágica abracadabra, mas os seus fuzil são de palavra*. A palavra assume lugares de resistência, opressão, deslocamento, transformação e repetições, entre outros. Muitos discursos apreendidos obedecem a uma linguagem binária cisheteropatriarcal, contudo, nem todas as pessoas se enquadram nesse modelo compulsório de cisgeneridade, sendo elas denominadas não-cisgênero. As pessoas não-cisgênero não se identificam com as determinações impostas ao gênero, como é o caso de transgêneros ou trans[7].

Ainda de acordo com Gomes de Jesus (2012), as travestis vivenciam papéis de gênero feminino. Nem todas as travestis se reconhecem mulheres, muitas delas, acreditam ser membros de um terceiro gênero ou de um não gênero, ou seja, da não-binaridade. Já, o homem trans é a "pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam transhomens ou Female-to-Male (FtM)" (GOMES DE JESUS, 2012, p. 27). Portanto, pensamos, a partir das performances das MC's Yara e Bixarte e do MC Winnit, os discursos de resistência.

Segundo Gomes de Jesus e Alves (2012), o transfeminismo reconhece a interseção entre diferentes subjetividades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas em curso em nossa sociedade. Não estando de acordo com as opressões, busca empoderar as pessoas a auto-aceitação de seus corpos, "idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza" (GOMES DE JESUS; ALVES, 2012, p. 8), assim como todas as expressões sexuais das pessoas transgêneros ou identidade sexual possível.

[7] Forma coloquial de se referir as pessoas transgêneros.

De acordo, ainda, com Gomes de Jesus (2014), não podemos deixar de considerar as contribuições de pós-estruturalistas para o feminismo, tais como: crise da noção de sujeitos, alteridade e diferença, de pensadores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, as quais ressaltam o caráter histórico-social da construção e percepção das diferenças de gênero. Essa perspectiva teórica reitera um ponto essencial comumente invisibilizado em leituras generalistas a respeito de homens e mulheres como grupos consistentes. Não pode ser ignorada a existência de heterogeneidade interna nos conjuntos considerados masculinos e femininos, falhando na compreensão das interseções entre gênero e outras dimensões, tais como raça, classe social, localidade, fatores culturais, ambientais e comportamentais e idade, entre outros, o que repete cis-temas[8] de desigualdade.

3 INTERSECCIONALIDADE: UMA SENSIBILIDADE ANALÍTICA

O conceito de interseccionalidade foi sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1991), compreendendo seu arranjo como sensibilidade analítica que pensa de forma simultânea a subjetividade e a sua relação com o poder, originalmente criado em nome das mulheres negras. Esse conceito trouxe visibilidade para vários elementos invisíveis dentro de diferentes grupos vulneráveis, mas as diferenciações de gênero acontecem dentro e fora de grupos oprimidos, a exemplo, homens negros (re)produtores da estrutura patriarcal sexista, portanto machista e transfóbica.

Estudos interseccionais foram pensados, articulados e produzidos por autoras negras. A ferramenta interseccionalidade não é exclusiva para mulheres negras (MN), sendo de interesse social que transgêneros, pessoas com deficiências, imigrantes e mulheres não-negras (M-NN), assim como os movimentos feministas, LGBTTQIAP+ e antirracistas, entre outros, pensem de modo articulado suas experiências identitárias na inseparabilidade do racismo, colonialismo e cisheteropatriarcado produtores dessas avenidas identitárias em que transgêneros são repetidas vezes atingidas/es pelo cruzamento e sobreposições de gênero, raça e classe.

A interseccionalidade é um instrumento de luta por visibilidade e inclusão, contra as diferentes formas de opressão vivenciadas por pessoas frente às vulnerabilidades que refletem intersecções de racismo, sexismo, opressão de classes, estruturas fóbicas e capacitismo, entre outras. No livro Interseccionalidade, de Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é definida como ferramenta que visa dar instrumentalidade teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. A interseccionalidade é capaz de produzir simultaneamente sensibilidade analítica para pensar a subjetividade e a sua relação com o poder.

É importante posicionar que:

[8] Faz referência a palavra “sistema” pensada pelos modelos cisheteropatriarcal.

> A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisasse quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Segundo Crenshaw (1991), a interseccionalidade nos permite enxergar a colisão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, falha o movimento negro pelo caráter machista, oferecendo ferramentas metodológicas reservadas as experiências apenas do homem negro.

> Segundo a profecia de iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto da interseccionalidade, que responde com a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente e espírito (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

Como forma de resgate e valorização da ancestralidade ladina amefricana[9] (GONZALEZ, 2020) na intersecção das linhas e versos falados nas batalhas de rimas, portanto, refletimos as produções periféricas das/os filhas/es/os do atlântico, nessa travessia em busca pela retomada que tomamos como posicionamento acadêmico a interseccionalidade.

4 RESISTÊNCIA COMO RECURSO DA REPRESENTAÇÃO

A noção de resistência tem sido empregada indiscriminadamente, por isso utilizamos a divisão esquemática de noções modernas e pós-modernas de resistência presentes na obra Reinvenções da resistência juvenil, de João Freire Filho (2007), na qual as noções modernas compreendem que o poder constitui algo ou alguma coisa que é possuído pelo grupo dominante como forma de exercer poder contra o subordinado. Por sua vez, o subalterno é capaz de resistir na tentativa de tomar o poder. Já, as noções pós-modernas, enfatizam os fluxos de poder na construção fragmentária das subjetividades, destacando o

[9]Ao se afirmar que em um país cujas formações do inconsciente coletivo foram programadas para serem, e ainda são em sua maioria, exclusivamente europeias, portanto brancas se posicionar contrários à estrutura e formar resistência a partir do resgaste da identidade. "Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade por inexistente, teve trocado o T pelo D para aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina. Nesse contexto, todos os brasileiros são ladino amefricanos (GONZALEZ, 2020, p. 127)

papel que assume a contingência e a contradição em que se encontram as fissuras, brechas e rupturas. No processo de interpelação e constituição discursiva, nesse sentido, é possível o questionamento, a reinterpretação das condições sociais, políticas e culturais, a desautorização e a alteração de mecanismos de controle que paralisam mesmo que temporariamente a potência criadora, além de determinar, o conhecimento, a verdade e os rótulos que disciplinam e assujeitam.

Apropriando-nos de conceitos e classificações das/os autoras/es, pensamos ser possível relacionar essas concepções para produzir uma discussão mais ampla no interior dos estudos culturais no que se refere ao entendimento da produção intelectual periférica dos embates entre diversidade de gênero, interseccionalidade e resistências na cultura popular (GOMES DE JESUS, 2012; AKOTIRENE, 2019; FREIRE FILHO 2007).

Segundo o autor Stuart Hall (2003) nos aponta:

> Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Cuja atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas (HALL, 2003, p. 255).

A relação entre dominação e resistência não se encontra enraizada em termos binários, isso impediria o entendimento da globalidade do debate na medida em que considera ambos os conceitos como polos isolados. É a partir do momento em que a cultura e os embates culturais passam a ser pensados em um cenário de hegemonia que se torna possível superar esse entendimento binário.

Portanto, ao capturarmos a hegemonia cultural como um pressuposto, perde-se o sentido a compreensão das populações transgêneros apenas como resistência e as hegemônicas como dominação, pois as posições são fluidas e, por isso, as relações de poder devem ser necessariamente relativizadas. E, é aqui que pretendemos nos inserir, na compreensão relacional encontrada, para além das dicotomias, do cenário poroso e híbrido em que a resistência se constitui, que vem sendo marcada historicamente pelo tensionamento, atravessada por relações sociais contraditórias e por movimentos de negociação contínuos.

Nesse sentido, a resistência não pode ser entendida como simples oposição ao "modelo" de dominação. Nosso estudo emprega o conceito como uma proposta de sensibilidade analítica à inseparabilidade de racismo, colonialismo e cisheteropatriarcado. Para tanto,

analisamos os *Duelos de MC's*, respeitando os discursos acionados pelos sujeitos para construir uma ideia de resistência – específica e contingente – em enunciados construídos no momento da interação e perpassados por relações de poder e sobreposições de gênero, partindo da percepção de que discursos circulam culturalmente associando o movimento hip hop, recorrentemente, a uma ideia e uma imagem específica de resistência com a qual os *sujeitos* irão dialogar.

5 FAMÍLIA DE RUA: DUELO MC'S NACIONAL

O *Duelo MC's Nacional* é um encontro de Hip Hop realizado anualmente em Belo Horizonte, desde 2007, a atração principal são as *batalhas de rima* nas quais *MC's* expressam vivências, movimentos culturais e socioideológicos. As *batalhas de rimas* acontecem desde os guetos nova-iorquinos, considerados a origem da música *Rap* [10], até a apropriação da batida no cenário urbano brasileiro, em diversos casos periféricos. É uma competição em que, ao som da batida colocada por *DJs*, rimadores devem atacar e responder por meio de rimas improvisadas.

No *Duelo MC's Nacional* realizado em BH, as disputas são organizadas pelo coletivo *Família de rua* (FDR) e acontecem uma vez por ano, no espaço debaixo do Viaduto Santa Tereza. Esse duelo segue uma estrutura de funcionamento: qualquer estado interessado pode se inscrever. Ao fazê-lo, assume a organização de uma seletiva estadual para o Duelo MC's Nacional, na qual a/e/o MC vencedor/a/e enfrenta três fases, primeira fase, semifinal e final, se credenciando para a disputa nacional.

A competição de 2020 se estendeu por 2021 devido a pandemia (Covid-19) e foi (re)formatada para os contextos digitais, acontecendo ao vivo pela plataforma Twitch TV – *Família de Rua*. O público responsável por parte da votação foi substituído pelos internautas, assim o modelo de votação, anteriormente movido pelos aplausos, gritos e, em momentos de acirramento, pelo levantar de mãos para possibilitar a contagem dos votos, foi substituído inicialmente pela votação on-line nos *stories* do instagram @duelonacional e posteriormente pela enquete no próprio canal.

Há um intervalo entre os duelos, neles podem acontecer pocket shows (apresentações curtas de *rappers* locais), divulgação de trabalho das/os competidoras/es e de sites, vendas de produtos e avisos, nos formatos de anos anteriores vinham seguidos da roda de *b-boys*, em que *DJs* tocam uma seleção de músicas para que se *dance* o *break*. De volta às *batalhas*, há as semifinais e as finais. Nesse recorte específico de 2020, o formato foi um pouco diferente, dispensando as rodas de *b-boys* devido às medidas de biossegurança. A/O campeã/o da noite, além de consagrar-se representante no nacional, tem direito a fazer um *freestyle* de um minuto. Ou seja, manda a rima verdadeira sobre o assunto que preferir,

[10] A sigla R.A.P significa Rhythm and Poetry, ou seja, rap é ritmo e poesia. O som possui subcategorias musicais, entre elas, boom bap, drill, "trap" type beat, grime.

Em edições livres dos *duelos de MC's* pelo país, participam também *grafiteiras/os* que se ocupam das paredes, partes das calçadas e pilastras do viaduto. As *batalhas de rimas*, por sua vez, podem ser reconhecidas como *batalhas de sangue* ou temáticas – as tradicionais, as *batalhas de conhecimento* são edições especiais com outra estrutura. As seletivas estaduais têm como base as batalhas tradicionais. São realizados dois *rounds* com uma *base de Rap* de 45 segundos para cada *MC*. Os oponentes se alternam, a primeira *rima* elaborada é a de ataque, em seguida, outro/a *MC* elabora a resposta e volta com o *ataque*, o/a *rimador/a*/e que começa é também quem encerra com a resposta.

6 PERFORMANCES DE MC'S: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Para empreender uma leitura da performance das/o *MC's* Yara, Bixarte e Winnit, optamos por construir uma abordagem metodológica de imersão, apropriando-nos de alguns princípios da abordagem etnográfica, baseada na antropologia digital descrita por Horst e Miller (2012). Embora o estudo não seja propriamente uma etnografia, empregamos esses recursos antropológicos para descrever as experiências em um campo virtual conflituoso. Ainda que uma descrição densa das seletivas estaduais não fosse possível devido à pandemia (Covid-19), interessou-nos bastante perceber as relações estabelecidas nas redes sociais: os comentários das *batalhas*, ordem discursiva utilizada por cada *MC* para desenvolver suas *rimas*, o modo de experienciar as *batalhas* e de produzir sentidos no momento das *batalhas* on-line.

Dentre os pontos envolvidos no método etnográfico, destacamos em nossa investigação os procedimentos adotados pela antropologia digital, tais quais, a dimensão dialética da cultura digital, a mediação como proposta por Bourdieu (1989), o holismo e particularismo que entendem o uso criativo da tecnologia atrelada às experiências de normatividade que acontecem na associação com os modos de apropriação das culturas locais – o relativismo cultural, entendendo que as mídias sociais não são produtoras de homogeneização e, sim de expressões digitais plurais e diacrônicas – abertura e fechamento, trabalhando com a ideia de que há ambiguidades de visão de mundo e, ao mesmo tempo em que a internet promete novas formas de abertura, pode-se cair em novos constrangimentos e controles e, por fim, a relação entre cultura material e cultura digital, na qual são atravessadas de forma simultâneas.

Ao tomar o *Movimento Hip Hop* como uma subcultura juvenil, nos propomos experienciar as seletivas estaduais deixando-nos ser afetados pelo fenômeno das batalhas. Assumindo a subjetividade envolvida no processo de uma observação-participante de tela dos duelos, optamos por vivenciar o evento em meio aos internautas e como internauta, inclusive votando, comentando e vibrando com a sagacidade das rimas e passando energia

através da tela, estabelecendo, assim, *MC's* de nossa preferência, escolhendo em quem votar e como nos opor e combater em situações transfóbicas e sexistas deixadas nas rimas de *MC's* e nos comentários de internautas. No entanto, entendemos existir limitações e procedimentos que impõem certo distanciamento diante da proposta antropológica.

Gostaríamos de enfatizar dois pontos: o primeiro pela natureza da questão proposta e dos acontecimentos envolvendo a Covid-19, ocorridos nos anos de 2020/21 e ainda em circulação em 2022. Reafirmamos que nosso objetivo não é produzir uma etnografia, até mesmo porque tal realidade não nos foi possível nos moldes tradicionais, mas nos apropriarmos das ferramentas e conceitos do método etnográfico utilizadas pela antropologia digital para responder a uma questão comunicacional. E o segundo se dá pela própria relação que pudemos estabelecer com o objeto de análise no decorrer da pesquisa e da programação do evento. É preciso reconhecer que nossa investida acerca das seletivas estaduais para o *Duelo MC's Nacional* tratou-se de uma pesquisa curta dependente da tela e pouco participante no sentido de construir com *MC's* dinâmicas mais potentes e propícias às trocas mais aprofundadas, ou seja, não frequentamos as seletivas, nós as assistimos em tempo real, votamos, comentamos e até dialogamos por videochamadas com alguns representantes como é o caso do apresentador da seletiva de São Paulo, Mamuti. Entretanto, não estivemos presencialmente nas *batalhas* por tempo suficiente para estabelecer maior integração ao ambiente, impossibilidade imposta pelas circunstâncias.

Para constituir essa compreensão discursiva, partimos para a análise da performance das/o *MC's* Yara, Bixarte e Winnit. O material para essa análise foi coletado de três seletivas estaduais nas quais houve a participação de pessoas transgêneros e travestis (9 de outubro, 21 de novembro e 29 de novembro de 2020), contendo percepções e notas, bem como comparação dos diálogos com membros dessa edição do evento.

Buscamos empreender uma análise discursiva, levando em consideração os conceitos de discurso e representação em uma concepção foucaultiana por se relacionar diretamente com o pensamento de Gomes de Jesus, Kilomba, Akotirene e Freire Filho. Uma abordagem discursiva preocupa-se em compreender como os conhecimentos produzidos relacionam-se com o poder: regulação de condutas, construção de políticas de identidade e subjetividades e definição da forma como as situações experienciadas são representadas, pensadas e praticadas (HALL, 2002).

A análise discursiva pretende fazer emergir, se possível, os discursos postos nos enunciados, neste caso por pessoas transgêneros, revelando representações e sentidos consolidados por elas. Partindo desses apontamentos, a performance funciona como um importante instrumento técnico-analítico para identificar o lugar de onde buscam falar jovens *MC's* pertencentes ao movimento LGBTTQIAP+. Acreditamos que o movimento *Hip Hop*, incorporado pelas batalhas de rima, permite a performance de resistência e que jovens transgêneros da periferia, ao rimarem, construam para si um lugar de pertencimento,

posicionando-se em relação a uma imagem que também constroem do hegemônico. Uma análise discursiva dessa performance busca entender como *sujeitos* colocam em cena discursos específicos e neles produzem relações e fronteiras identitárias.

Aqui posicionamos algumas regularidades discursivas que direcionaram a análise: pela observação das seletivas estaduais, consideramos que as performances das/o *MC's* continham diferenças substanciais conforme a natureza das relações estabelecidas a cada batalha. Entendemos que as/o *MC's* Yara, Bixarte e Winnit procuraram, em seu improviso, mostrar superioridade aos seus oponentes pelos enunciados de vanglória de sua *caminhada*[11] na *cena*[12] assumindo lugares identitários ou, até mesmo, pelos enunciados de *cobrança*[13] da disciplina do *Movimento Hip Hop*.

A *cobrança* à *disciplina* do *movimento* nas *batalhas de rimas* levanta questões comumente associadas ao universo hip hop, como o respeito à ideologia, o compromisso ao *ensinamento*, à periferia e à inclusão das/os irmã/os, atitudes frequentemente ressaltadas na *rima*. Em um segundo momento, percebemos uma inversão: a ênfase do improviso fica ligada a uma certa pessoalidade, orientada pela vontade de destaque na cena cultural. Quando a/o *MC's* elabora facilmente nessa linha, recorre ao movimento de vanglória e de questionamento da legitimidade das rimas, em uma tentativa de *entrar na mente*[14] e desestabilizar a/o oponente.

Nesse sentido, orientarmos nossa análise para a participação de pessoas transgêneros (*MC's* Yara, Bixarte e Winnit) nas seletivas estaduais, buscando contemplar os discursos que representam identidade e resistência. Ressaltamos que esta análise pautada em categorias não pretende alienar o modo de produção dos duelos, mas, pelo contrário, pretende colocá-lo em relação, entendendo que é a partir de sua contraposição que podemos observar como a performance das/o *MC's* se configura em resistência a partir da qual podem, ou não, diferir por diferentes motivos, entre eles, territorialidade, percepção de resistência, compreensão de identidade e desenvolvimento pessoal e coletivo nas/das batalhas de rimas presentes em cada estado.

7 ANÁLISE DISCURSIVA: COMO AS PERFORMANCES DAS/O MC'S YARA (PA), BIXARTE (PB) E WINNIT (SP), CONFIGURAM UMA IDEIA DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA?

A população transgênero vivencia uma realidade de opressão e a partir da subversão discursiva luta pela ocupação de corpas/os nos espaços/lugares de produção cultural que se entrelaçam com os discursos apreendidos e reproduzidos no cotidiano, possuindo valores e significados que direcionam a luta cultural como um processo histórico e contínuo,

[11] História (pessoal e coletiva do/no movimento).
[12] Movimento hip hop.
[13] Ato de disciplinar alguém por alguma atitude contrária ao ensinamento.
[14] Ato de convencer algo ou alguém.

entendendo a cultura como cenário matéria-prima, constitutiva e constituída nas práticas de *sujeitos*, permeadas por relações de poder; que sofre influências nos processos de identificação em identidades de natureza narrativa e discursiva, transitória, móvel, performativa e, possivelmente, contraditória.

Buscamos compreender como *MC's* acionaram os diferentes discursos em sua performance, direcionando uma ideia de identidade e resistência nas *batalhas de rimas*. As *batalhas* de afirmação, como são chamados os duelos tradicionais, seguem uma estrutura de fácil entendimento: uma lógica de dois *rounds* de *ataque* e *resposta*, de 45 segundos cada, cujo objetivo é vencer a/o oponente, caso não haja um/a vencedor/a/e um *terceiro round* no estilo *bate-volta* é acionado.

É comum nos *duelos rimadoras/ies/es* trocarem ataques de provocação como parte de um processo de desafio à elaboração de uma resposta. Nossa análise propõe um entendimento de como as diversas formas de ataque de *MC's* transgêneros configuram um processo de afirmação da própria *caminhada* no *movimento* [15], de autoafirmação diante da/o oponente, do *público/internautas* e do *Movimento Hip Hop* de forma geral.

A afronta pessoal é um recurso regularmente utilizado por *MC's* e aqui informamos alguns exemplos de rimas afrontosas utilizadas pelas/o *MC's* Yara, Bixarte e Winnit. Na seletiva do Pará, a *MC* Yara posiciona: *quebrando esses MC's, que são idiotas, que não para pra me entender, representatividade nas costas que é pesada*..., na seletiva de São Paulo, o *MC* Winnit enuncia: *resolve é caso crítico, político, mas agora, eu te digo, vê se sai da sua bolha, salva a família inteira, essa rima é rotineira, não te esqueça, meu parceiro, Judas disse a mesma coisa*, e na seletiva da Paraíba, a *MC* Bixarte discorre: *ei, presta atenção, que rima fuleira, me chamou de parceiro, respeita, eu sou parceira, se não te interessa, vai se interessar, se não sabe o pronome parceiro, eu te convido a estudar*.

As ideias diretamente relacionadas as posições territoriais do *Movimento Hip Hop* são menos recorrentes, mas convocadas vez ou outra nas *rimas*. A respeito disso, a *MC* Yara enuncia: ...*vou mostrar como é que se faz o rap de quebrada* [16] *, Travesti, cria* [17] *da baixada* [18] ..., o MC Winnit rima: *eu trago meu verso Diadema, da cena de Itapevi, só que acontece que no rap não é new ou old school, se você quer ser um monstro, então libera a sua bijuu* [19] *,* a MC Bixarte improvisa: *fala que é da favela, pode crê, isso me irrita, sou da favela de Várzea Nova, cria de Santa Rita*.

O recurso a rimas violentas se encontra frequentemente presente entre *MC's*. Para *MC's* transgêneros esse recurso é posicionado como modo de legitimar suas identidades, exemplos disso: *pode pá, tu entra em declínio por respeitar as Travesti, obrigada, por fazer o*

[15] Hip Hop.
[16] Periferia.
[17] Pertencente a quebrada, Favela, Aglomerado e periferia.
[18] Periferia.
[19] São entidades do Mangá e Anime Naruto. As Bijuus são diferenciadas pelo número de caudas. A principal característica é que são formas de chakra vivas, muito uteis no campo de batalha.

mínimo, pode pá, cê não entende, essa que é a dicção, estar no mesmo espaço não quer dizer união... (*MC* Yara), *cê não entende, eu vou dizer, agora, com certeza, tu passa mal, a nova Queen*[20] *do rap é uma mulher de pau, eles ficam passados, transfóbicos até grita, prazer! Sou mulher, no meio das pernas até tenho uma pica*, *cê não entende o flow é rápido, mas eu chego pra poder te avisar, eu vim de longe, também vim longe, lá de Aruanda pra poder te matar*, *onde tem mulher sempre é revolução, imagina essa mina que vai te mandar pra casa dentro de um caixão*, *falando então, hip hop que agride, tô gritando alto, por favor, não complique", "eu vou te alertar, se tá achando pouco espera que na resposta, eu vim pra terminar de te assassinar* (MC Bixarte), *você é o Zé da rima, vai ficar só calculando, como pode ser uma mina ou é um mano, no engano cê caiu, na verdade, você vai ver agora como é curto o meu pavio*, *sabe qual a diferença é que eu sou Monna e te matar vai ser a minha brutalidade* (MC Winnit).

Como pôde ser observado nas seletivas estaduais, é possível tomar a agressividade como tom preferencial para legitimar sentidos de identidade e resistência, inclusive a agressividade nas *batalhas de rima* é uma marca característica na relação simbólica que o *Hip Hop* e, sobretudo, o *Rap* buscam estabelecer. É possível assistir pelo canal Youtube Família de Rua a performance das/o *MC's* e confirmar para si que *MC's* utilizam da agressividade como recurso na materialidade não apenas das rimas violentas, mas nos comportamentos gestuais (a exemplo disso, olhos revirados enquanto a *MC* se apresenta, uma demonstração não incomum de desrespeito pela trajetória do outro, dedos que se apontam em direção a face da *rimadora*, enquanto a rima se constrói julgadora da legitimidade da sua presença, gestos obscenos e sexistas como a mão direcionada para o pênis, enquanto a rima em si tenta inutilmente não soar como uma comparação as refeições do dia) e na entonação da voz da (grande) maioria das/os *MC's* (a exemplo disso, risadas debochadas, agressividade nas rimas e, até mesmo, gritos de desaprovação pela insistência das *MC's* participarem ativamente das rinhas) Entretanto, frisamos que ao recorrer à violência nas *rimas* se constitui apenas mais uma *chave de ataque*, mais uma posição que *sujeitos* podem assumir no jogo da *rima*.

Nas *batalhas de MC's*, outros recursos recorrentes referem-se ao ataque que desqualifica a rima do outro e gera provocações que constituem autoafirmação como forma de resistência da identidade trans. Como exemplos traremos os enunciados da *MC* Bixarte: *Pode crê! Tô chegando, mostrando que meu papo com certeza agora vai começar fluir, cê não aguenta bater de frente com o peito hormonizado dessa travesti, você não entende (...) mas vou te dizer teu papo é muito torto, fui espancada e Dandara ressuscitou no meu corpo*, *presta atenção, que rima fuleira, me chamou de parceiro, respeita, eu sou parceira*, *por isso, eu digo, o rap não é só pra macho, é melhor calar que esse teu rap é de capacho, mas a tua rima é muito egocêntrica, essa tua fala pra mim não passa de cênica*.

[20] Rainha.

Por isso compreendemos que na ideologia do *movimento* os jogos de *rima* que desqualificam e provocam desconforto são entendidos como marca de um/a de não *MC* e, também, como forma de contradizer o próprio discurso do movimento, já que a/o verdadeira/o *MC* é aquela/e que se desenvolve com respeito e humildade, considerando a sua representatividade e a de seu/sua oponente, rimando com consciência, inteligência e sagacidade, sem recorrer à violência, essas são características de um/a verdadeiro/a *MC*. No entanto, ao resgatarmos os diversos sentidos atribuídos à utilização da palavra resistência é possível compreender que o posicionamento agressivo é, também, flutuante e comunica sentimentos de exclusão e tentativas de incluir ativamente a diversidade na *cena* do *Rap*.

Diferentemente das *rimas* desqualificadoras e que utilizam como recurso *rimas* agressivas, há rimas que provocam o empoderamento (trans)feminino e a legitimação das mulheres (cis, trans e travestis) e de corpas/os dissidentes nesses espaços, produzindo discurso de sororidade e representatividade através da fala das *MC's* motivadas por outras artistas, ativistas, pesquisadoras e *MC's* referências que lutam/lutaram para assegurar suas ocupações, podendo ser observadas nos enunciados: *Monna Brutal que chegou no meu PV*[21] *e me chamou de irmã* (MC Yara), *filha de Dandara, de Chica, Lacraia e até a Lacraia vai ressuscitar*, *pra mim, minha maior referência é a minha mãe dizer que aprova a minha existência.* F*alou de Emicida, viva a Mona Brutal*, *me responde rimando: quem é Djamila Ribeiro e Conceição Evaristo*, *Monna Brutal e a Negra Li, represento a minha quebrada como representou Dina Di* (MC Bixarte).

Tal qual, há rimas recorrentes que trazem à tona a linguagem religiosa, pautada nas crenças espirituais para cada *MC* e constituem, também, um tipo de autoafirmação como resistência da identidade religiosa de um coletivo, a exemplos disso: *já falei essa que é a levada, quando eu pego no mic, eu represento minhas índias enterradas* (*MC* Yara), *vim lá de Aruanda pra poder te matar, ancestralidade presente, por isso, ninguém vai duvidar, filha de Dandara...*, *fui espancada e Dandara ressuscitou no meu corpo*, *então toma cuidado que eu vou pra tu, a rima é tão pesada que ela é filha de Exu*, *Laroiê Exu, Okê Aro, meu pai Oxóssi* (MC Bixarte).

Assim apontamos também as *rimas* que colocam a existência de MC's transgêneros em pauta como ato político e de sobrevivência nos espaços de produção cultural, como nestes enunciados: *vou mostrar agora aqui pra ti, aqui nesse mic, eis uma travesti fazendo free, rap de quebrada, travesti, cria de baixada, agora, eu tô na tua asa, fala que respeita travesti na rima pra ganhar biscoito, fala que respeita as travestis, obrigada, por fazer o mínimo (MC* Yara*), você não aguenta bater de frente com o peito hormonizado dessa travesti, nova Queen do rap é uma mulher de pau, eles ficam passados, transfóbicos até grita, prazer! Sou mulher, no meio das pernas até tenho uma pica, é, não, não isso nunca que é baixaria, tô falando e denunciando que a gente passa por transfobia, presta atenção, que rima fuleira, me chamou de parceiro, respeita,*

[21] PV = Privado – referência às mensagens nas redes sociais que são enviadas pelo Messenger e chat.

eu sou parceira, se não te interessa, vai se interessar, se não sabe o pronome, parceiro, eu te convido a estudar, *eu vou te falar que tu fala de referência, pra mim, a maior referência é quando minha mãe disse que aprova a minha existência*, *se tu não entende, eu vou te explicar, cadê uma travesti pra na mão tu poder pegar, isso, com certeza, tá tudo embutido, pra ficar com travesti só sendo escondido*, *tu fala agora que ideia robótica, caloteira é o caralho, aquela nota foi racista e transfóbica*, *não é veado, é mulher, respeita a porra do meu gênero* (MC Bixarte), *então, nem tenta treta! Cê sabe que eu sou sujeito homem e no pronome, eu levo o meu raciocínio*, *vai ficar só calculando, como pode é uma mina ou um mano* (MC Winnit).

Além disso, é preciso pontuar que a figura *MC* é comumente associada à marginalidade. Isso ocorre pela constituição primeira das *batalhas de rima*s ter ocorrido nos guetos nova-iorquinos e se reproduzir em diferentes lugares periféricos e, até mesmo, à margem da sociedade, portanto, não deve ser interpretado como um sentido depreciativo, embora, inúmeras vezes ela assim seja enquadrada, mas, nesse caso, é compreendido como uma referência positiva já que subverte discursos de exclusão e desconstrói sentidos culturais e participação por relações estabelecidas pelas/os *MC's* nas *batalhas*, tanto no contexto on-line quanto off-line.[21]

Nas *batalhas de MC's*, *rimas* como *sou maloqueiro*, *um salve para os vagabundos da quebrada*, *só os malucos fazendo rima* e *Vagabundo como eu* são recorrentes, em um movimento de valorização do que está à margem. Como diria, Albuquerque (2013), tornando *MC's* uma espécie de representantes da marginalidade. Ou seja, as *rimas* poéticas são construídas no momento, não se encontrando nos livros de prosa ou poesia, o saber local se constrói no momento, não tendo relação direta com a escola, mas sendo perpassada por ela. É na representatividade do cotidiano que *MC's* se destacam sendo reconhecidos como referências e valorizadas/es/os como pertencentes ao *Movimento Hip Hop*. A imagem da/o *MC* é fundamental para a continuidade do *Movimento Hip Hop*, em especial, as *batalhas de Rap*, tal qual conhecemos e nos conectamos.

MC's ao associarem-se a essa imagem marginal filiam-se a um discurso específico de comunidade e rebeldia, em outras palavras, resistência e identidade. O que se encontra em jogo, nesses embates líricos, são os sentidos de afirmação e autoafirmação de resistência, participação e identidade que contribui para uma imagem pessoal de *MC* inteligente, sagaz e comprometida/o perante a/o oponente e o *público/internautas*, cuja poesia construída se encontra à margem do cis-tema reprodutor, mas que se reproduz por meio de uma ideologia que perpassa pelos sentidos existentes em uma estrutura posicionada no cisheteropatriarcado.

Nas seletivas estaduais foi possível associar que as/o *MC's* Yara, Bixarte e Winnit buscaram por meio de suas performances atacar os adversários, defender posicionamentos político-sociais, legitimar a periferia da qual fazem parte e se elevar diante dos oponentes através das rimas, ou seja, um esforço por afirmação e autoafirmação. Para nós, os discursos

de resistência e identidade incorporados nessas *batalhas* são acionados em um nível individual, no entanto, perpassam o coletivo. Nas seletivas estaduais, assim como nas *batalhas* tradicionais, *MC's* se afirmam como verdadeiros ou representantes legítimos do *Movimento Hip Hop*.

Público/internautas desempenha/m importante função reguladora nos *duelos*, ou seja, a imagem que *MC's* transmitem continua tendo valor para consolidar a participação de suas/seus corpas/os nas *batalhas*, articulando, portanto, a rima como uma questão maior a ser elaborada e transpassando aquilo que vem de dentro para fora através das palavras, o que acaba por construir uma expressão do *Hip Hop*.

De acordo com Akotirene (2019) as relações de poder constituem sobreposições de gênero, raça e classe e é bem verdade que mesmo pessoas transgêneros se destacando nos espaços culturais ainda existe uma influência cisgênero que limita a continuidade da ocupações dessas/es corpas/os, assim como é indiscutível que após todas as seletivas estaduais de 2020, mesmo apresentando potência e inclusive controvérsias em quem teria levado as *batalhas* da Paraíba e São Paulo nenhuma das/o *MC's* transgêneros ocuparam uma[21] vaga como representante no Duelo MC's Nacional. Ainda assim, já não é importante se projetar contra o oponente, mas assumir o compromisso de se fazer entender as diferenças de gênero, também, nos espaços de produção cultural.

Nesta medida, ao promover o maior encontro de *MC's* do Brasil, a *Família de Rua* (FDR) está se filiando ao movimento Hip Hop, em seu sentido mais amplo, como expressão cultural de contestação das estruturas fóbicas, ainda que seus participantes as reproduzam. Com isso, o coletivo FDR está convocando um histórico de luta e construção identitária para amparar e legitimar sua prática, envolvendo solidariedade, espírito colaborativo e desconstrução das estruturas fóbicas através das rimas atravessadas pelo caráter questionador e contestador dos movimentos urbanos.

Por conseguinte, podemos defender que a ideia de resistência acionada nas seletivas estaduais para o *Duelo MC's Nacional* 2020 é construída em dois níveis, o individual e o coletivo. O coletivo remete a certo discurso institucional do *Hip Hop*, em especial, transmitido nas *batalhas de rimas*. Entendemos que o *Movimento Hip Hop* ao se distanciar do mundo do "capitalismo", no sentido de que é constituído por uma população, em sua maioria, periférica, aproxima-se de artistas, pessoas e movimentos populares, portanto *MC's* engendram um movimento de identificação, reconhecimento, respeito e identidade, no nível individual, que é visto pelo modo como *MC's* se colocam diante da "sociedade" de *rimadoras/ies/es*.

8 PERFORMANCES DA RESISTÊNCIA E DA IDENTIDADE EM PREÂMBULO CONCLUSIVO

As performances produzem condições que estão fora das posições sociais determinadas destacando a potência transformadora, é capaz de gerar tensões e, até mesmo, reformulações em ordens organizacionais, dando forma à experiência, já que essa se constitui por fases associadas às emoções mobilizadas pela presença de memórias passadas articuladas e renovadas. Esse encadeamento possibilita analisar a performance das/o *MC's* Yara, Bixarte e Winnit a partir de uma inversão, dando sentido as novas interpretações do mundo social, o que permite ao próprio *sujeito* e ao grupo participante das *batalhas de rimas* assimilar aspectos da realidade e também daquilo que se é desconhecido, viabilizando uma possível transformação social.

Nas seletivas estaduais, foi possível atestar que é evocada uma ideia de identidade territorial (ao legitimar a periferia da qual se faz parte), LBGTTQIAP+ (ao assumir a posição de gênero), raça (ao dar visibilidade às matrizes afro-brasileiras e indígenas) e de afirmação individual, que gira em torno da figura de ser verdadeira/o *MC* e de ter seus valores[21] associados à marginalidade e à agressividade como forma de enaltecer os processos culturais constitutivos do *Movimento Hip Hop*. Inclusive, ao pensar o discurso institucional do *Hip Hop*, nesse caso, o *duelo de MC's*, em si, assume-se uma frente de contestação das estruturas que apoiam uma ideia coletiva de resistência e identidade que posiciona o *Rap* como libertador, educador e transformador.

Os *duelos de MC's* operam na construção e atualização de uma ideia de resistência culturalmente associada à cultura *Hip Hop*, nas diversas dimensões da discursividade social. Entendemos que o movimento trata de resistência a um cis-tema que oprime e exclui diferentes tipos de pessoas dos espaços de produção cultural, baseando-se em critérios de raça, classe, gênero e estruturas fóbicas, entre elas, o capacitismo e o preconceito contra pessoas LGBTTQIAP+ que delimitam fronteiras identitárias e constrangem interfaces entre centro e periferia, demarcando simbólica e materialmente as possibilidades de acesso desses grupos marginalizados.

No entanto, é preciso entender que as fronteiras identitárias são capazes de absorver estruturas emergentes e de deslocar valores sociais estabelecidos em uma relação de negociação e tensionamento. Portanto, em nossa observação de *duelos de MC's*, na qual participaram pessoas transgêneros, buscamos revelar diferentes formas pelas quais o imaginário do *Hip Hop* se constitui e/ou é materializado na performance, dando visibilidade às potências jovens no cenário da cultural marginal.

Outro ponto, que nos foi possível observar, é a filiação por parte de sujeitos à cultura Hip Hop. A resistência está presente como pressuposto nas batalhas de rimas, sendo ativada e renovada a cada duelo. Também, pudemos observar em um nível mais elementar o uso de

roupas largas, camisas de times, julietes [22], bonés e penteados afro, e até condições elementares mais subjetivas, como na construção de uma imagem pessoal e coletiva à qual se associam *MC's*. Portanto, argumentamos que a ideia de identidade e resistência é construída na relação estabelecida pelos participantes com os *duelos de MC's*, sendo performada por jovens *rappers*.

Por isso, *sujeitos* são posicionados por um discurso que se propõe a ser contestador e essa contestação acontece a partir de apropriações e ressignificações que escapam ao controle normativo. Resgatando o que foi pontuado anteriormente, rappers dão vida ao imaginário dentro e fora do contexto das *batalhas* de que são "maloqueiros" "marginais" e, até mesmo, destituídos de sentidos homogêneos. Convivendo, assim, com a agressividade (rimas e comportamentos "violentos"), a marginalidade (por ser um grupo à margem social, tanto nos modos de conduta quanto nas posições geográficas ocupadas) e a solidariedade que faz do *Movimento Hip Hop* uma *família de rua*. Porém, pudemos atestar que a apropriação realizada por cada sujeito tem sentido próprio e, por vezes, pode ser entendida como contraditória.

Nesse sentido, a performance é como um campo aberto, carregada por processamentos e em constante deslocamentos e com diferentes desdobramentos que revela e constrói contradições e nuances que muito possivelmente não podem ser vistas ou ouvidas no discurso do movimento, mas que existe de forma intrínseca a ele, indicando o alcance de um diálogo em que a criação artística e conceitual não se desvinculam da realidade cotidiana, mas forma pontos de apego transitórios antes, durante e após as *batalhas*.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, trouxemos à tona o nosso entendimento sobre como pessoas transgêneros se posicionaram nas seletivas estaduais, configurando uma noção de resistência a partir da existência dessas pessoas nesse espaço. Ao analisarmos as condições de resistência através de um conceito relacional e contingente, tínhamos a intenção de observar e perceber como sujeitos colocavam em cena diferentes práticas discursivas atravessadas pelas relações de poder. Acreditamos que nos foi viável olhar de forma crítica para questões de ordem discursiva atendendo os questionamentos levantados: Quais discursos são posicionados nas batalhas de rimas pelas/o MC's? Que representação de resistência e identidade são evocadas? Como essas representações são materializadas na performance? Em síntese, como as/o MC's Yara, Bixarte e Winnit tem configurado, em sua performance, uma ideia de resistência e identidade?

Acreditamos que as relações são transitórias, assim como nossas percepções dos acontecimentos dessas seletivas estaduais 2020. Compreendemos, ainda, que embora

[22] Óculos.

houvesse a pretensão de chegar a respostas mais exatas, por se tratar de uma cultura em movimento, as possibilidades estariam reduzidas, mas é possível dizer, com base em observação rigorosa, que a resistência é constitutiva da prática das batalhas e, não só, é reflexo da realidade de pessoas trans que tentam ser incluídas e visíveis a outros tantos jovens transgêneros que também desejam inserção digna nos currículos de produção cultural, seja ela periférica ou não.

Entendemos que a performance é um movimento de identificação, resistência e (des)conforto, na qual jovens rappers representam seus atravessamentos sociais e avenidas identitárias. E, assim como o entendimento de resistência é flutuante, a cada *batalha, MC's* reconstroem compreensões individual e de grupo como um processo de aprendizado contínuo que são deslocadas, modificadas e transformadas agregando elementos diversos e, por vezes, contraditórios em sua realização.

Entendemos, assim, que as *batalhas de rimas* são lugares privilegiados de formações culturais juvenis para analisar resistência e hegemonia por meio das práticas discursivas de *sujeitos*. O *Hip Hop* é um movimento de resistência e a resistência tem diversos sentidos quando vivida por diferentes pessoas, passando a acolher novos significados e modos de produção de sentido. Por isso, a cultura agrega valores e se associa a inúmeros movimentos de luta, como é o caso dos movimentos anti-capacitismo, LGBTTQIAP+, pois se encontra alinhado à reivindicação por cidadania.

Dessa forma, entendemos, ainda, que o *Hip Hop* é um movimento de valorização e defesa da cultura negra, de ressignificação das periferias, aglomerados, favelas e baixadas e que recusa estigmas sociais e, sempre, acolhe novas bandeiras de luta cultural. O *movimento* sai das periferias e ocupa os centros, trazendo diferentes grupos pertencentes às diferentes classes sociais para dentro do *movimento*, promovendo ações de troca de valores, aprendizado e alteridade, recorrendo, inclusive, às novas formas de abordagens em relação ao poder público que possibilitam a interação de diferentes grupos.

Dessa forma, compreendemos as *batalhas de rimas* como um processo de ser afetado, que torna viável explicitar embates culturais no âmbito da negociação que constitui um ponto de apego identitário para *sujeitos*. Com isso, analisamos as formações das *rimas improvisadas* a partir dos diversos discursos que circulam em nossa sociedade, que com diferentes elementos, aspectos conflitantes e contraditórios desenrolam as relações de poder, pela forma como são apreendidos, elaborados e apropriados por *sujeitos,* nas relações sociais, constantemente tensionadas.

Por fim, este trabalho aponta para essa discussão como forma de reflexão inicial decorrente de nossas percepções em torno das seletivas estaduais 2020, pois acreditamos que ao investir nesse caminho estão contribuindo para fazer emergir dessas considerações algo do que se constitui a resistência LGBTQIAP+

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. *In:* **Feminismos Plurais**. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 152p, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359. Acesso em: 28 jan. 2022.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

CRENSHAW, K. **Mapping the margins intersectionality identity politics and violence against Women of color**. 1991. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

FRAVET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado", de Jeanne Fravet-Saada. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de campo**, nº 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50263/54376/62159. Acesso em: 28 jan. 2022.

FREIRE FILHO, J. **Reinvenções da Resistência Juvenil**: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (reflexões sobre a Terra no Exterior). *In:* **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org). Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

HALL, S. **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage Publications, 2002. Disponível em: https://fotografiaeteoria.files.wordpress.com/2015/05/the_work_of_representation__stuart_hall.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

HORST, H.; MILLER, D. **Digital Anthropology**. Londres: Berg, 2012. Disponível em: https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/10/Digital-Anthropology-edited-by-Heather-A.-Horst-and-Daniel-Miller.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, *[S. l.]* v. 11, n. 2, p. 8-19, 28 nov. 2012. https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 28 jan. 2022.

JESUS, J. G. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

JESUS, J. G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. Universitas **Humanistica**, v. 78, p. 241-258, 2014. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48072014000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 jan. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.

Recebido em 12/11/2022
Aceito em 26/01/2023

PRESENÇA E MATERIALIDADE DE IDENTIDADES LÉSBICAS NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA ENTRE 2014 E 2020

PRESENCIA Y MATERIALIDAD DE LAS IDENTIDADES LESBIANAS EN LOS MEDIOS IMPRESOS BRASILEÑOS ENTRE 2014 Y 2020

Raabe Cesar Moreira Bastos [1]
Gabriela Santos Alves [2]

Resumo: o artigo propõe a análise dos conteúdos das revistas Alternativa L e Brejeiras, mídias impressas destinadas à presença, materialidade e construção de identidades lésbicas, entre 2014 e 2020. Este estudo objetiva expor uma resistência à invisibilização e apagamento de corpos lésbicos na mídia impressa hegemônica brasileira, sendo uma produção contrária às realizadas por espaços de legitimação de discursos misóginos hetenormatimos, elucidando como há o veto histórico e cultural de mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres. É buscado evidenciar como as mídias lésbicas impressas brasileiras propõem presença, materialidade e construção de identidades lésbicas, exercendo esclarecimentos sobre locais políticos em seus mais variados meios de influência, incentivando a consciência da interseccionalidade, produzindo espaços de fala e escuta, troca de experiências, gerando e reconhecendo identidades lésbicas feministas políticas-sexuais como estratégia crítica anti sistêmica.
Palavras-chave: lesbianidade; teoria feminista; mídias impressas brasileiras; discurso; comunicação.

Resumen: el artículo propone el análisis de los contenidos de las revistas Alternativa L y Brejeiras, medios impresos destinados a la presencia, materialidad y construcción de identidades lésbicas, entre 2014 y 2020. Este estudio pretende exponer una resistencia a la invisibilización y borramiento de los cuerpos lésbicos en la prensa escrita hegemónica brasileña, siendo una producción contraria a las realizadas por los espacios de legitimación de los discursos misóginos hetenormativos, dilucidando cómo existe el veto histórico y cultural de las mujeres que se relacionan íntimamente sólo con mujeres. Se busca destacar cómo los medios impresos lésbicos brasileños proponen presencia, materialidad y construcción de identidades lésbicas, ejerciendo esclarecimiento sobre sitios políticos en sus más variados medios de influencia, incentivando la conciencia de interseccionalidad, produciendo espacios de palabra y escucha, intercambio de experiencias, generando y reconociendo identidades lésbicas político-sexuales feministas como estrategia crítica antisistémica.
Palabras clave: lesbianidad; teoría feminista; medios impresos brasileños; discurso; comunicación.

1 INTRODUÇÃO

Para esta pesquisa, o conceito de mídia é amparado na noção, de Rosa Maria Bueno Fischer (2002), compreendida como um meio de comunicação, seja impresso ou digital, que transmite mensagens, possuindo local de intermediário social entre os discursos e as legitimações destes através da pedagogia utilizada na constituição de narrativas em suas variadas influências, compondo um dispositivo atuante no processo de subjetivação, sendo

[1] Mulher lésbica. Graduanda e bolsista, pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), de Iniciação Científica no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: raabebastos19@gmail.com. Vitória-ES.

[2] Pós-doutora em Comunicação e Cultura (Eco/UFRJ). Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades (UFES). E-mail: gabriela.alves@ufes.br. Vitória-ES.

um sistema de formação. Portanto, a partir de tal definição, para a análise serão estabelecidas duas categorias midiáticas: mídia lésbica impressa brasileira, fazendo-se contra hegemônica para visibilizar corpos que há muito são ignorados ou postos como inviabilizados, construindo-se de forma emancipatória; e mídia impressa hegemônica brasileira, entendida como a grande mídia já estabelecida no Brasil, possuindo maior visibilidade e capital, sendo reprodutora e mantenedora das classes dominantes.

Mulheres lésbicas são apagadas dos meios de comunicação em suas mais diversas mídias pois as formulações destes enquanto instituições sempre foram baseadas no homem branco, cisgênero e hétero, sendo uma ideia restrita de quais corpos podem ou não ocupar lugares nestas organizações (SILVA, 2010), de quem pode se estabelecer em tais estruturas sem que lhe pareçam ameaças (BUTLER, 2021).

Ao dispor de estudos de Culturas e Feminismos, constatamos articulações sofisticadas na feitura de padrões e sentidos sociais capazes de conectar individualidades com supostas universalidades, trata-se da realização e internalização de conceitos (BOURDIEU, 2001). Essas dimensões compõem uma superestrutura, incluindo a mídia impressa enquanto instituição social, que cristaliza noções fabricadas com a intenção de mantimento de ideologias que visam o controle do corpo da mulher. Perceber as mídias impressas como forças pedagógicas é compreender que são transmissoras que carregam noções sobre raça, gênero, sexualidade, classe, entre outras tantas (FISCHER, 1996). A inclinação dada pelos canais de comunicação responde pela geração de subjetividades marcadas por relações de poder que advém de maneiras de dispor vínculos econômicos, sociais e culturais. A tentativa de consolidação de verdades leva à reflexão dos modos de ser e estar nas sociedades (BOURDIEU, 2001).

Conceber a mídia impressa como uma das principais expressões de poder cultural e simbólico é entender seu desempenho na seletividade quanto ao conhecimento social, estando esse último baseado no que veiculado, lhe sendo permitido a construção baseado em uma seleção anteriormente realizada (HALL, 1981). O papel da mídia na produção de opinião pública, na criação, classificação e representação configura ambientes que são capazes de construir e destruir, estabelecendo-se como um dos meios de maior influência socialmente (FISCHER, 1997). A reflexão de tais meios a respeito de organizações de culturas faz compreender a exclusão dos corpos de mulheres lésbicas em seu espaço: historicamente, o meio comunicacional foi majoritariamente composto por homens brancos, cisgêneros e héteros, afastando todo aquele fora de tal noção (SILVA, 2010). Portanto, os reflexos das exclusões permanecem, sendo necessário a configuração de novos parâmetros a partir das vivências das mulheres lésbicas. Estando os meios comunicacionais em consonância com as classes dominantes, obstruções quanto as vivências dizem sobre qualquer corpo para fora da lógica do homem branco, cisgênero e hétero.

A mulher ainda é questionada sobre seu espaço quanto ao sexual, onde há a

repressão de seus impulsos sexuais por meio de diversas estruturas extremamente sofisticadas que visam seu veto, como a igreja e, no passado recente, a medicina (BEAUVOIR, 2016). Os impedimentos quanto a sexualidade da mulher ocorre para que seus corpos sirvam unicamente como fábricas de trabalhadores, em lógica capitalista, para geração de mão-de-obra (FEDERICI, 2021), assim, vê-se ainda mais restrições às lésbicas, visto que, em ótica binária heterormativa que impera no capitalismo, não estariam reproduzindo, além de que seria o interdito do "direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas" (RICH, 2012, p. 34).

A misoginia como principal arma do silenciamento de mulheres exerce o interdito da cidadania da mulher lésbica, coibindo suas representações em espaços amplamente difundidos. A violação de direitos do indivíduo enquanto mulher diz sobre o estigma quanto ao que são ou desejam ser, relata o que toca a cassação de seus direitos quanto ao fazer e uso de seu próprio corpo. Assim, os esforços para o resgate da visibilidade das lésbicas ocorrem também através da criação de mídias impressas idealizadas e realizadas por elas, de maneira que a produção é ou foi feita delas para elas, cumprindo uma oposição às invisibilizações e silenciamentos quanto às suas existências.

Culturalmente e historicamente, houve o apagamento da lesbianidade nos meios de produção impressa e, consequentemente, de seus espaços em sociedade (RICH, 2012), explanando como as narrativas em circulação podem ignorar e silenciar vidas. A heteronormatividade presente na grande mídia fez com que a lesbianidade fosse sempre o "outro", assim, a produção lésbica relata a vontade de dizer por si e para si, elencando suas subjetividades. A resistência gerada através de suas produções diz sobre a vontade de visibilidade e humanização, pois há muito foram deslegitimadas e violentadas.

Em contrapartida à mídia impressa hegemônica, a produção lésbica visa explicar e definir as camadas de politização em seus fazeres, englobando consciência de classe como um dos pontos principais para compreender delimitações e diferenças dentro de um mesmo espectro de gênero e sexualidade. A interseccionalidade[3], ainda que não com o termo propriamente citado, encontrado nas veiculações da mídia lésbica impressa a faz, para além de dizer sobre sexualidade, manifestar e argumentar quanto outras minorias.

Ocupar-se de mídias lésbicas impressas como um contradiscurso ao que fora construído por outros a respeito da lesbianidade é trabalhar para a visibilidade de suas existências e demandas, o poder de falar sobre si é um dos grandes passos para a plena cidadania de seus corpos. A temática lésbica como objeto histórico deve ser concebido com propósito de servir como ferramenta na desconstrução de discursos tidos como certos a respeito da mulher lésbica (BARBOSA, 2019). Produzir sobre si é desmantelar mitos que há muito exercem violências, é desfazer sentenças que se reatualizam no cotidiano e nos espaços sociais distintos.

[3]Utilizaremos tal conceito a partir de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

Portanto, o artigo busca visibilizar e protagonizar as construções de mídias lésbicas impressas em suas importâncias e influências, possibilitando a construção de subjetividades enquanto identidades lésbicas feministas políticas-sexuais, explorando o que diz respeito a politização de tais mídias para a construção de humanidade e cidadania em corpos de mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres; bem como a respeito das relações de poder exercidas em corpos lésbicos através dos discursos midiáticos hegemônicos em suas produções e reproduções de simetrias e assimetrias. A investigação se dará a partir das revistas *Alternativa L* e *Brejeiras*, objetivando suas publicações, entre 2014 e 2020, pautadas na presença, materialidade e construção de identidades lésbicas como resistência à invisibilização e apagamento de corpos lésbicos na mídia impressa brasileira.

2 VISIBILIDADE: RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADE

Pensar a participação da mídia em seus meios de comunicação na construção de sentidos e discursos, bem como na manutenção desses, diz sobre entender as relações de poder em suas desigualdades (FOUCAULT, 2005). O poder simbólico das produções e suas disseminações enuncia constituições que cultura historicamente atravessam vivências (BUTLER, 2021). O domínio de mídias em relação à sociedade é efetuado através de suas vozes de autoridade que produzem e reproduzem modelos de realidades que, aos poucos, através da repetição, vão sendo entendidos socialmente como naturais (ALSINA, 2009).

A criação de significados que posteriormente são legitimados socialmente expõe a ligação entre os meios de comunicação e a cultura, englobando formações de subjetividades e relações de poder, nestas últimas, a mídia impressa se integra como uma das instâncias de poder, visto que, a partir da veiculação de noções e conceitos, estabelece produções de realidades. Estando os meios de comunicação em posição de "fazer saber" (ALSINA, 2009, p. 48), se fazem interventores sociais, estabelecendo saberes que circulam no cotidiano, sendo criadora de poderes simbólicos através de representações, ocupando um lugar de formação (FISCHER, 2002).

O que não está na mídia é encarado como estranho, entendido como difícil de sentir ou compreender (FISCHER, 1996), assim, o discurso é delineador do espaço do que será incorporado em sociedade, localizando experiências de acordo com a veiculação de discursos (BOURDIEU, 2001). Tal observação diz sobre as maneiras como são expostos ideais, da mesma maneira, a forma como são recebidos pelo público, sendo elucidados de acordo com a voz e amplitude dados a eles nos meios de comunicação. Assim, a legitimação de saberes é possível através de uma formação de conhecimentos que, juntos, são amplamente difundidos (FISCHER, 1996).

A mídia impressa influencia práticas sociais pois está relacionada diretamente a cultura, são "os significados culturais [...] [que] organizam e regulam as práticas sociais,

influenciam nossas condutas e consequentemente têm efeitos reais, práticos" (HALL, 1997, p. 2). O imaginário coletivo é construído em torno de tais manifestações de discursos, sendo ditado por indicações feitas por intermédio da mídia em suas mais variadas influências (MORIN, 1994), de forma que subjetividades igualmente se constituem com a força da atuação da influência dos meios de comunicação. O fazer da identidade é mediante ao que o indivíduo possui acesso, de configuração que as narrativas que o constituem anteriormente foram construídas por outros, sendo modificadas de acordo com novos saberes e experiências (THOMPSON, 1998).

Realizando-se como "os fazedores de identidades culturais" (ALSINA, 2009, p. 132), os meios de comunicação efetuam a potencialização ou apagamento de padrões do que é encarado como normal, em lugar onde os sentidos humanos são instigados a perceberem o que social e culturalmente está sendo aceito ou rejeitado (BOURDIEU, 2001). O esclarecimento quanto ao mundo utiliza de amplos recursos da comunicação em seus campos de influência, produzindo e reproduzindo poderes (FOUCAULT, 2016).

Reconhecer-se em narrativas revela o contorno social exercido pela mídia impressa, onde, quando discursos abarcam certos temas, é capaz de o fazer circular, de cunha-lo como relevante e digno de atenção pelo público (BOURDIEU, 2001). A articulação do fazer cultural a partir dos meios de comunicação se dá por sua instância da "voz da verdade", enfatizando sua credibilidade quanto ao que parece uma tradução do mundo, quando, antes, se trata de o fazê-lo através de relações de poder que geram o simbólico, pois o fazer midiático é dotado de posição ideológica, composto por posicionamento ético e político sobre a realidade (ALSINA, 2009).

A criação de sentido consensual em sociedade a partir da criação e manutenção de significâncias exerce poderio em vivências, podendo continuar ou descontinuar suas existências, pois tal domínio do discurso é de autoridade grandiosa no social, potenciando ações positivas ou negativas (BUTLER, 2021). A referenciação da mídia como reveladora da "realidade" se trata, na verdade, da normalização de normas realizadas por ela. Assim, é nesse meio que concepções de gênero e sexualidade são tidos com permitidos ou vetados, normais ou anormais; a legitimação de corpos em seus fazeres ou não fazeres é dependente de um processo de escolhas, opções de discursos e narrativas que irão circular ou não: "[...] os meios de comunicação, e mais especificamente o jornalismo, confirmam e neutralizam a exclusão de alguns indivíduos e grupos sociais, como as mulheres, mesmo quando não os discriminam e estigmatizam abertamente" (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 2).

Revisitar e revisar o fazer de discursos históricos é imprescindível, observando suas permanências, atualizações e naturalizações na atualidade. É necessário o resgate de memória para a ressignificação de silêncios e existências, possibilitando a visibilidade do que antes foi marginalizado, é a possibilidade de se recolocar na história através do pertencimento pelo conhecimento de que há muito a luta por reconhecimento de origem,

história e vivência é travada através da construção de discursos nas mídias.

3 POTENCIALIDADES: MÍDIAS LÉSBICAS IMPRESSAS BRASILEIRAS

3.1 REVISTA ALTERNATIVA L

Alternativa L é uma revista que surgiu, em 2014, na Zona Leste de São Paulo, inicialmente manifestava-se inteiramente como lésbica, mas por circular nas periferias, houve a decisão de manter no mínimo 50% das publicações de cada edição para a temática lésbica e feminista, disponibilizando o restante para as demais letras da sigla LGBTQIA+, abrindo espaço para a escrita de todos os gêneros e sexualidades. O nome da mídia diz justamente acerca da produção em opção ao que é oferecido pela mídia impressa hegemônica (ALTERNATIVA L, 2014).

Os objetivos da *Alternativa L* são a produção de um conteúdo para além dos clichês heterossexuais, a manutenção de diálogos com toda a comunidade LGBTQIA+ e a cobertura de eventos que enunciam e expressam a temática lésbica em suas lutas por direitos e cidadania (ALTERNATIVA L, 2014).

A primeira edição contou com divulgações artísticas, destaques quanto a protestos e a parada LGBT em São Paulo em 2013, assim como evidenciou a necessidade da criação da revista enquanto um espaço voltado para o público lésbico em suas demandas, prazeres, dores e direitos. O projeto teve apoio da Secretaria de Cultura de São Paulo através do VAI – programa de incentivo e valorização da cultura (ALTERNATIVA L, 2014).

As publicações da *Alternativa L* incentivam o questionamento do espaço ocupado pela mulher, de forma a esclarecer como tal categoria é permeada por situações próprias de sua posição estabelecida pelas desigualdades de gênero, sendo esta dotada de violências físicas e simbólicas. O feminicídio, assassinato de uma mulher por ela ser mulher, esteve como uma das principais pautas da revista, problematizando a produção e reprodução de noções que a estabalecem cotidianamente em tal local, abarcando ainda a condição de ser mulher lésbica nesta conjuntura de violências (ALTERNATIVA L, 2018).

"Subservientes da sociedade?" tal questionamento, que ocupa o editorial da décima edição do quarto ano da revista (figura 1), demonstra o cuidado com a qual as produtoras das publicações debatem os temas que abarcam as vivências LGBTQIA+, protagonizando as experiências de gênero e sexualidade na construção de uma voz que poderá dizer com propriedade a respeito de seus corpos. O editorial propõe reflexões acerca da submissão imposta aos corpos tidos como desviantes, onde suas demandas são ignoradas ou usurpadas:

> Quando entendemos e questionamos nosso papel no coletivo, sofremos ameaças e preconceitos de todos os tipos, geradores de uma violência absurda, tema principal pelo qual norteia essa edição.
> Nossos corpos, nossos públicos, nossas ideias são usurpadas, quando lutamos por nossos direitos, que a sociedade heteronormativa amplamente usufrui, nos acusam de exigir privilégios (ALTERNATIVA L, 2017, p. 4).

FIGURA 1 - “Subservientes da sociedade?”



Fonte: ALTERNATIVA L (2017)

A décima segunda edição do quinto ano da *Alternativa L* tem como editorial a interpelação *O outro eu, quem somos nós?*, pautando tal tiragem por noções de sexualidade, do ser mulher, da sororidade e do empoderamento feminino. A revista apresenta considerações a respeito de se entender compreendendo também o outro na ótica da vivência da mulher, expondo os desafios e propondo mudanças.

> Para tanto precisamos fazer parcerias, nos comunicar com nossos semelhantes, enquanto grupo social LGBTI+, sempre cientes e exaltando as nossas diferenças. Como o do poder de ser mulher e fazer isso sem 'carregar nas costas a culpa pelas desgraças do mundo' (Sheila Costa), muito menos ser ameaçada e morta por isso, vide os altos índices de violência (ALTERNATIVA L, 2018, p. 4).

As trocas de experiências entre as produtoras da *Alternativa L* com seu público se tratam também de vivências narradas pelas próprias pessoas que as experienciam, de forma a aproximar ainda mais todas as partes envolvidas (figura 2), propiciando a quem nunca pode conversar e se expressar sobre determinados assuntos a chance de se fazer através de uma rede segura e atenta, construção feita pela revista através de suas diversas realizadoras e consumidoras.

FIGURA 2 - "Sexualidade: prisão ou liberdade?"



Sexualidade: PRISÃO OU LIBERDADE?

Por Jani Souza

O sexo sempre foi um símbolo de liberdade e poder sobre o próprio corpo. Mas e quando a experiência sexual deixa de ser um símbolo de liberdade para se tornar um aprisionamento?

Vamos ao começo dessa descoberta: eu fui uma adolescente visceralmente rebelde contra tudo o que era tradicional, eu neguei tudo o que remetia à tentativa da minha família de ser perfeita. Isso incluiu desde a heteronormatividade, passando pelos costumes religiosos, as regras de comportamento e, finalmente, a virgindade exigida das mulheres.

Aos 15 perdi a virgindade com uma garota doce, forte e amorosa, e essa experiência sexual foi a única delicadeza da minha adolescência. Com os hormônios gritando e a subversão dos valores tradicionais fervendo em minhas veias, comecei a usar o sexo como forma de expressar meus sentimentos mais pesados e inadequados, chegando a momentos em que eu me considerava ninfomaníaca por sentir que precisava disso pra viver.

Conforme os anos foram passando eu passei a me perguntar se toda essa necessidade de sexo era por vontade própria ou para atingir, indiretamente, as regras impostas pela minha família. Comecei a me perguntar se o fato de eu nunca negar sexo era por mim, ou pra construir uma imagem que fosse inversa à imagem da minha família,

e a partir desses questionamos comecei a observar como eu me sentia sobre os outros, se eu desejava outras pessoas ou se eram só um instrumento para expressar minha raiva. Com isso, comecei a ouvir meu corpo, sentir o estranhamento diante de outras mãos,mas continuei dizendo "sim" por muito tempo.

Por que? Eu me sentia obrigada a cumprir com o sexo dentro de diversos relacionamentos, não porque as pessoas com quem eu me relacionava me obrigavam, mas pela idéia de que o sexo era sempre um ato de liberdade e para manter a imagem de que eu era uma mulher livre eu mesma me obrigava, preferia fingir que o desconforto era uma fase passageira. Até o momento em que fiquei sozinha, longe de relacionamentos amorosos

16

Fonte: ALTERNATIVA L (2018)

Assuntos de extrema importância para mulheres lésbicas, mas quase inexistentes nas mídias impressas hegemônicas, são estudados e pesquisados pelas realizadoras da *Alternativa L*, de forma que publicam conteúdos pouco veiculados em outras mídias para abarcar questões próprias das vidas das mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres. *Do que é feito uma família*?, revela as dores lésbicas em relação às cotidianas indagações sobre suas famílias, em constante deslegitimação de quem são e do espaço que podem alcançar e permanecer (figura 3).

FIGURA 3 - "Do que é feito uma família?"



Fonte: ALTERNATIVA L (2020)

Divulgar produções culturais que tocam e dizem diretamente sobre lésbicas também é uma das ações da revista, dando espaço para as realizadoras e leitoras mostrarem o que produzem, de forma a publicar poesias, ensaios fotográficos, produções literárias, entre outros. São pautados conteúdos de diversas áreas, mas todos protagonizando questões de gênero e sexualidade, em local seguro para produção e consumo do que há muito é

inviabilizado ou ignorado pelas classes dominantes (figura 4).

FIGURA 4 - “A capa”



Fonte: ALTERNATIVA L (2018)

As redes sociais da revista divulgam eventos que tocam a comunidade LGBTQIA+, com foco nas mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres, disponibiliza espaços para artistas lésbicas, indica obras que dialogam com as experiências de seus públicos, se coloca como local de escuta para pessoas que sofreram LGBTQIA+fobia, além de contar com um podcast que é produzido para todas as letras da sigla.

> A atuação da equipe e repercussão da Alternativa L superou as expectativas nos anos de existência pois firmamos parcerias e atividades não previstas na execução das atividades, como: Museu da Diversidade, coletivos da capital e interior paulista e de outros Estados, contatos com muitas lideranças das mais variadas vertentes dentro do movimento LGBTIQ (ALTERNATIVA L, 2020, não paginado).

3.2 REVISTA BREJEIRAS

A *Brejeiras*, 2018, é uma revista colaborativa que foi criada a partir do incômodo de cinco mulheres militantes, cada uma de uma parte do país, a respeito da representatividade lésbica nos meios de comunicação, assim, partindo de suas demandas, idealizaram o que

seria de valia para as mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres, elencando editorias sobre gênero, sexualidade, música, comida, lazer, cultura, estética, desejos e história que dizem sobre referências lésbicas. O nome faz menção a abreviação de "sapatão" que é "sapa", indicando um animal que vive no brejo, além de que, procurando também fazer alusão a um espaço descontraído para sociabilidade, vincularam o nome a "breja", outra forma de nomear cerveja, bebida popularmente presente em encontros descontraídos (BREJEIRAS, 2018a).

A revista produz uma comunicação feminista antirracista que se ocupa principalmente de temas como consentimento, respeito, escuta, oralidade e cuidado. As pautas visam uma rede de apoio, segurança e afeto construindo possibilidades que optam pelo sentido contrário da mídia impressa hegemônica que de forma brutal incentiva a competição entre mulheres (BREJEIRAS, 2019).

As produções de *Brejeiras* são inteiramente em conjunto para fortalecer a ampla gama de existências em suas peculiaridades, dificuldades ou privilégios; desde a escrita até a edição diversas mulheres lésbicas participam se ouvindo e cooperando. Atravessamentos sociais perpassam capas, textos e imagens na intenção de promover uma identificação com o maior número de mulheres lésbicas em suas mais variadas existências (BREJEIRAS, 2018b).

A primeira edição teve como proposta questionar o lugar da mulher lésbica na comemoração do Dia Internacional da Mulher, 08 de março, com a indagação "Em que momento gritamos juntas e quando precisamos parar para nos ouvir?" (figura 5) (BREJEIRAS, 2019).

FIGURA 5 - “8 de março: e as sapatão?”



Fonte: BREJEIRAS (2018a)

A *Brejeiras* trabalha as múltiplas dimensões da existência lésbica, de forma que todas as mulheres envolvidas na produção da revista participam das reuniões de pauta, onde são debatidos atravessamentos da vida cotidiana de mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres, a partir de tal debate é gerada a linha temática a ser seguida por todas as editorias que irão compor a edição. A realização de cada publicação busca alcançar debates pouco realizados acerca da existência lésbica:

> A Brejeiras ocupa um espaço enorme, um vácuo que a gente sempre encontrou nos meios de comunicação de alguma forma porque, nós, lésbicas, nunca somos representadas ou somos sub-representadas, criminalizadas ou colocadas no campo do fetiche (BREJEIRAS, 2018a, não paginado).

Brejeiras propõe um ativismo que conversa com as demandas lésbicas, de maneira a reafirmar, por diversos meios, quem são, como um ato político em prol da visibilidade, memória e conquista de espaços em sociedade. A segunda edição, lançada na véspera do Dia Nacional de Visibilidade Lésbica, dia 29 de agosto, carrega a frase "Afirmar ser sapatão é uma ato político", dita pela arquiteta Mônica Benício, viúva da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada em março de 2018, no Rio de Janeiro (figura 6). A escolha da edição demonstra o compromisso da Brejeiras com a luta anti sistêmica, evidenciando Marielle e Mônica como um símbolo do combate à uma sociedade que exerce violências e apagamentos metodicamente aos corpos lésbicos.

FIGURA 6 - "'Afirmar ser sapatão é um ato político' Monica Benicio"



Fonte: BREJEIRAS (2018b)

No terceiro volume do primeiro ano, 2018, *Brejeiras* traz uma capa com os dizeres *ElasSIM: lésbicas na política*, para além da referência ao "#EleNão", campanha contra Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, o conteúdo expõe candidatas lésbicas aos cargos de

deputadas estaduais e federais, além de pautar a importância de uma verdadeira representatividade na política, protagonizando mulheres lésbicas de forma interseccional para que haja a mais diversa expressão da pluralidade de experiências lésbicas (figura 7). “Brejeiras é um movimento cooperativo de e para lésbicas que busca trocar experiências e salivas, ampliar imaginários e contatinhos, ocupar línguas e linguagens, revisitar os becos da memória, enfrentar apagamentos e construir resistências” (BREJEIRAS, 2018c).

FIGURA 7 - “#ElasSim: lésbicas na política"



Fonte: BREJEIRAS (2018c)

O *Seu textão na Brejeiras* também é um destaque da revista, onde é aberta uma chamada para cada edição, expondo o tema pelo qual a publicação será atravessada, possibilitando que as leitoras enviem seus textos. Trata-se da viabilidade de fala e escuta entre mulheres lésbicas de diversas idades e realidades, sendo uma das principais ações da revista no que se refere às trocas de vivências.

A curadoria e distribuição, são questões de grande atenção por todas as colaboradoras visto que dizem sobre o alcance das produções: o anseio pela diversidade em amplos

espaços exige um outro modelo de negócios que inclua mídias lésbicas, pois, normalmente, "as prateleiras de livrarias já são preenchidas por acervos comerciais preestabelecidos" (BREJEIRAS, 2019). A escolha de ser veiculada como revista impressa diz justamente sobre a ocupação de ambientes.

Hoje as redes sociais da revista contam com a explanação, em tempos de eleições, de mulheres lésbicas que são candidatas, divulgação de mesas de debates, artes e conquistas que tocam as vidas lésbicas, denúncias de lesbofobia, leis que afetam diretamente as mulheres lésbicas, livros e artigos sobre homossexualidade de mulheres e memória destas em diversas áreas para que o relato não se perca.

4 IDENTIDADES: ESPAÇOS, AFETOS E MEMÓRIA

A ampliação do espaço de fala para troca de experiências expande imaginários e memórias, de maneira que ocupa e revisita espaços e discursos para construir resistência e combater apagamentos. A construção de uma identidade lésbica feminista política-sexual engloba novas noções de experimentações e vivências tanto nas vidas de mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres, quanto na produção e publicação de mídias impressas.

Constituir uma comunicação inclusiva em diversidade, estéticas e demandas lésbicas é trabalhar em oposição à opressão, ao racismo, ao machismo, à misoginia e à LGBTQIA+fobia. A defesa pela visibilidade de corpos marginalizados é a defesa pela representação na mídia enquanto direito humano de reconhecimento e cidadania de si, também pela possibilidade de acesso a outras linguagens, narrativas e estéticas.

A troca de saberes e a sociabilidade entre mulheres lésbicas viabilizados através das realizações das mídias impressas apresentadas propicia afetos e acolhimento em participações e trocas ativas constantes entre as vivências que escrevem e as que consomem. O terreno de lutas por significados nas interrelações de produção de sentido e Comunicação evidencia como as mídias lésbicas são instrumentos que questionam locais e ocupações, de forma a promover mudanças com seus realocamentos de discursos. A estratégia da criação de discurso próprio e da veiculação deste rompe com a ótica da heterossexualidade (RICH, 2012).

As problematizações apresentadas pelas mídias expostas questionam o espaço que socialmente é dado aos corpos não hegemônicos, assim, foi necessária uma pedagogia cultural que falasse a partir do lugar da lésbica, construindo novas concepções a respeito dos corpos em suas vivências. Construções históricas e sociais como origem de identidades que se baseiam em discursos e simbologias englobam tais práticas de significados e representações sobre existências a partir de imagens do que somos ou podemos nos tornar, assim, o fazer identitário lésbico, partindo de um ponto em que as diferenças podem conviver em um espaço como tais mídias, possibilita o estabelecimento em uma categoria

comum capaz de mobilizar espaços e discursos.

A forte consciência política encontrada nas mídias lésbicas impressas, assim como a preocupação de entender o público em toda sua diversidade, não apenas como mero consumidor, manifesta ainda a diversidade encontrada entre lésbicas, questão ignorada pela mídia impressa hegemônica que, quando cede algum espaço, exibe as mulheres lésbicas como que em homogeneidade de pensamentos e existências.

A pluralidade nas produções – dialogando com política, cultura, artes e educação – também diz sobre a mulher lésbica saber que existir para além da identidade sexualizada é possível, podendo ela coexistir em variados lugares sem abdicar de partes de si, oportunizando o conhecimento de novos espaços sem renunciar aos que já estavam inseridas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um outro modelo de comunicação que possibilita não apenas a emissão, mas a escuta e a troca de saberes que fomenta conhecimentos e reconhecimentos de seus públicos, foi apresentado pelas mídias lésbicas impressas, demonstrando também que não há luta política sem identidade e a reafirmação da mesma. A consolidação de um canal comunicacional autêntico se fez partindo da potencialidade de levar a cidadania a um grupo cultural e socialmente marginalizado, onde, enquanto identidade coletiva, foi possível imaginar e realizar identidades individuais. Se tratou da nomeação pública, social e política do que há muito é ignorado pela mídia impressa hegemônica, mostrando tanto suas intenções por trás de suas produções, quanto da mídia impressa hegemônica em seus silenciamentos e apagamentos.

A comunicação como um direito humano, efetivada pelas mídias expostas, também diz sobre subjetividades, de maneira que se indivíduos não são contemplados pela produção midiática, não será possível dizer que seu direito está sendo efetivado. É necessário perceber a mídia lésbica impressa brasileira como uma crítica a mídia impressa hegemônica brasileira, aqui entendida como instituição social, pois, em sua independência, as produções de mulheres que se relacionam intimamente exclusivamente com mulheres se elaborou em propósito político, criando um discurso que possibilitou e visibilizou vidas antes menosprezadas.

O testemunho da história quanto as criações de canais de comunicação lésbicos é o posicionamento alternativo à mídia impressa hegemônica, onde os discursos emitidos ao longo de suas publicações diziam sobre a diversidade de lésbica, explicitando as interseccionalidades em seus corpos e como cada uma é afetada pelo entorno, de maneira que as produções tocaram e tocam toda a comunidade LGBTQIA+. São veículos que não se abstiveram de dizer opiniões e posturas perante a sociedade, demonstrando interesse constante em educar politicamente suas leitoras.

comum capaz de mobilizar espaços e discursos.

A forte consciência política encontrada nas mídias lésbicas impressas, assim como a preocupação de entender o público em toda sua diversidade, não apenas como mero consumidor, manifesta ainda a diversidade encontrada entre lésbicas, questão ignorada pela mídia impressa hegemônica que, quando cede algum espaço, exibe as mulheres lésbicas como que em homogeneidade de pensamentos e existências.

A pluralidade nas produções – dialogando com política, cultura, artes e educação – também diz sobre a mulher lésbica saber que existir para além da identidade sexualizada é possível, podendo ela coexistir em variados lugares sem abdicar de partes de si, oportunizando o conhecimento de novos espaços sem renunciar aos que já estavam inseridas.

Para muitas mulheres lésbicas a chance de serem, por conta de opressões e preconceitos que vivem, está nos ambientes de trocas de afeto, diálogo e apoio proporcionados pelas mídias lésbicas impressas, onde possuem a possibilidade de serem lésbicas expressando suas demandas, existindo e resistindo enquanto quem são. Os espaços seguros para a sociabilidade lésbica, possibilitando existências sem receios, foram construídas delas por elas, em clara demonstração de suas exclusões dos meios comunicacionais hegemônicos.

Assim, a mídia lésbica impressa se mostra como promotora de pontos democráticos como formação e consciência política, pluralidade de perspectivas, construção de memória, participação pública nas produções, formação cultural e crítica, acolhimento e autocrítica. É o exercício da comunicação como um direito humano que deve estar em consonância com a diversidade de sexualidades, gêneros, estéticas, linguagens e narrativas, desafiando a hegemonia midiática, engendrando e cultivando resistências através de mídias lésbicas impressas, sendo uma estratégia crítica política anti-sistêmica, na tentativa de tornar o espaço midiático mais inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALTERNATIVA L. **Portfólio Alternativa L**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://issuu.com/alternatival.revista/docs/portif_lio_completo_ok_. Acesso em: 16 out. 2022.

ALTERNATIVA L. **Alternativa L**, São Paulo, n. 1, 2014. Disponível em: https://issuu.com/alternatival.revista/docs/edicao_01_ano_01. Acesso em: 16 out. 2022.

ALTERNATIVA L. **Alternativa L**, São Paulo, n. 4, 2017. Disponível em: https://issuu.com/alternatival.revista/docs/ano_4_edicao_10. Acesso em: 16 out. 2022.

ALTERNATIVA L. **Alternativa L**, São Paulo, n. 5, 2018. Disponível em: https://issuu.com/alternatival.revista/docs/ano5_ed_12_e_13__1_. Acesso em: 16 out. 2022.

ALTERNATIVA L. **Alternativa L**, São Paulo, n. 5, 2018. Disponível em: https://issuu.com/alternatival.revista/docs/ano5_ed_16_e_17. Acesso em: 16 out. 2022.

ALTERNATIVA L. **Alternativa L**, São Paulo, n. 7, 2020. Disponível em: https://issuu.com/alternatival.revista/docs/revista_finalizada_-_ed_21-_36_pag-_10-04__1_. Acesso em: 16 out. 2022.

ARQUIVO Lésbico Brasileiro lança site com coleção sobre Imprensa Lésbica. **Arquivo Lésbico Brasileiro**, 22 dez. 2021. Disponível em: https://www.arquivolesbicobrasileiro.org.br/2021/12/22/arquivo-lesbico-brasileiro-lanca-site-com-colecao-sobre-imprensa-lesbica/. Acesso em: 15 out. 2022.

BARBOSA, Paula. **Trajetória da imprensa lésbica no brasil (1981-1995)**: uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. Orientadora: Paula Melani Rocha. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A produção de crença**. Porto Alegre: Zouk, 2001.

BREJEIRAS, Rio de Janeiro: **Brejeiras**, v. 1, n. 1 – Março/Abril/Maio/2018a.

BREJEIRAS, Rio de Janeiro: **Brejeiras**, v. 1, n. 2 – Junho/Julho/Agosto/2018b.

BREJEIRAS, Rio de Janeiro: **Brejeiras**, v. 1, n. 3 – Outubro/Novembro/Dezembro/2018c.

BREJEIRAS, Rio de Janeiro: **Brejeiras**, v. 2, n. 4 – Junho/Julho/Agosto/2019.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: Uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso**: mídia e produção da subjetividade. 1996. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia**: modos de educar na (e pela) TV. Educação e pesquisa, v. 28, p. 151-162, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HALL, Stuart et al. **A produção social das notícias**: o mugging nos media. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORIN, Edgar. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). **Revista**

FAMECOS, *[S. l.]*, v. 10, n. 20, p. 07–12, 2008.

REVISTAS. Arquivo de Revistas. **Lesboteca**, 9 de out. de 2019. Disponível em: https://lesboteca.com/category/revistas/. Acesso em: 16 out. 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção da notícia. Orientadora: Virginia Fonseca. Dissertação (mestrado). Programa de PósGraduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, p. 224-247, 1993.

Recebido em 17/11/2022
Aceito em 18/01/2023

ACESSO À JUSTIÇA DA POPULAÇÃO LGBTI+: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DEFENSORIA PÚBLICA

ACCESS TO JUSTICE FOR THE LGBTI+ POPULATION: AN ANALYSIS FROM THE PUBLIC DEFENSE OFFICE

Kassia Hellen Marins [1]
Olívia Pessoa [2]
Luciana Silva Garcia [2]

Resumo: este estudo é um desdobramento do relatório de pesquisa intitulado *Relatório da Pesquisa População LGBTQIA+*[4] publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2022, cujo objetivo foi diagnosticar o acesso à justiça para comunidade LGBQIA+. Aqui, o objetivo é analisar as entrevistas envolvendo a Defensoria Pública a fim de identificar o acesso à justiça e a atuação da instituição em casos envolvendo violências contra a população LGBTQIA+. Para isso, foram analisadas entrevistas com 12 defensoras(es), 02 assessoras(es) e 01 ouvidora geral externa. A partir das entrevistas, foi possível identificar a importância da Defensoria Pública na promoção e garantia dos direitos da população LGBTQIA+ e os maiores entraves enfrentados pela instituição. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha decidido pela criminalização da LGBTfobia em 2019, com a aplicação da Lei do Racismo, foi relatado que desde então, nenhum caso sobre o tema foi levado à Defensoria Pública, nem mesmo relatado por delegacias parceiras, o que sugere uma subnotificação dos casos. Inobstante, foi constatado que há diversas dificuldades para a realização da retificação de nome e gênero, principalmente devido ao Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça não prever condições claras sobre a gratuidade do ato e a falta de respeito dos cartórios no atendimento às pessoas transexuais e não binárias, assim como a falta de uniformidade do processo de retificação entre os estados brasileiros.
Palavras-chave: LGBTI+; acesso à justiça; Defensoria Pública.

Abstract: this study is an offshoot of the research report entitled *LGBTQIA+ Population Research Report* published by the National Council of Justice in 2022, whose objective was to diagnose access to justice for the LGBQIA+ community. Here, the objective is to analyze the interviews involving the Public Defender's Office in order to identify the access to justice and the institution's performance in cases involving violence against the LGBTQIA+ population. For this, interviews with 12 defender(s), 02 advisor(s) and 01 external general ombudsman were analyzed. From the interviews, it was possible to identify the importance of the Public Defender's Office in promoting and guaranteeing the rights of the LGBTQIA+ population and the biggest obstacles faced by the institution. Although the Federal Supreme Court (STF) decided to criminalize LGBTphobia in 2019, with the application of the Racism Law, it was reported that since then, no case on the subject has been taken to the Public Defender's Office, not even reported by partner police stations, which suggests underreporting of cases. Nevertheless, it was found that there are several difficulties in carrying out name and gender rectification, mainly due to Provision nº 73, of National Council of Justice, not providing clear conditions on the gratuity of the act and the lack of respect of the registry offices in the service of transgender and non-binary people, as well as the lack of uniformity of the rectification process among Brazilian states.
Keywords: LGBTI+; access to justice; public defense.

[1] Acadêmica de Direito pela Universidade Positivo (2019-2023), membra da Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI (ANAJUDH-LGBTI), Curitiba-Paraná, e-mail: kasshe11en@icloud.com.

[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná, professora na Universidade Positivo, Curitiba-Paraná, e-mail: olivia.pessoa@gmail.com.

[3] Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), advogada de direitos humanos, Taguatinga-Brasília.

[4] Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contra-lgbtqia.pdf.

1 INTRODUÇÃO

Como ponto de partida, é importante mencionar que o acesso à justiça é colocado e percebido como movimentação de Direitos Humanos. Galanter (2015) informa que o acesso à justiça se movimenta a partir de injustiças, caminhando para a inclusão de problemas sociais que, anteriormente, tinham pouca ou nenhuma importância no poder judiciário. Para Paschoal (2022), pensar no acesso à justiça é considerar aspectos como a raça, gênero e classe social. Na hipótese de ignorar esses aspectos, uma nova forma de desigualdade pode ser aprofundada.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como a população LGBTQIA+ tem acesso à justiça através das Defensorias Públicas. Para isso, foi utilizado um roteiro metodológico que norteou a pesquisa[5], o qual incluiu uma revisão da literatura existente sobre o assunto, planejamento do campo de pesquisa, elaboração de roteiros de entrevistas, estabelecimento de um cronograma de entrevistas e elaboração de estratégias para coleta de dados qualitativos com operadores do direito em âmbito da Defensoria Pública.

Para a revisão de literatura sobre o acesso à justiça da comunidade LGBTQIA+, foram acessados os repositórios de trabalhos acadêmicos e científicos, tais como google acadêmico, *scielo*, *research gate* e o banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando critérios de buscas relacionados ao acesso à justiça, população LGBT, população LGBTQIA+, violência, Poder Judiciário e Defensoria Pública.

Especificamente sobre o termo *violência*, importante mencionar que foram localizados textos que caracterizam como ato contra pessoas LGBTQIA+ que resulte em lesão corporal, homicídio, tentativa de homicídio e estupro, além da violência psicológica, verbal e moral que se configuram como racismo, injúria racial e/ou discurso de ódio.

A técnica utilizada para planejar o campo foi o mapeamento de atores-chaves cujo objetivo foi compreender como se dá o acesso à justiça da população LGBTQIA+ nas instituições defensoriais. Nos primeiros contatos, a estratégia utilizada foi localizar se a Defensoria Pública do Estado a ser entrevistado possuía indicação de núcleo especializado em Direitos Humanos ou semelhante, por entender, a partir das pesquisas, que é o núcleo que concentra demandas da população LGBTQIA+.

Em sequência, foi estabelecido um cronograma de entrevistas online com os atores-chaves. Para a realização das entrevistas foram elaborados instrumentos de coletas semiestruturado com as dimensões a serem abordadas durante as diversas entrevistas. Tal escolha se justifica diante da transversalidade entre temas relativos à comunidade LGBTQIA+ e o judiciário.

Além disso, ainda na entrada do campo, foi utilizado o método da pesquisa social, conhecido como "bola de neve", que tem sido essencial para a localização e o acesso para entrevista com pessoas atores do Sistema de Justiça que atuam na temática pesquisada.

[5] Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contra-lgbtqia.pdf.

Por fim, após a realização do campo de entrevistas, ocorreu a transcrição de todo o material gravado, quando autorizadas. A transcrição se mostrou fundamental para extrair a percepção exata das pessoas entrevistadas. Na sequência foram construídas categorias analíticas a fim de profunda análise do conteúdo na pesquisa qualitativa, como proposto por Laurence Bardin (1977)[6]. Além disso, os dados também foram analisados pelo instrumento de análise qualitativa a partir do *software* atlas. ti.

Para alcançar os objetivos do presente trabalho, ao final, os resultados obtidos também foram por meio da sociedade civil e demais profissionais do Poder Judiciário, que puderam colaborar com a perspectiva dos direitos da população LGBTQIA+, sobretudo no que tange ao acesso à justiça da comunidade.

2 O RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+

De acordo com Honneth (2003), a auto realização se constitui ao longo dos processos de interação social que permitem ou negam aos sujeitos o desenvolvimento de uma autorrealização saudável.

Na sociedade ocidental contemporânea são três as dimensões historicamente construídas centrais para a autorrealização: o amor, os direitos e a estima social. A primeira se baseia em vínculos afetivos fortes, essência para o surgimento do sentimento de autoconfiança. A segunda se pauta pelo princípio da igualdade universal e dela depende a experiência de autorrespeito. E a terceira envolve a possibilidade do indivíduo ser estimado socialmente por contribuir para a realização de objetivos sociais (HONNETH, 2003).

Ainda na concepção de Honneth (2003), há três formas de desrespeito que cerceiam a autorrealização: i) as violências físicas que impedem que os indivíduos disponham livremente de seus corpos; ii) a denegação de direitos que evidenciam os limites da igualdade universal; e iii) a depreciação apriorística dos indivíduos.

O reconhecimento da população LGBTQIA+ por si só encontra barreiras sociais e deslegitimação pessoal. Mesmo assim, não é o que se espera de instituições de ordem democráticas, contudo é o que acontece.

> A gente trabalha muito com a Defensoria e aí o problema principal é a questão do momento da tipificação. Então, ali os escrivães, os primeiros delegados é o primeiro atendimento... muitas vezes quando a gente já passa desse primeiro atendimento, a gente já tem um reconhecimento de identidade, né? E aí, **dependendo do tipo que a pessoa vai fazer esse ato da denúncia, ela pode ou não passar por um processo de violação** (trecho de entrevista com uma pessoa da sociedade civil que atua em conjunto com a Defensoria Pública da região do Norte).

[6] Para Laurence Bardin, a categorização analítica é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos à condições de produção/recepção destas mensagens.

A perspectiva da auto realização e as lutas por reconhecimento pela população LGBTQIA+ embasam, em geral, estudos no campo da formulação de leis, promoção de direitos por meio de acesso a serviços, sobretudo do acesso ao Sistema Único de Saúde, e ainda, no campo da formação de políticas públicas.

Mesmo com criação de redes para a promoção da igualdade e assegurar direitos fundamentais da população LGBTQIA+, segundo o que se depreende das entrevistas realizadas, não é certo que haverá reconhecimento e acolhimento da demanda por algumas instituições, sobretudo a delegacia que deveria de ser a porta de entrada para denúncias discriminatórias.

Especificamente a respeito da formulação de normas, há que mencionar a criminalização da LGBTfobia. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) compreender pela omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei a fim de criminalizar atos decorrentes de LGBTfobia[7].

A tese da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADO) 26, versou sobre três pontos argumentativos, são eles:

1. Até que haja lei específica para *os mandados de criminalização* definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição Federal, as condutas que decorrem de discursos e ações homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, devem ser abarcados aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei Federal nº 7.716, de 08/01/1989, inclusive na hipótese de homicídio doloso, circunstancia que o qualifica como motivo torpe à luz da legislação penal, art. 121, §2, inciso I *in fine*.
2. A repressão penal à prática homotransfóbica não alcança nem restringe ou limita a liberdade religiosa, desde que as manifestações em âmbito religioso não incitem a discriminação, hostilidade ou violência contra pessoas em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero.
3. O conceito de racismo deve ser compreendido em sua dimensão social, amplo. Cuida-se de uma construção de índole histórico-cultural a fim de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, dominação política, subjugação social e negação da alteridade, dignidade e da própria humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável e por não pertencerem a posição de hegemonia em determinada estrutura social. A injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

A esse respeito, o que se extrai das entrevistas e análise dos dados é que mesmo sendo possível a compreensão sobre a política de reconhecimento ao equiparar a LGBTfobia

[7] Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de relatoria do Ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo Ministro Edson Fachin.

ao crime de racismo, é ainda problemático o reconhecimento do crime.

De todo modo, a decisão do STF merece comemoração, mas ainda se encontra uma deslegitimação dentro de sua aplicabilidade, que é baixa. Explica um Defensor Público da região Sudeste que a Lei nº 7.716/89, na práxis jurídica, acaba por configurar o crime de racismo na modalidade de injúria racial. É no mesmo sentido que afirma outro Defensor Público da região Sudeste:

> A criminalização por si só ela não resolve nenhum tipo de problema social (...) A lei de racismo não resolveu o problema de racismo no Brasil né? É o que eu sempre falo... da mesma forma que a criminalização da LGBTfobia por si só também não vai resolver esse problema social (trecho de entrevista com defensor público).

Uma advogada atuante em direitos humanos da população LGBTQIA+, parceira da Defensoria Pública da região Sudeste, relatou a ocorrência de um fato ao registrar um boletim de ocorrência de uma de uma cliente:

> Um exemplo, foi registrado um boletim de ocorrência de uma cliente minha e ela foi chamada lá para esclarecimento, fui até lá e **eles não queriam colocar que a violência tinha acontecido por transfobia, eles queriam falar que ela tinha sofrido racismo, mas ela tinha sofrido transfobia e racismo e eles não queriam colocar transfobia porque já tinha o racismo**, só que se você coloca apenas racismo, se você não deixar especificado ali que tem a transfobia, eu ia ter problema lá na frente, então tive que brigar. **Pra você ter ideia passei duas horas e meia na delegacia discutindo com o delegado. Ele queria que eu buscasse a própria decisão do STF que tinha criminalizado LGBT fobia, que segundo ele não conhecia** (trecho de entrevista com defensor público com advogada).

A falta de reconhecimento, iniciada na delegacia, são endossadas por demais instituições. Segundo a Defensoria Pública da região Sul, no boletim de ocorrência é onde tudo acontece para a Secretaria de Segurança Pública. Explicam os Defensores e Defensoras que o boletim de ocorrência tem, dentre os tantos outros impactos, um viés no IML, cujo sistema ainda é binário.

> Se tem um pênis é computado como masculino. Se tem vagina, foi contada como feminina, mesmo que a expressão de gênero dessas pessoas e a identidade dela sejam totalmente performáticas para o feminino e para o masculino. (...) Ele simplesmente olhou para mim e falou assim, a resposta dele foi curta e grossa: tem pinto é homem, tem vagina é mulher e é assim que eu vou registrar (trecho de entrevista com defensor público).

A falta de estrutura para o reconhecimento das violências contra a população LGBTQIA+ tem impactos severos. O reconhecimento deve ter caráter plural e adequado, capaz de computar dados quantitativos de violências, homicídios e identidade da pessoa, sobretudo travestis e transexuais, em razão dos números alarmantes. Somente com quantitativo que se é possível trabalhar em políticas públicas.

Neste ponto, uma Defensoria Pública da região Sudeste explica que é urgente tratar da subnotificação que ocorrem em delegacias. O assunto foi tratado por meio de uma ação civil pública:

> Tem um procedimento administrativo nosso que resultou em uma ação civil pública para conseguir a inclusão dos campos de orientação sexual e identidade de gênero nos registros criminais nessa tentativa de conseguir dados estatísticos melhores (trecho de entrevista com defensor público).

Como observou uma Delegada da região Sudeste, é necessário o desenvolvimento de campanhas de capacitação nas instituições, a fim de que todas as pessoas sejam atendidas democraticamente e sem discriminação.

> Eu penso que a polícia ela precisa tá sempre em evolução, nós não podemos nunca deixar de estar trazendo cultura, conhecimento, modernização, tecnologia... e isso tudo tem a ver com essa população LGBTQIA+. Por quê? Porque nós temos que saber a forma de abordagem a essa população e muitas das vezes nos falta capacitação, de como que você se dirige a eles. As vezes num atendimento, numa abordagem inicial você ofende sem querer, exatamente por não saber as vezes se comportar numa nomenclatura, quando as vezes numa um cidadão LGBTQIA+ ele não se reconhece no gênero que ele tem... (trecho de entrevista com delegada da região Sudeste).

Assim como ocorre com crimes de racismo, o crime LGBTfóbico tem sido quantificado na questão de injúria, tendo, portanto, um tratamento de menor ofensivo, que, ao final, acaba com penas alternativas.

Por fim, foi possível identificar, por meio das entrevistas, que crimes LGBTfóbicos, são contatados na questão de injúria, tendo, portanto, um tratamento de menor ofensivo, que, ao final, acaba com penas alternativas. Por certo, numa análise rigorosa, conclui-se pelo não reconhecimento das violências contra a comunidade LGBTQIA+, restando a subnotificação e reforço de violências como um potencial presente no momento da denúncia.

3 DEFENSORIA PÚBLICA COMO POTENCIAL PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENTRAVES ENFRENTADOS

A denúncia da LGBTfobia deveria ter como porta de entrada institucional as delegacias de polícia, no entanto, essas funcionam na maior parte das vezes como um filtro dessas denúncias. Logo, foi possível identificar ao longo da pesquisa que a Defensoria Pública e organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental no tratamento da violência e violações de direitos da população LGBTQI+, seja recebendo denúncias de violações de direitos humanos ou prestando assessoria.

Em atuação coletiva e individual, a Defensoria Pública conta, em algumas cidades, com núcleos especializados para um atendimento mais humano e sensível

> (...) os núcleos especializados eles atuam com demandas coletivas e estratégicas e com demandas ainda que individuais, mas que tenham repercussões coletivas. Por exemplo, a questão da retificação de nomes, enfim, que [nome do defensor público] vai falar da perspectiva das mulheres. Quando chega para Defensoria Pública, chega tanto demandas individuais quanto demandas coletivas. Do ponto de vista individual, quando chega, falando de onde eu conheço, muitas vezes chega... Nós temos casos, por exemplo, de violações sofridas em espaços privados e espaços públicos (trecho de entrevista com defensor público da região Sul).

Além da atuação dentro da estrutura defensorial, percebe-se que a Defensoria Pública ocupa outros espaços que são de referência para a população LGBTQIA+. Explica uma Defensora Pública que não tem um número e frequência grande de chegada de denúncias, mas elogia a atuação de um Centro de Referência que atua em conjunto com a Universidade Federal da cidade localizada.

Percebendo o acesso, a instituição realiza, em momentos estratégicos, parcerias com o aludido Centro de Referência com o objetivo de ampliar seu atendimento.

> (...) aqui em [nome da localidade], a Universidade [nome da universidade] tem um centro de referência na linha de frente para toda essa população. Esse centro é mais do que um centro de referência, a população o busca para tudo. **A gente fez um mutirão de retificação de nome, gênero**, e esse centro sabe tudo dessa população, então a maioria dos processos ficam ali com eles, de vez em quando passa algum por mim, mas é raro, a maioria fica nesse centro de referência da Universidade [nome da universidade] (trecho de entrevista com defensor público da região Sudeste).

Segundo um membro da Defensoria Pública da região Nordeste, a instituição defensorial é considerada a mais aberta dentre as instituições do sistema de justiça, o que pode ser

a explicação de a Defensoria Pública ser a primeira porta de entrada de vítimas da LGBTfobia.

Igualmente é o que mencionada um Defensor Público da região Sul, conforme trecho de entrevista abaixo:

> A Defensoria Pública, felizmente diferentemente de outras instituições do sistema de justiça, e isso é uma avaliação pessoal que faço e depois apenas esclareço porque que faço essa breve análise, ainda assim é um pouco mais oxigenada em relação as outras instituições de justiça. É uma leitura que eu faço em conversa com outros colegas que também são do grupo LGBTQIA+ que temos inclusive nacionalmente. Estamos tentando né? Temos coletivo de defensores e defensoras LGBTs, que tentamos fazer aí alguma articulação, mas é algo muito incipiente, mas a gente verifica as vivências no âmbito do sistema de justiça. **Felizmente, a Defensoria Pública ainda é um pouco mais oxigenada** por ser uma instituição um pouco mais jovem, porém ela também precisa fazer aí um exercício de autocrítica também para melhor oxigenar e melhor ainda refletir dentro dos seus espaços internos e de poder uma composição um pouco mais igualitária. Tanto para gênero como também para raça e para população LGBT.

Na percepção de um juiz, atuante em Direitos Humanos, da região Sul, a Defensoria Pública tem um perfil diferenciado, voltado as questões de reconhecimento e promoção de direitos das pessoas vulneráveis, que se mostram presentes desde o concurso público. Ao ser questionado a respeito do por que a Defensoria Pública é vista como uma instituição acolhedora, ele responde:

> Eu acho que é o perfil da pessoa que presta o concurso. É o perfil das disciplinas que são cobradas no concurso. É uma ideia da defensoria que é um pouco mais diferente, que vai além do dogmatismo, que traz questões mais de criminologia, de direitos humanos e isso fala muito da estrutura e da finalidade da defensoria enquanto atividade jurisdicional (trecho de entrevista com juiz da região Sul).

Em geral, a Defensoria Pública se mostra de forma bastante dialógica com os movimentos e com a ponta da população que está demandando iniciativas. Em geral, é uma boa relação com algumas dificuldades que dependem de estrutura e composição.

Um dos meios que auxiliam na comunicação com o público é a estruturação defensorial em núcleos especializados. É uma via que facilita a entrada da população e a busca por informações e reclamações de direitos. Segundo uma Defensora Pública da região Sul, este é um dos motivos de a instituição ser o primeiro contato da população com o sistema de justiça:

> Eu acho que a defensoria pública em alguns estados já evoluiu bastante porque nós temos núcleos temáticos. E a defensoria, como eu costumo dizer... a primeira porta, por muitas vezes, somos nós... assim, o primeiro contato com esse sistema de justiça muitas vezes é a defensoria. Eu acho que a defensoria tem muito a evoluir porque como a gente é a porta de entrada dessas pessoas... (trecho de entrevista com Defensora Pública da região Sul).

Também quanto a proximidade da Defensoria Pública com a população:

> A gente aqui em [nome da cidade] tem o Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas da Defensoria Pública, que é a porta preferencial da defensoria para esses casos que a gente atende. E aí a gente tem mais proximidade e a gente articula né... Olha, doutora, a gente está enviando esse caso que é assim e assim, ela tem interesse em reparação de danos, ela tem interesse numa mediação não litigiosa, né? Então, a gente faz esse diálogo com a pessoa para que a pessoa possa ser acolhida e recebida lá no outro ente da rede da melhor forma possível (trecho de entrevista com integrante da sociedade civil da região Nordeste).

Nas falas, a compreensão da Defensoria Pública atuar em núcleos especializados apareceu como condição fundamental para o acesso à justiça da população LGBTQIA+. Como indicado nas entrevistas com Defensoras e Defensores Públicos, sem isso, o sistema defensorial tornaria mais uma instituição distante por essa população.

Contudo, combinada a essa questão, foi relatada a existência de lacunas estruturais, o que tem dificultado uma atuação mais ativa e crescente.

Antes, porém, de adentrar nas lacunas da instituição defensorial, é importante destacar que a maior busca em sede defensorial se faz a partir de auxílios quanto a retificação de nome e/ou gênero, conforme demonstrado pela nuvem de palavras abaixo:

FIGURA 1 - Nuvem de palavras



Fonte: Coleta de dados (2022)

Em entrevista com uma Defensora Pública da região Sul, ela aponta:

> As demandas que chegam ao núcleo são, na grande maioria, para buscar **auxílio para as retificações de prenome e gênero**. Então ela [usuária dos serviços da Defensoria] já vem orientada, sabendo que **aqui é onde a gente né, no caso do NUDEM, as mulheres vão conseguir essa orientação**. (trecho de entrevista com Defensora Pública da região Sul).

Desde o Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça, houve certa facilitação para o procedimento de retificação de nome e gênero. O que chama a atenção é que antes mesmo do aludido provimento, uma Defensoria da região Sul, já realizava mutirões com finalidade de retificação de nome da população transexual:

> A [nome da Defensora] não mencionou, mas ela fazia parte também do grupo de trabalho de direitos humanos e **a gente fez atendimentos, mutirões de retificação. Na época não tinham provimento de 2018 do CNJ.** Então nós fazíamos mutirões de ações para retificação de prenome. Então foi o que começou também aí a nossas primeiras atuações estratégicas, digamos assim (trecho de entrevista com Defensor Público na região Sul).

Nesse aspecto, reconhece-se uma das principais lacunas que impacta na atuação da Defensoria Pública. Foi ressaltada a necessidade de oferecer mais suporte e esclarecimento sobre o procedimento de retificação, desde informação uniforme até capacitação para agentes de cartório, que mesmo com um provimento atestando a possibilidade de gratuidade, se negam a via gratuita. Sobre o processo de retificação, um Defensor Público da região Sudeste aponta:

> Então eu vejo com um triste olhar... Eu também tive um caso de que trata da área cível de retificação. **Entrei com uma ação para pedir a retificação porque a pessoa não tinha condição**. A maioria das pessoas trans não tem condição... Os custos para fazer os procedimentos extrajudiciais são altos, né? De emolumentos e tal... aqui em [nome da cidade] pelo menos gira em torno de quinhentos a seiscentos reais para você retificar um nome... E aí a pessoa não tinha, eu entrei com uma ação pedindo a gratuidade da justiça para poder fazer a retificação. No primeiro ato do magistrado... era uma **magistrada**, na verdade... **fez um despacho falando que precisava fazer estudo psicossocial.** Algo totalmente incabível, né? **E aí eu fiz uma petição ali em seguida, pedi para ela reconsiderar, falei que isso é inconstitucional, porque a decisão do Supremo prevê esse tipo de caso, não tem óbice algum, basta a autodeclaração. A juíza falou que não, que na seara judicial é necessário um estudo** (trecho de entrevista com Defensor Pública da região Sudeste).

Em entrevista com uma pessoa da sociedade civil que tem experiência no auxílio de informações à comunidade LGBTQIA+ no que tange o processo de retificação de nome e gênero, e que realiza trabalhos conjuntos com a Defensoria Pública da região Sudeste explica:

> [Nome da cidade], infelizmente, **é um lugar que não garante a gratuidade** e isso é uma das coisas que eu quero discutir melhor depois. A gente precisa deixar muito, muito nítido pra o CNJ porque o provimento setenta e três é um **provimento do Conselho Nacional de Justiça**, né? E que ele **precisa ser melhor formulado pra garantir a gratuidade em todos os estados**, né? Ele precisa de atualização aí para que a gratuidade para pessoas que não tenham possibilidade de pagamento seja garantido (trecho de entrevista com sociedade civil da região Sudeste).

O que se depreende das entrevistas é que o processo de retificação não é simples procedimento administrativo ou jurídico. Há uma questão de autoidentificação e reconhecimento perante a sociedade. De ser entendido(a/e) conforme expressão de gênero e identidade, de modo que a negativa para o processo de retificação é vista como uma violação de direitos humanos:

> E aí a gente reconhece que **quando a pessoa passa por esse processo de retificação, ela tende a passar menos por um processo de violações. Porque ela tem documentos que já reconhece ela enquanto gênero feminino.** Então **a partir daquilo as pessoas começam a ter um pouco mais de respeito** (trecho de entrevista com Defensor Público da região Norte).

Esses aspectos contribuem para a dificuldade de diversidade em espaços da justiça, que ao mesmo tempo que combate, promove e educa em Direitos Humanos, fomenta mais um espaço de apagamento de formas diversas. Uma das pessoas entrevistadas, que atua como Defensor Público na região Sul, destacou alguns pontos e ações sobre a estrutura e cultura de invisibilidade de grupos vulneráveis:

> A Defensoria Pública e a gente nada mais é do que uma instituição como outra qualquer que **está inserido numa estrutura um pouco mais complexa, racista, numa estrutura que é machista, numa estrutura brasileira ainda que é LGBTfóbica**. Então **evidentemente que todas as instituições vão acabar representando, vão acabar perpetuando de alguma forma aspectos nesse sentido**. Não à toa que **a maioria ainda de defensores e defensoras públicas são defensores brancos, né? Não tem defensores trans**. Então isso é reproduções dessa macroestrutura mesmo. Então eu acho que a gente **precisa ainda fazer um letramento racial, um letramento de gênero e colocando aqui um letramento de todos os aspectos da comunidade LGBT ainda** (trecho de entrevista com Defensor Público da região Sul).

Também vale pontuar a necessidade de uma estrutura adequada para efetivar o acesso à justiça por meio da Defensoria Pública. A necessidade de aumentar o quadro de profissionais e instituição defensorial é uma via urgente para alcançar o pacto constitucional e efetivar a promoção dos direitos humanos de grupos vulneráveis. Nesse sentido, destaca-se a percepção da Defensoria Pública da região Sudeste:

> Eu acho que a dificuldade que a Defensoria Pública se depara sempre é uma **dificuldade de estrutura**, então hoje em dia em [nome da cidade] nós **não temos sequer um defensor em cada comarca, o que estipula a emenda constitucional, que prevê que cada comarca tenha pelo menos um defensor público**, então nós estamos muito longe ainda dessa meta, **ainda há muitas cidades que não tem Defensoria Pública** e às demandas LGBT acabam ficando bem concentradas no núcleo (trecho de entrevista com Defensor Público da região Sudeste).

Essa dificuldade baliza que embora os núcleos especializados sejam específicos como tema guarda-chuva, a quantidade e pluralidade de demandas são desproporcionais ao número de profissionais atuantes.

> Esse núcleo que hoje e é o **Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial**, **ele não atua em questões apenas LGBT, ele atua em todas as questões referente a discriminações e promoção de igualdade**, então ele atua também nas questões **raciais, quilombolas, indígenas**, então existe toda uma na divisão dessas duas pessoas, tentando atuar em todos esses temas que são bem complexas, que têm algumas similaridades, mas tem coisas muito diferentes entre si. Então **é uma estrutura bem reduzida para o tanto de demandas que existem no Estado em relação a essa temática, muitas vezes é muito difícil dar conta dessas demandas**. (trecho de entrevista com uma Defensoria Pública da região Sudeste).

A despeito da expansão de atendimento a partir de uma equipe reduzida se mostra mais que evidente em entrevista realizada com uma Defensora Pública da região Sudeste. Foi apontada a necessidade de ampliação de profissionais a fim de promover um atendimento adequado em termos de tempo e mesmo até qualidade:

> Na verdade, a gente até chama de núcleo, mas é só eu de defensora, acontece que eu tinha uma assistente social voluntária, mas hoje ela já é aposentada e com a pandemia ela ficou em casa. Agora nessa volta, eu to sentindo que ela não está mais querendo voltar. **Então sou eu e meu estagiário, é um núcleo de uma pessoa** (trecho de entrevista com Defensora Pública da região Sudeste).

Tal condição parece ser agravada pela falta apoio multidisciplinar e estratégias para promover canais de qualidade para o atendimento ao público:

> **A gente precisa desse atendimento multidisciplinar, de psicólogo, de assistente social, de fazer visita na casa da pessoa, porque às vezes ela não dispõe de condições financeiras para se deslocar** até o centro ou até a casa da mulher, e talvez em algumas cidades, como em [nome da cidade], fazer a divisão em bairros ou itinerantes. Mas acho que a parte jurídica até está estruturada, mas a gente precisa de uma equipe multidisciplinar mais atuante (trecho de entrevista com Defensora Pública da região Sudeste).

O reconhecimento do entrave econômico destinado às Defensorias Públicas é um fator que se mostrou relevante a partir das entrevistas. A falta de estrutura e profissionais decorrem, em muita, senão total, medida pela ausência de investimentos nas instituições defensoriais. Tal como apontado em entrevista com um Defensor da região Sul: *eu acredito que nós, hoje, temos barreiras econômicas*.

As entrevistas destacam o fator cultural e social como um potencial entreve para a promoção de direitos humanos da população LGBTQIA+. Uma sociedade vinculada a preconcepções machistas e sexistas, a violação de direitos que se justifica a partir da orientação sexual tem a ver com a rejeição da identificação e expressão de gênero que não se enquadram na normatividade. Como diria Renan Quinalha (QUINHALHA, 2021), é o que vai contra a moral e aos bons costumes.

A respeito dessa particularidade, a fala de um entrevistado com experiência no atendimento voltado à população LGBTQIA+ na Defensoria Pública da região Sul confirma a referida interferência cultural:

> **Temos barreiras também culturais e sociais que podem ser colocadas aí em nível de instrução de algumas vítimas**, que às vezes não conhecem ali o fluxo e também de preconceito, e isso dentro das instituições. Então nós **temos umas barreiras culturais aí dentro das próprias instituições** também na forma de conduzir uma apuração de uma prática violadora. Então eu acredito que a gente precisa aprimorar bastante isso ainda (trecho de entrevista com Defensor Público da região Sul).

Na concepção de um Defensor Público da região Centro-Oeste, tal questão também aparece com um papel relevante ao pautar assuntos relevantes ao movimento LGBTQIA+. Contudo, reconhecer que esses entraves também decorrem de um pilar social pode ser importante para trabalhar em ações educativas, sobretudo de conscientização. A falta de entendimento sobre questões de gênero e sexualidade, não podem servir de argumento para não evoluir políticas públicas e promoção de direitos da população LGBTQIA+.

Aponta um entrevistado que tendo em vista o processo cultural estrutural discriminatório, é que há a necessidade de pautas como a proteção à comunidade LGBTQIA+ serem priorizadas:

> [Nome do Estado] é um Estado ruralista, então algumas pautas tendem a não ser muito bem vistas e neste caso eu acredito que uma delas é a pauta LGBT, sim. Por isso, a necessidade de priorizarmos dentro do núcleo a proteção com relação à comunidade LGBT (trecho de entrevista com Defensor Público da região Centro-Oeste).

Uma pessoa entrevistada com experiência em atendimento à comunidade LGBTQIA+, com formação jurídica e Defensor Público há mais de 10 anos se deparou com uma enorme dificuldade para proceder com uma denúncia acerca de violência contra a população em questão.

Embora o entrave não seja diretamente relacionado instituição defensorial, merece apreço por se relacionar a questões sociais e discriminatórias estruturais. É o que conta um Defensor Público da região Norte que, junto a outro Defensor Público, tenta denunciar um crime relacionado a LGBTQIA+fobia:

> Tinha essa delegacia especializada, mas ela estava sendo escondida praticamente, dentro... porque uma violência grande que a população LGBTQIA+ sofre é o cyberbullying ou violência virtual ou desrespeito nas redes sociais. E aí como é que a gente faz para denunciar isso? **Nós fomos para essa delegacia,** ela estava funcionando aqui perto do nosso aeroclube**, mas estava funcionando improvisadamente e nós fomos conversar com a delegada e perguntamos "quantas denúncias aqui vocês realmente já receberam?" e eles já estavam ali funcionando há quase um ano e não tinham recebido nenhuma denúncia**.

Questionaram-se sobre a falta de quantitativo de denúncias, com a seguinte reflexão:

> **"poxa, mas se a gente que trabalha na área jurídica, nós somos dois Defensores Públicos, nós nos colocamos nessa situação e nós fomos fazer esse caminho e foi difícil para a gente chegar na delegacia e achar o local certo onde ela atendia, imagina uma pessoa em vulnerabilidade".** E aí nós conversamos com a delegada para saber como seria feito, se tinha algum trabalho, alguma preparação desses agentes, se não era uma delegacia como outra, ela só tá ali com aquela temática. Então na verdade eles estavam atendendo mais outras demandas do que efetivamente a denúncia. **E mesmo com a decisão do Supremo de enquadrar a LGBTQIA+fobia como uma verdade racismo, mesmo assim não tinham tido violência. Então passa uma falsa ideia. "Ah, então não tem violência". Tem! Tem violência e tem muita, só que realmente falta essa visibilidade.** O que já se reclama há muito tempo, com razão na minha opinião, é uma especializada, uma delegacia especializada voltada e vocacionada para esses casos..."

Notadamente que essas condições estão conexas com a falta de reconhecimento da violência, socialmente falando, mas também institucionalmente. Se para bell hooks (2018) não haverá sororidade feminista enquanto a supremacia branca não abrir mão da supremacia, em questões atinentes a discriminações estruturais, não haverá igualdade até que pessoas que fomentam a macroestrutura deixem sua supremacia (hooks, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise do campo bibliográfico e das entrevistas, buscou-se evidenciar o acesso à justiça da população LGBTQIA+ perante a Defensoria Pública e como a instituição se porta diante das demandas da comunidade, mesmo que o acesso à justiça se faça também por demais esferas do Poder Judiciário.

Portanto, ficou evidente que a Defensoria Pública é a porta de entrada da justiça para a população LGBTQIA+, seja por sequências de subnotificação e reforço das violências vivenciadas pela comunidade, seja por desrespeito a autoidentificação e direito ao nome. Logo, resta evidente a importância da instituição na promoção de um cenário de efetiva propositura de direitos.

A viabilidade de diálogos faz com que os esforços dentro das instituições defensoriais promovam um cenário de mudança e constante aprimoramento por um atendimento humanizado e acolhedor. Contudo, esse diálogo precisa estar alçado de entraves financeiros, falta de profissionais e uniformização procedimentais entre as diversas Defensorias Públicas. Mesmo assim, é vista como a primeira porta de entrada do judiciário para a população LGBTQIA+. Seja pelo seu perfil diferenciado, seja pela proximidade com a população por meio da estruturação de núcleos especializados.

Por fim, conclui-se que a Defensoria Pública, que possui um protagonismo juntamente às organizações da sociedade civil, é indispensável para garantir os direitos da população LGBTQIA+. Assim, se para Pier Paolo Pasolini (TREVISAN, 2011, p. 19), o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais, que a Defensoria Pública e demais instituições de ordem democrática sejam protagonistas em aproximar a população e romper tabus institucionais e promovendo ações educativas que possam romper tabus perante a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADO 26. Relator: ministro Celso de Mello, 2019.

COSTA, B. M., & LIMA, M. L. C.. Mapeamento de políticas públicas destinadas a pessoas LGBT: algumas conquistas e muitos desafios. **Revista Periódicus**, v. 3, n. 16, p. 121–132, 2021.

COSTA, Ramon; SILVA, Denis. A união homoafetiva e o papel da Defensoria Pública no

reconhecimento da pluralidade no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro *In*: HANSEN *et. al*.. **Jornadas sobre ética, justiça e gestão institucional**. vol. 4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Niterói, 2019.

DISCRIMINAÇÃO e Violência contra a População LGBTQIA+. Conselho Nacional da Justiça, 2022.

FAUSTINO, Marcella Raphaella. **Democratização do acesso à justiça**: um estudo sobre a atuação extrajudicial das Defensorias Públicas. 2020. 212 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2020.

FRASER N.. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos De Campo**. São Paulo - 1991, v. 15, (14-15), p. 231-239, 2006.

GALANTER, Marc. **Access to justice in a world of expanding social capability**, 37 FORDHAM URB. L.J. 115, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MARTINS, Alexandre. **Para além da racionalidade criminalizante**: por um abolicionismo penal queer. V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. São Paulo: USP, 2021.

VALE E SILVA, J., DE CARVALHO, Mesquita Ayres, J. R.. Potenciais contribuições da teoria da Luta por Reconhecimento, de Axel Honneth, para o desenvolvimento de reflexões críticas e pesquisas empíricas sobre as práticas de saúde. **RevSALUS - Revista Científica Internacional Da Rede Académica Das Ciências Da Saúde Da Lusofonia**, v. 3, n. 1, p. 56–60, 2021.

Recebido em 10/12/2022
Aceito em 13/02/2023

TRANS-IDENTIDADES E EDUCAÇÃO: CISNORMATIVIDADE E POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS

TRANS-IDENTITIES AND EDUCATION: CISNORMATIVITY AND POLICIES FOR TRANS PEOPLE

Keo Silva[1]

Resumo: o presente artigo tem como objetivo problematizar questões emergentes a respeito das trans-identidades no campo educacional, onde a questão da evasão/expulsão escolar, assim como as políticas de inclusão para pessoas trans compõem a realidade precária nos espaços de ensino e produção de conhecimento. No ímpeto de estender o debate sobre o campo da produção de conhecimento e das produções feitas por pessoas trans, penso a partir do conceito de cisnormatividade como eixo dessa discussão. Paralelamente, discuto as emergências dos conservadorismos contemporâneos no Brasil e seu impacto nas políticas de inclusão da população trans, perpassando conceitos importantes para o debate, tais como: pânico moral; desigualdade e desempenho; precariedade.
Palavras-chave: cisnormatividade; trans-identidades; educação.

Abstract: this article has the objective to discuss trans-identities in the educational field, when expulsion/dropout, as well as inclusion policies for trans people that make up the reality of trans precarious of the knowledge production spaces. In order to extend the debate about knowledge field and the trans's production. I think the cisnormativity concept as the axis of this discussion. At the same time, discussing the emergence of conservatism in Brazil and how this impacts the inclusion policies and the trans population, permeating important concepts for the debate, such as moral panic, inequality and precariousness.
Keywords: cisnormativity; trans-identities; education.

1 INTRODUÇÃO

Ainda que um tema bastante pertinente, as reflexões sobre trans-identidades e educação chegaram ao debate público muito recentemente. Durante as primeiras décadas dos anos 2000, a principal reivindicação feita pela população trans na educação girava em torno da utilização do nome social, o qual, como política, possui seus limites institucionais e pode ser entendido como política precária (BENTO, 2014), ao passo que também possui o potencial para desenvolver as subjetividades (CORREA, 2018), sendo compreendida como uma política de permanência para alunes [2]trans (OLIVEIRA e SILVA, 2017). O nome social, enquanto política institucional tem sua importância em termos de inclusão da população trans no campo educacional, visto que a realidade de evasão/expulsão escolar (BENTO, 2011) muitas vezes é permeada pela falta de reconhecimento institucional da identidade de gênero de pessoas trans.

[1]Doutorando pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - UFSC, graduado em Ciências Sociais - UFSC. Membro fundador do núcleo de estudos das travestilidades, transexualidades e transgeneridades - NETRANS (ativo entre os anos de 2018 a 2020).
[2]Uso o pronome neutro "e" como forma de incluir todas as identidades trans, binárias e não-binárias.

Cabe ressaltar que 82% da população trans brasileira não consegue finalizar o ensino formal básico[3]. Assim como o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso ao ensino formal encontram entraves, pois não há um levantamento de dados oficial feito pelo Estado para tais questões. Os dados que se tem em relação a tal população trans são fruto de pesquisas desenvolvidas por organizações não governamentais, a exemplo das excelentes pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), importante associação que tem organizado dados fundamentais para pensar a realidade de pessoas trans no Brasil e pelos próprios sujeitos, como o senso sobre transmasculinidades realizado em 2017 por João W. Nery[4] (NERY e MARANHÃO, 2017).

É importante considerar também que a questão das desigualdades sociais relacionadas à população trans no Brasil faz parte de uma série de fatores que estão interligados, pois, na maioria dos casos, a exclusão tem início dentro do campo familiar, em decorrência do que se pode chamar de transfobia familiar (SCHUMAN, 2012; SILVA, 2019). A expulsão de casa é ocasionada pela intolerância à identidade de gênero, quando não é correspondente às expectativas da norma cisheterossexual. Ao serem expulsas de casa, pessoas trans, não conseguem também concluir o ensino básico formal. A falta de formação constitui uma realidade de exclusão do mercado de trabalho formal fazendo com que muitas vezes a prostituição seja a única fonte de renda desses sujeites. Desse modo, é possível pensar em uma reação em cadeia de exclusões constituintes dessas realidades. Tal realidade é permeada por aquilo que Judith Butler (2018) chama de precariedade, que pode ser definida pela ausência de políticas estatais que amparem a realidade de exclusão. As diversas violências que são subsequentes às negligências estatais, também compõem a realidade de precarização.

Deste modo, torna-se importante pontuar o desenvolvimento de algumas políticas que dão seguimento a perspectiva de inclusão social de pessoas trans no campo educacional. Desenvolvidas ao longo dos últimos anos no Brasil, fruto das lutas dos movimentos sociais e também de uma abertura política, que mesmo com muitas lacunas, preocupou-se em desenvolver ações que visem à inclusão social desse e outros segmentos populacionais, a exemplo da política de nome social e também das ações afirmativas para pessoas trans no ensino superior (SILVA e VAZ, 2020).

Assim, o presente artigo objetiva problematizar questões emergentes a respeito das trans-identidades[5] no campo educacional no campo educacional, resultado de algumas perspectivas teóricas apresentadas e discutidas na disciplina Educação e Desigualdades, no

[3] Pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo de Carvalho Dias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Diversidade da Organização dos Advogados do Brasil, seção do estado do Mato Grosso, no ano de 2016. Disponível em: http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo. Acesso em: 11 dez. 2022.

[4] João Nery foi um dos ativistas pioneiros em relação às questões trans no Brasil. Também considerado um dos primeiros homens trans a fazer cirurgia de adequação de gênero, ainda no período da ditadura militar no Brasil, sua biografia é contada em seu livro "A viagem solitária" publicado em 2011.

[5] Uso esse termo e "pessoas trans" para me referir a diversas identidades trans: travestis, transexuais e transgêneros.

programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de algumas teorias e reflexões utilizadas para fazer um breve comparativo sobre políticas para pessoas trans no Brasil e Uruguai. Metodologicamente, além das reflexões e revisões bibliográficas, me ancoro nas perspectivas sobre *mediscape* (RIAL, 2005), a partir de notícias publicadas em jornais e pesquisas que demonstram a realidade da população trans brasileira.

2 BREVE PANORAMA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS

As ações afirmativas e políticas para pessoas trans são subsequentes ao processo de ampliação de acesso ao ensino superior, que como política governamental iniciou-se no Brasil no de 2008, por meio da implementação de ações afirmativas para pessoas negras e oriundas de escola pública e que passou a ser implementada nos programas de pós-graduação posterior a sanção da lei 12.711 (BRASIL, 2012). As ações afirmativas estão no escopo dos debates políticos há algumas décadas, debates como os desenvolvidos por Rodrigo Ednilson de Jesus e Nilma Lino Gomes (2014), nos quais identificam as representações sociais dos expositores da Audiência Pública sobre Políticas de Ações Afirmativas de Reserva de Vagas no Ensino Superior convocada pelo STF no ano de 2009.

Os autores também fazem considerações sobre a relevância das experiências de ações afirmativas e cotas raciais nas instituições, pontuando a importância de olharmos para essas políticas como questões estruturais e estruturantes da constituição social, a fim de que essas políticas, e seus desdobramentos, possam ser reconhecidos como componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática, pluriracial e pluriétnica. Kabenguele Munanga (2001) também faz uma análise que pode ser vista como uma expressão dos primeiros debates sobre ações afirmativas no Brasil, destacando e refutando os principais argumentos contrários às ações afirmativas para negros e negras no país. Seu argumento é de que seria necessário além das ações afirmativas, pensar em estratégias políticas a curto e longo prazo para uma transformação social que leve em consideração a crítica ao mito da democracia racial e as questões estruturais de uma sociedade "branqueada" como o Brasil. Para esse autor:

> Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso, e de permanência neles, aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à 'casta' branca da sociedade. (MUNANGA, 2001, p. 34)

Pesquisas como as de Joana Célia dos Passos (2015) evidencia-se como no país a condição racial constituiu um fator de desigualdade ou privilégio/exclusão entre brancos e negros, da mesma maneira que apresentam os tensionamentos que aparecem após a implementação das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Com destaque também às pesquisas que visam a inclusão de temas como as questões étnico-raciais, história da África, estudos afrobrasileiros, que ganham espaço e notoriedade após a Lei nº 10.639/2003.

Ainda na época do início dos debates sobre ações afirmativas, não se percebia uma expressividade de acesso e permanência de pessoas trans nas universidades, fato decorrente do não reconhecimento da identidade de gênero no campo educacional. No caso brasileiro, o que se pode afirmar é que a política de nome social foi a única política institucional que esteve relacionada ao acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior nas últimas décadas, após o processo de sua ampliação (MASSA, 2018; VAZ e SILVA, 2020), e que as experiências de ações afirmativas para pessoas trans ainda são muito recentes. No entanto, trazem ao debate público questões pertinentes, sobretudo, em relação à equidade no campo educacional.

3 A CISNORMATIVIDADE COMO FATOR DE PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ESCOLAR

As políticas de acesso e permanência asseguram as questões mais básicas porém não parecem ser suficientes quando percebemos que os espaços de educação formal (escola e universidade) são constituídos e reafirmadores da cisheteronorma, a qual se manifesta em um jogo de opressões que nem sempre são perceptíveis a todos e acaba por traçar um desfecho, infelizmente bastante comum, de exclusão e marginalização mesmo dentro dos muros dos espaços de ensino (BENTO, 2011).

Desse modo, podemos construir a hipótese de que as chances de acesso e permanência não são iguais a todes, considerando que pessoas que não correspondem a tal norma (cis), são excluídas dentro e fora dos espaços de ensino, vide os altos índices de expulsão escolar de pessoas trans e os altos índices de pessoas trans que estão em situação de vulnerabilidade social. Tal questão pode ser exemplificada pelo baixo número de pessoas trans que conseguem acessar a universidade, fato atestado na pesquisa realizada pela Andifes, publicado em reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo (MAIA, 2019), onde, dos 424 mil estudantes entrevistados, 0,1% se identificam como homem trans e 0,1% se identificam como mulheres trans/travestis, representando uma parcela muito baixa em termos de acesso às universidades. Por isso a importância de políticas de acesso e permanência, assim como uma política de incentivo à população trans de concluir o ensino básico e acessar a universidade.

Perceber que boa parte da população trans brasileira não consegue finalizar os estudos somado à ausência de políticas públicas que visem contabilizar a população trans (para além da contabilização de nossas mortes), são questões que reiteram elementos importantes para a elaboração do argumento de que para pensar no desempenho e nas desigualdades existentes no campo educacional é fundamental também pensar nas singularidades das experiências, como proposto por Bernard Lahire (2004) e Claudia Fonseca (1999), no intuito de perceber quais fatores impactam sobre o sucesso e o fracasso escolar, além de suas diferentes variáveis.

Ao considerarmos que a escola é um espaço onde se reproduzem as desigualdades que estão iminentes em nossa sociedade, como elaborado por Pierre Bourdieu (1982), é inevitável perceber como a cisnormatividade é fator relevante para se pensar o binômio fracasso e sucesso escolar, assim como os marcadores sociais da diferença, tais quais a identidade de gênero e a orientação sexual.

É importante pontuar, como fez Tomas Tadeu da Silva (1990), que as temáticas de gênero e sexualidade são bastante novas no campo da sociologia da educação brasileira, mas não irrelevantes para se pensar na realidade educacional no Brasil. Questões relacionadas ao campo dos estudos de gênero se focaram majoritariamente em perceber as nuances das desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas, mas pouco se preocuparam com as questões das diversidades sexuais e de gênero, ainda que tenham tido uma expressividade no campo das sexualidades (JUNQUEIRA, 2012). Talvez relegar isso à falta de preocupação seja um reducionismo o qual eu gostaria de evitar, então poderia dizer que dada a época em que tais pesquisas foram realizadas ainda não se percebiam as transidentidades e seus atravessamentos no campo educacional como relevantes frente às questões de sucesso e fracasso escolar. Certamente seria necessário pontuar que o apagamento dessa questão social também pode ser compreendido como transfobia estrutural (SILVA, 2019) ou cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015) no campo da produção de conhecimento.

A pesquisa realizada por Maria Ligia Barbosa (2011), que pioneiramente pensou as questões das desigualdades e desempenho escolar a partir de uma abordagem interseccional de gênero e raça em sua análise sobre políticas públicas desenvolvidas no Estado de Minas Gerais, possibilitou observar as diferentes nuances e estruturas de poder que permeiam o desempenho dos alunos para além de suas capacidades cognitivas e dizem mais de uma ordem da estrutura escolar que novamente se apresenta como reafirmadora das estruturas sociais e, portanto, das desigualdades. A pesquisa de Barbosa, complexifica as questões de gênero e raça para pensar o desempenho, no entanto cabe pontuar que não considera a questão de identidade de gênero (cis/trans) como um marcador social da diferença. Pode-se compreender que a ausência desse marcador reflete também a ausência de alunes trans nos espaços de ensino na época em que a pesquisa foi realizada, reflexo dos

processos de exclusão mencionados acima.

Nesse aspecto, minha hipótese é que a cisnormatividade, conceito desenvolvido por Viviane Vergueiro (2015), reflete nos processos de ensino aprendizagem de alunes que não correspondem a essa norma social, por tanto podem ser pensadas como um marcador importante para refletir sobre o desempenho escolar.

A partir de Viviane Vergueiro (2015) podemos compreender cisnormatividade enquanto: "um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais" (VERGUEIRO, 2015, p. 72). Para entendermos como esse norma social opera em relação ao controle dos corpos, é necessário trazer ao debate outro conceito importante que nos mostra como se constituem as hierarquias sociais em relação aos corpos cis e trans. Para a pesquisadora transfeminista Letícia Nascimento:

> [...] a categoria analítica da cisgeneridade vai exatamente demarcar que diferenciação sexual binária é utilizada como critérios de diferenciação de identidades sexuais dos corpos. Além, a cisgeneridade impõe a consequente produção de uma hierarquia social que considerará abjeto todo corpo que foge à tal normatividade (NASCIMENTO, 2021, p.125).

Para elucidar melhor, algumas pesquisas já realizadas no campo educacional mostram essa realidade de exclusão e desrespeito que muitas vezes se convertem nos fatores de exclusão escolar de pessoas trans. Nesse caso, utilizo exclusão escolar, no ímpeto de uma reflexão mais ampliada referente a todos os espaços de ensino formal, escola e universidade.

De acordo com pesquisa realizada pela ABLGBT, em 2015, 73% dos alunos entre 13 e 21 anos que se declaram LGBT foram agredidos verbalmente na escola (SALDAÑA, 2016). Além disso, a mesma pesquisa demonstra que 60% dos estudantes entrevistados disseram se sentir inseguros no ambiente escolar. Dentro da escola 34,7% disseram que o banheiro é o lugar de maior insegurança e 36,1% disseram que se sentem inseguros nas aulas de educação física (SALDAÑA, 2016).

A pesquisa intitulada *Juventude na escola, sentidos e buscas. Por que frequentam*? (2015) publicada pelo Ministério da Educação (MEC) aponta que 15% dos alunos entrevistados não gostariam de ter colegas *gays* e trans na escola. Outra pesquisa realizada pela ANTRA e publicada em 2018 informa que 90% das pessoas trans no Brasil, principalmente mulheres trans e travestis, que não concluem o ensino básico e encontram na prostituição uma das possibilidades mais viáveis de sobrevivência (ANTRA, 2018).

Desse modo a cisnormatividade se expressa de diversas formas no ambiente de ensino, desde a ausência de materiais didáticos e de temas presentes no currículo que não

abordem as temáticas das trans-identidades, passando pelas experiências de desrespeito muitas vezes manifestadas nas relações entre alunos e professores como os dados demonstrados acima. Além de questões estruturais como a patologização e a moralização das trans-identidades, se manifesta também na ausência e pouca expressividade de produção de conhecimento feita por pessoas trans. Assim é possível pensar a cisnormatividade em diferentes nuances, que perpassam as esferas mais estruturais da sociedade até dimensões das relações sociais e que caracterizam também a precarização das vidas trans brasileiras. Impactando diretamente nos processos de ensino aprendizagem de pessoas trans no ensino, assim como a permanência em tais instituições.

Os mecanismos de exclusão que por vezes geram evasão/expulsão escolar já foram pensados por alguns pesquisadores e pesquisadoras trans, a exemplo das reflexões feitas por Luma Andrade (2012) como os processos de exclusão involuntária, assim como os processos de silenciamentos percebidos por Kaio Lemos e Jarles Lopes de Medeiros (2020), para ficarmos em dois exemplos. Algo que tenho refletido desde minha escrita de dissertação do mestrado diz sobre o constrangimento como um afeto recorrente nas trajetórias de alunes trans. Exemplos como trazidos nas pesquisas de Luma Andrade (2012) ao observar que uma de suas interlocutoras, aluna trans de uma escola no interior do Ceará, passou por diversas situações onde o constrangimento foi um afeto eminente. Um deles foi quando a diretora da escola em que essa aluna estudava a impediu de participar de uma gincana em que ela (aluna trans) representaria a escola, afirmando que seria vergonhoso para a instituição ser representada por uma aluna trans.

Outro exemplo, é da narrativa de Laura Martendal (2017) em seu trabalho sobre sua trajetória no ensino superior, que também deixa evidente, ao narrar que mesmo solicitando que a professora respeitasse seu nome e sua identidade de gênero, a professora insistiu em chamá-la no masculino diante da sala toda. Nesses termos, gostaria de destacar a idéia do constrangimento como um afeto político que acomete pessoas trans e LGB cis nos espaços de ensino, a exemplo das reflexões feitas por Glória Anzaldua (1987) a partir de sua experiência enquanto professora lésbica/*queer*, que percebe a vergonha como um afeto político que perpassou sua trajetória.

4 CISNORMATIVIDADE NA ARENA POLÍTICA E NA EDUCAÇÃO, NOTAS (DE ALERTA) PARA AS POLÍTICAS ANTI-TRANS

Certamente que a cisnormatividade ou a transfobia institucional não são questões novas dentro do campo educacional, apesar de só recentemente tornarem-se temas de reflexão dentro do campo da sociologia e antropologia da educação, esse último como apontado por Oliveira (2021) permeado pela interdisciplinaridade. Tais questões tornaram-se pauta de um dos planos de governo como a política intitulada Brasil sem homofobia em

2004 e também foram abordadas nos materiais didáticos que seriam distribuídos nas escolas em 2014, intitulado de *kit* anti-homofobia, no intuito de combater o preconceito e a discriminação. Material que foi vetado pela ala conservadora da política nacional nesse mesmo ano.

Tais questões tornaram-se bastante complexas, pois o cenário político e educacional brasileiro viraram uma arena de disputas ideológicas e morais, constituídas pelo avanço do conservadorismo onde corpo, gênero e sexualidade estão no centro do debate (CÉSAR e DUARTE, 2017). O veto ao *kit* anti-homofobia foi apenas o início do que Marco Aurélio Prado e Sonia Correia (2018) chamaram de cruzadas anti-gênero e agora na segunda década dos anos 2000 se reverbera no campo legislativo, a exemplo dos inúmeros projetos de leis que correm na câmara legislativa que tentam vetar, impedir e colocar entraves nos debates sobre gênero e sexualidade no campo educacional. Coloco em destaque dois deles: o PL 5248/2020 que visa o veto do uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e nos documentos escolares e a anulação do edital do vestibular com vagas destinadas a pessoas trans na UNILAB em 2019 (TAJRA, 2019), caracterizando um ataque direto à população trans.

Além desses dois exemplos, também houve a repercussão do uso do Pajubá, linguagem desenvolvida e utilizada pelas travestis no período da ditadura que tornou-se uma linguagem difundida e utilizada pela comunidade LGBTI+ no Brasil, nas prova do ENEM em 2018 (MARTINS *et. al.*, 2018). Dentre esses exemplos, são muitos os que poderiam ser citados para referenciar o pânico moral (RUBIN, 1984) e os ataques diretos à população trans diante os avanços do conservadorismo no país. Cabe destacar do ponto de vista político, que esses discursos que permeiam o campo da moralidade, disseminados pela ala conservadora, além de ser de todo um ataque à democracia, são também políticas anti-trans. Assim podemos dizer que a cisnormatividade compõe a moralidade que está em disputa tanto em termos sociais, quanto no desenvolvimento de políticas públicas. Ela cerceia o campo educacional em diversos âmbitos.

5 QUESTÕES (TRANS)GÊNERO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA BREVE ABORDAGEM

Deslocando um pouco o debate, também cabe destacar que em algumas análises no campo da produção de conhecimento percebe-se maior presença de mulheres cisgêneras nas áreas de produção do conhecimento, em determinadas áreas, como a educação, em decorrência de outras que ainda reiteram a perspectiva hegemônica masculinistas, cisheteronormativa. Como destacado por Rial (2019), o campo antropológico é ocupado majoritariamente por mulheres (cis) atualmente, assim como Marrero (2006) percebe que no Uruguai o espaço universitário é também ocupado mais por mulheres (cis).

Adriana Marrero também destaca a existência de uma norma explícita e implícita na escola, e observa que por meio dela, as meninas têm melhor desempenho por se subordinarem à norma implícita. A variação no desempenho entre alunos e alunas também é atravessado por uma questão de classe, onde alunos de origem social menos favorecidas, têm um desempenho pior que as alunas de origem social mais favorecidas e que se subordinam à ordem implícita da escola. Tematizando também a questão da interseccionalidade dos marcadores sociais em relação ao desempenho escolar. Mas ainda invisibilizando o recorte sobre cis/transgeneridades.

A questão abordada por Marrero sobre a feminilização da educação no Uruguai, pode ser interpretada a partir do que a socióloga Raewyn Connell (2016) demonstra como ordem de gênero, que corresponde às políticas de inclusão pautadas no pequeno país. Longe de ser pensada isoladamente, a questão de gênero demonstra de muitas formas como se dão as organizações sociais em cada país, assim como os sistemas educacionais onde as questões de gênero não estão deslocadas desses processos. Desse modo, perceber esses jogos sociais e as relações de gênero que perpassam a educação são fundamentais para pensar as dinâmicas sociais dentro de recortes temporais e sistemas de governabilidade. Também é importante pensar que esse processo de educação/profissionalização das mulheres (cis) enquanto professoras é uma dinâmica global e que não está desconectada de uma perspectiva econômica.

Perceber tais questões revela dois elementos importantes, por um lado o desdobramento de políticas de incentivo às mulheres cis nos espaços de ensino, decorrente de políticas governamentais e de acesso. Que demonstra a assimetria entre as questões de gênero que se pautam no binômio homem/mulher (cis). O segundo elemento revela a ausência ou a pouca expressividade de pesquisadores/as trans no campo das humanidades, sobretudo pesquisadores transmasculinos, que pode ser percebido como reflexo desses processos de exclusão e invisibilidade que acometem a população trans. Pois mesmo havendo uma maior expressividade de mulheres, poucas são mulheres trans/travestis. Novamente reafirmando a transfobia estrutural e a cisnormatividade dentro dos espaços de ensino e produção do conhecimento.

Ao considerar tais questões estruturais e relacionais que imprimem uma realidade de exclusões e desigualdades para pessoas trans, é de extrema importância destacar as produções feitas por pessoas trans e por outres sujeitos que passam a fazer parte dos espaços de produção de conhecimento, a exemplo da produção bell hooks (1995), Neli Duarte (2017), e as produções realizadas por autores trans, como os trabalhos de Megg Rayara de Oliveira (2017), Luma Andrade (2012), Tiffany Odara (2020) e Abgail Campos Leal (2020) e minha própria produção enquanto homem trans/transmasculino como forma de resistência a esses processos de exclusão. Cabe destacar o potencial bélico e informativo que as produções de conhecimento feitas por pessoas trans representam em termos de

resistências às estruturas de poder que constituem o campo educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como argumentei ao longo do texto a cisnormatividade cumpre a função biopolítica de controle dos corpos no campo educacional, tornando-se elemento da produção das desigualdades escolares, fator importante para se pensar o desempenho escolar de alunes que não se "encaixam" nessa norma social, reverberando outras exclusões sociais e a precariedades.

Destaco os altos índices de evasão/expulsão escolar que refletem outros processos de exclusão, como a familiar, e tem um efeito direto em outros setores, como a impossibilidade de acessar o mercado de trabalho. Pensar o recorte sobre o desempenho escolar à luz das trans-identidades, também necessita a ampliação desse olhar, a exemplo do que chamei de reação em cadeia, percebendo que a precariedade que acomete a população trans brasileira tem início no campo familiar e se estende aos espaços de educação formal, impactando também o acesso ao mercado de trabalho. No campo da produção de conhecimento, tais exclusões também reverberam na invisibilidade epistemológica de pessoas trans, bem como nos baixos índices de acesso e permanência nas universidades, além dos processos de exclusão.

Saliento também que o debate sobre as políticas de ações afirmativas tem se amplificado nas duas últimas décadas, com ênfase nas questões étnicos-raciais. No entanto, as questões de gênero ainda aparecem como elemento coadjuvante, vide as políticas de inclusão de mulheres cis, no entanto, as questões que atravessam as trans-identidades ainda não têm a mesma expressão.

Como forma de transformação social ou justiça social frente a tais desigualdades, as políticas públicas desenvolvidas para pessoas trans, ainda que em seu molde precário, são fundamentais para garantir acesso à cidadania para a população trans, a exemplo da política de nome social, primeira política para pessoas trans no campo educacional (SILVA e VAZ, 2020). Certamente que a entrada e a permanência de pessoas trans no campo da educação, tanto na universidade quanto na escola, acabam por desestabilizar a ordem moral dos espaços de ensino que são normativos. Nesse sentido, é possível pensar que a violência que perpassa tais experiências têm consequências contundentes, como a questão do ensino e aprendizagem, um dos argumentos deste artigo.

Nesse sentido, políticas de combate a violência, como exemplo trazido da política Brasil sem Homofobia, são fundamentais para um espaço de educação mais plural e diverso. No entanto, se faz necessário considerar os efeitos dos avanços conservadores e das políticas anti-trans que chegam até os espaços de ensino e produção de conhecimento no Brasil. Colocando também sob ameaça as vidas e a permanência de pessoas trans nos espaços de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: por que frequentam? Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Antra, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**. The New Mestiza. Tradução: Carmen Valle. Madrid, España: Capitán Swing Libros S.L., 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, maio-ago 2011.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan-jun, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Minguens; revisão técnica: Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out-dez, 2017.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais.** Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em Trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. 2017. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

DUARTE, Nelly. Minha vida como estudante no mundo dos brancos. **Rev. Antropol**, São Paulo, v. 60, n.1, p. 35-46, 2017.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p.58-78. 1999.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JESUS, Rodrigo Ednilson de; GOMES, Nilma Lino. A "Constituição" da Nação Brasileira em Disputa: o Debate em Torno da (in)Constitucionalidade das Ações Afirmativas. **Revista TOMO**, n. 24, p. 85-107, jan-jun 2014.

JUNQUEIRA, Rogério. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa Pelúcio (org.). **Discurso fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 2004.

LEAL, Campos Abigail. Me curo y me armo: a dimensão terapêutica e bélica do saber prete e trans. **Cadernos de subjetividades**, v. 1, n. 21, p. 65-70, 2020.

LEMOS, Kaio Souza; MEDEIROS, Jarles Lopes de. O nome que sou: Práticas e experiências de pessoas trans na educação. In: TORRES, Antonia Lis Maria Martins; MEDEIROS, Jarles Lopes de; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho (org.). **Direitos humanos para a diversidade**: diálogos transdisciplinares em educação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. **Folha de S. Paulo**, 20 maio 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml. Acesso em: 11 dez. 2022.

MASSA, Jimena M. Nomes que importam: lutas pelo reconhecimento das identidades trans na UFSC. **A força da "situação" de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 179-198, 2018.

MARRERO, Adriana. O assalto feminino na universidade: um caso para a discussão dos efeitos reprodutivos do sistema educativo em relação ao gênero. **Revista Argentina de Sociología**, v. 4, n. 7, p. 47-69, nov-dez. 2006.

MARTENDAL, Laura. Relatos de minhas experiências na UFSC com relação ao uso do "nome social". In: GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (org.). **A força da "situação" de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 171-178, 2018.

MARTINS, Leonardo; BEZERRA, Mirthyani; LOBEL, Fabrício. Bolsonaro critica questão do Enem sobre gays e promete exame com temas 'úteis'. **Folha de S. Paulo**, 5 nov. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/bolsonaro-critica-questao-do-enem-sobre-gays-e-promete-exame-com-temas-uteis.shtml. Acesso em: 11 dez. 2022.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul/dez 2001.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, J. W.; MARANHÃO, E. M. A. Deslocamentos Subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 280-299, maio-out. 2017.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: travestilizando a educação. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, A. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **REALIS**, v. 10, n. 1, jan-jun. 2020.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, Dossiê Temático, 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. Uma análise da antropologia da educação nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (2000-2020). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017. 190 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, abr-jun. 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, set-dez. 2018.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. *In*: GROSSI, Miriam Pillar [*et al.*] (org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RIAL, Carmen. "Até onde vão as antropologias do mundo: uma visão desde o Conselho Mundial de Associações de Antropologia". Texto presentado como **Conferencia Magistral V Encuentro Mexicano-Brasileño de Antropología** (V EMBRA), Ciudad de México 18 al 20 de Novembro 2019.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo**: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf. Acesso em 11 dez. 2022.

SALDAÑA, Paulo. 73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa. **Folha de S. Paulo**, 21 nov. 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml. Acesso em: 11 dez. 2022.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, *[S. l.]*, v. 4, n. 05, 2012.

SILVA, Keo. **Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social**. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **R.crít. cult.**, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, v. 14, n. 2, 2019.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Poled – Políticas Educativas**,

Dossier: Políticas educativas para la inclusión de jóvenes que finalizan la escuela secundaria e inician el nivel superior, v. 13, n. 2, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A sociologia da educação entre funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. **Revista em aberto**, ano 9, n. 46, abr-jun, 1990.

TAJRA, Alex. Bolsonaro: MEC intervém, e universidade anulará vestibular para tansexuais. **Uol**, 16 jul. 2019. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/07/16/bolsonaro-mec-intervem-e-universidade-anulara-vestibular-para-transexuais.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Recebido em 11/12/2022
Aceito em 27/02/2023

ENSAIO

A COR PÚRPURA, DE ALICE WALKER: COMPREENDER POR QUE SE TOLERA UM COMPORTAMENTO INTOLERÁVEL É COMPREENDER COMO SE PODE SAIR DELE

THE COLOR PURPLE, BY ALICE WALKER: UNDERSTANDING WHY INTOLERABLE BEHAVIOR IS TOLERATED IS UNDERSTANDING HOW TO GET OUT OF IT

Maria Fernanda Pires [1]
Renato Bernardi [2]

Resumo: a igualdade é uma das conquistas mais significativas da Constituição de 1988 brasileira, em seu artigo 5º, porém a visão da mulher enquanto propriedade e aquisição perante o matrimônio ainda é latente no plano concreto. Nesse sentido, vários tipos de violência de gênero são sentidas por elas, dentre elas a doméstica e o feminicídio que são formas veladas de exploração dos corpos femininos, causando não raras vezes, a morte. Embora a Lei nº 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha enquadre a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral no artigo 7º, tal tipificação não se mostra suficiente à proteção da mulher. Dessa maneira, a literatura contribui no sentido de denunciar as relações de dominação, trazer relatos de abusos, entre outras formas que proporcionam reflexão aos seus leitores. No mesmo sentido, o presente ensaio parte do ponto de vista do romance A cor púrpura, de Alice Walker, que retrata a dura vida de Celie, uma mulher negra, pobre e praticamente analfabeta do sul dos Estados Unidos da primeira metade do século XX. Dessa forma, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, partindo da manifestação da violência de gênero da sociedade, chegando na história daquela jovem que conviveu durante toda sua vida com a opressão que muitas mulheres fora do ambiente fictício vivem. Portanto, busca-se entender toda a estrutura do sistema patriarcal, os efeitos da violência contra corpos femininos no âmbito brasileiro e medidas para sanar esse óbice.
Palavras-chave: direito; literatura; violência de gênero.

Abstract: equality is one of the most significant achievements of the 1988 Brazilian Constitution, in its 5th article, but the vision of women as property and acquisition before marriage is still latent in concrete terms. In this sense, various types of gender violence are felt by them, including domestic violence and femicide, which are veiled forms of exploitation of female bodies, not infrequently causing death. Although Law nº 11.340/06, known as the Maria da Penha Law, includes physical, psychological, sexual, patrimonial and moral violence in Article 7, such typification is not enough to protect women. In this way, literature contributes towards denouncing domination relations, bringing reports of abuse, among other ways that provide reflection to its readers. In the same sense, this essay departs from the point of view of the novel The Color Purple, by Alice Walker, which portrays the hard life of Celie, a black, poor and practically illiterate woman from the south of the United States in the first half of the 20th century. XX. Thus, the hypothetical-deductive method was used, starting from the manifestation of gender violence in society, arriving at the story of that young woman who lived throughout her life with the oppression that many women outside the fictional environment experience. Therefore, we seek to understand the entire structure of the patriarchal system, the effects of violence against female bodies in the Brazilian context and measures to remedy this obstacle.
Keywords: law; literature; gender violence.

1Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiada pela Fundação Araucária e membro do grupo de pesquisa "A intervenção do Estado na vida das pessoas" (INTERVEPES).

2Doutor em Direito do Estado (sub-área Direito Tributário)-PUC-SP. Professor efetivo dos cursos de Bacharelado, Mestrado e Doutorado, Membro da Comissão de Coordenação do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica, e coordenador do curso de Direito, todos da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)Coordenador do grupo de pesquisa ''A intervenção do Estado na vida das pessoas'' (INTERVEPES).

1 INTRODUÇÃO

Durante toda a história, mulheres foram consideradas inferiores perante a sociedade, com seus direitos negados e vozes caladas – dando margem para os mais variados tipos de violência de gênero.

Na obra *A cor púrpura* é apresentado a personagem Celie, que foi abusada física e psicologicamente desde a infância pelo padrasto, e depois pelo marido, demonstrando como a violência doméstica é perpetuada e aceita de maneira silenciosa na sociedade.

A partir do olhar interdisciplinar entre Direito e Literatura é possível se verificar como a violência doméstica acontece, como a mulher se percebe como um ser inferior e acima de tudo como é possível pensar em uma solução eficaz; garantindo que esses casos não ocorram novamente.

Com a utilização do método hipotético-dedutivo, pode-se perceber que durante todo o trabalho buscou-se trazer uma argumentação perante as relações de gênero dentro da sociedade e como essa foi construída. Abordando também o livro de Alice Walker, porque mostra como existe uma influência cultural e estrutural nas relações familiares e como isso contribui para o silenciamento da mulher perante os casos de violência doméstica.

2 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Dentre todas as formas de violência presentes na sociedade; encontra-se a violência de gênero – que pode ser sentida de várias formas, a violência sexual, psicológica, patrimonial e moral (Art. 7º da lei 11.340 de 2006). Nesse sentido, a violência nas relações interpessoais têm merecido lugar de destaque entre as preocupações dos profissionais da saúde por ser considerada um problema de saúde pública. Esse assunto também encontra profunda inquietação nos profissionais do direito, visto que, significa um aumento nos casos em que incide a lei Maria da Penha.

Infelizmente, essas violências fazem parte de um cenário muito mais complexo do que meros apontamentos do senso comum. As mulheres desde os mais remotos tempos foram colocadas como seres inferiores e que devem total subordinação aos homens.

> Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, por quanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (BEAUVOIR, 2016, p. 23).

Trazendo uma perspectiva histórica, foi através de muitos movimentos de luta feminista que as mulheres conseguiram ganhar seu espaço na sociedade. No Brasil, esses grupos traziam a discussão sobre a vitimização da mulher no espaço conjugal, trazendo para a esfera pública um assunto que até então era visto como de âmbito privado. Do ponto de vista legislativo, a Lei 11.340 , de 7 de agosto de 2006 (Código Civil Brasileiro), foi sancionada criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Por essa lei, todo caso de violência doméstica contra a mulher é considerado crime, passando por inquérito policial, e remetido ao Ministério Público.

No entanto, embora a lei Maria da Penha seja considerada um grande avanço, no plano concreto ainda temos casos estampados nas manchetes de jornais sobre mulheres que sofreram com algum ataque violento. Deve-se perceber que isso se dá pelo fato de ainda estar enrustido na sociedade uma herança cultural de opressão perante corpos femininos. Ter no plano normativo uma tipificação que reforça o respeito e instiga a denúncia não é, sozinho, o único meio de sanar o problema.

Para a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, reforçar a importância da disseminação dos canais de denúncia para todos os atos de violência contra a mulher é sempre uma oportunidade para enfrentar a subnotificação existente no país em casos de medo e dificuldade da mulher sair dos ciclos de violência.

> Queremos que, cada vez mais, a informação chegue lá na ponta, até as mulheres que ainda não conhecem os nossos canais de denúncia. Sabemos que cerca de 70% das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil nunca passaram pela rede de proteção. Por isso, reiteramos que o nosso Ligue 180 funciona 24h por dia, inclusive por *WhatsApp*', enfatiza a gestora (BRASIL, 2022, não paginado).

3 OBRA DE ALICE WALKER: DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA

A obra de Alice Walker começa quando a protagonista Celie tem apenas 14 anos e escreve sua primeira carta para Deus, contando sobre o abuso sexual que sofreu nas mãos do pai. Ela, uma jovem negra vivendo no interior no sul dos Estados Unidos, em uma época ainda mais machista e racista, se vê sem ter a quem recorrer e, por tanto, escreve a Deus.

Diante do desenrolar, o leitor acompanha sua vida pelos próximos 30 anos enquanto ela escreve suas cartas, também, para Nettie, a irmã desaparecida que Celie acredita estar morta. É através das cartas que lemos sobre o abuso que ela sofreu nas mãos do pai, dos filhos que teve com ele e foram arrancados de seus braços, do casamento forçado com o Sinhô, da violência que sofre nas mãos deles e, principalmente, de sua solidão.

Nettie é a única pessoa que já amou Celie, e ela, por sua vez, ama a irmã ferozmente, fazendo de tudo para impedir que ela também seja abusada pelo pai. Porém, ao longo dos anos e através da amizade que firma com Shuga Avery, uma cantora da cidade que já foi

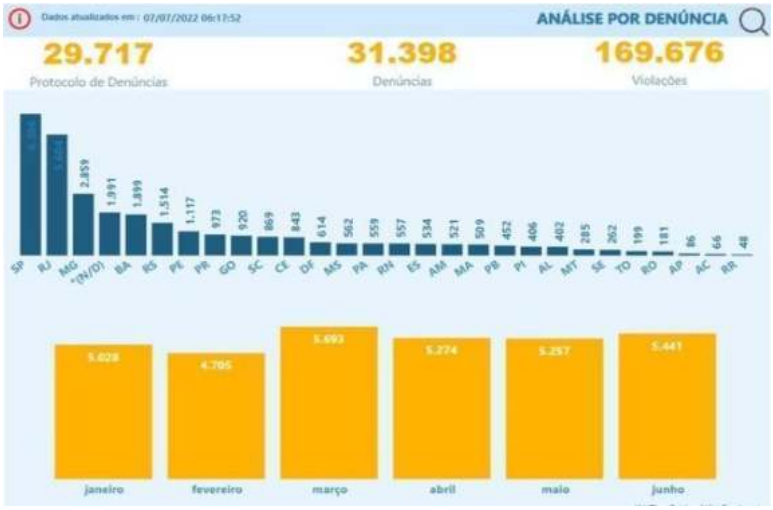
amante de seu marido, e com Sofia, a esposa de seu enteado mais velho, Celie passa a descobrir que seu mundo pode ser muito maior do que trabalhar e servir o Sinhô e apanhar dele.

Aos poucos, ela descobre a amizade e o amor e a força, o poder da educação e o direito a ser reconhecida como um ser humano. *A Cor Púrpura* levanta temas muito relevantes ainda hoje, não só ao tratar da violência contra a mulher e o racismo, mas também ao falar da precária educação das mulheres - em especial as negras -, do machismo, do patriarcado, da segregação, da vivência da mulher negra, da espiritualidade versus a religião, da descoberta (e aceitação) da própria sexualidade. "Eu nem olho pros homem. Essa é que é a verdade. Eu olho para as mulheres, sim, porque não tenho medo delas." (WALKER, 2016, p. 36)

Diante de toda a obra, depreende-se que a situação de violência de gênero que a personagem passa por toda sua vida é fruto de suas relações desde criança com esse tipo de dominação. Ela acaba relativizando, sofrendo e se calando. Nesse sentido, toda a sociedade pega para si o mesmo comportamento, pois são criados e moldados em um sistema que não consegue enxergar na mulher um ser autônomo e humano.

Os direitos humanos não são uma normatização recente, mas são afirmações que todos os indivíduos detém o direito à vida, liberdade, trabalho, educação, entre outros. Ocorre que, o que deu vida a um dos documentos mais importantes da História da humanidade foi a lista dos direitos universais do Homem. Dessa maneira, quando estenderam esses direitos para as mulheres, houve uma questionamento, já que, não foram pensados para elas ou por elas e acima de tudo os índices de denúncias sobre casos de violência doméstica no Brasil, sem contar os casos não registrados ainda existem, ou seja, o direito à vida, igualdade e dignidade não está sendo efetivado.

FIGURA 1 - Índice de violência denunciadas contra a mulher do ano de 2022



Fonte: BRASIL (2022)

A psicóloga e doutora em sociologia Laura Frade aponta em uma entrevista que: “Decidir por denunciar o agressor pode ser muito mais complexo para uma mulher do que os outros possam imaginar. Isso porque as mulheres tendem a colocar os interesses da família antes de si mesmas”, definiu. “A mulher até se inclui na situação, mas ela nunca é a prioridade. E - quase sempre - carrega a expectativa de que aquilo é passageiro e que ela poderá reverter a situação sem precisar denunciar”, observou. “O problema nisso é que muitas dessas mulheres não conseguem sair do ciclo de violência a tempo e, infelizmente, acabam sendo mortas pelos respectivos agressores”, ressaltou. (BRASIL, 2022, não paginado).

O ideal é que esses casos não ocorressem e que fosse trabalhado nas escolas, com auxílio da literatura denunciativa, desde a formação de cada indivíduo as relações de gênero, formas de violência, como denunciar, e que com isso se quebrasse os ciclos de violência doméstica.

É fundamental ressaltar que terceiros que percebem a violência façam a denúncia. A psicóloga afirma: “Hoje é possível fazer denúncias anônimas e isso deve servir de incentivo para que, cada vez mais, a população se conscientize e ultrapasse o pensamento antigo de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo em que é um livro de leitura muito fácil, quebrado em cartas geralmente curtas que você lê e lê sem ver o tempo passar, ele traz reflexões grandes de formas descomplicadas. A obra carrega uma reflexão sobre a lei Maria da Penha e como as milhares de vítimas se sentem ao preferir se omitir, pois é relatado a vida de uma personagem que foi abusada, física e psicologicamente, desde a infância pelo padrasto e depois pelo marido, passando sua vida normalizando esses tipos de relação de opressão, sentindo medo de denunciar alguém que ela amava ou sentindo medo de não acreditarem nela.

Encontrando como uma possível hipótese de conclusão, no sentido de que apenas tipificar a violência contra a mulher normativamente não está respondendo a toda necessidade, pois muitas mulheres nem sequer sabem que estão sofrendo esse tipo de violência, por já terem naturalizado esses episódios cotidianos. Surge necessidade de se socorrer da multidisciplinaridade entre Direito e Literatura.

Por meio da discussão nas escolas, com a utilização de obras literárias – pode-se imaginar que os indivíduos irão desenvolver uma maior consciência do que é esse tipo de agressão, como foi perpetuado durante o desenvolver da sociedade e como denunciar.

Por fim, a discussão faz parte da bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) “O Estado se omite, a Literatura fala: a afirmação dos direitos da mulher numa perspectiva multidisciplinar”, financiada pela Fundação Araucária na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. **Gov.br**, Brasília, 08 ago. 2022. Disponível em**:** https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art.226 da Constituição Federa, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 7 ago 2006**.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso em: 03 nov. 2022.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. 5. ed. Nova Fronteira, 2016.

WALKER, A. **A Cor Púrpura**. 10. ed. José Olímpio, 2016.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 63-76, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 nov. 2022.

Recebido em 19/11/2022
Aceito em 02/02/2023

RELATO DE EXPERIÊNCIA

VIVÊNCIA DE MULHERES LBTQIAP+ NO AMBIENTE DE TRABALHO: AUTOESTIMA, SEGURANÇA E SAÚDE MENTAL

EXPERIENCE OF LBTQIAP+ WOMEN IN THE WORKPLACE: SELF-ESTEEM, SAFETY AND MENTAL HEALTH

Vithoria Curupana Figueira[1]
Lehanna Aymeberê Schinkel[2]
Eduardo Augusto Soares[3]
Larissa Thaíse Kern[4]
Ana Caroline Pego[5]
Adriana Maria Bigliardi[6]

Resumo: apesar de certa evolução, o ambiente corporativo ainda carece de políticas inclusivas e movimentos que proporcionem segurança e estabilidade no trabalho para mulheres homossexuais. Este estudo é um relato de experiência de uma Atividade de Curricularização da Extensão (Acex), realizada por alunos do sexto período do Curso de Graduação em Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) que resultou em uma ação reflexiva e informativa com um grupo de mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais acerca de sua vivência no ambiente de trabalho e as consequências disso na autoestima, segurança e saúde mental. Esta ação foi realizada através de uma roda de conversa com mulheres LGBTQIAP+ e o objetivo geral foi promover diálogos sobre a saúde mental de mulheres lésbicas e bissexuais no trabalho. Os objetivos específicos foram: compartilhar informações que viabilizem a integração de mulheres lésbicas e bissexuais em diferentes ambientes de trabalho; discutir sobre a segurança no ambiente de trabalho para mulheres lésbicas e bissexuais; levantar os possíveis sofrimentos psíquicos enfrentados por mulheres lésbicas e bissexuais no ambiente de trabalho. A justificativa acadêmica deste trabalho reside no fato de contribuir para ampliar conhecimentos referentes à temática da sexualidade humana e a respeito da saúde mental entre a população LGBTQIAP+. A relevância social deste estudo se justifica no fato da roda de conversa ter promovido um espaço para fomentar discussões acerca da segurança no ambiente de trabalho para essas mulheres, apontando possíveis sofrimentos psíquicos enfrentados pelo público-alvo no ambiente de trabalho. Como metodologia ativa de ensino e aprendizagem foi utilizada a Espiral Construtivista. Percebeu-se com a ação realizada e com a pesquisa teórica que as consequências do preconceito vivenciado no ambiente de trabalho são muitas, impactando inclusive a saúde mental. Conclui-se que o trabalho foi efetivo e os objetivos foram alcançados, uma vez que promoveu conscientização e bem estar entre as participantes.
Palavras-chave: mulheres; homossexualidade; trabalho; saúde mental.

Abstract: despite some evolution, the corporate environment still lacks inclusive policies and movements that provide job security and stability for homosexual women. This study is an experience report of an Extension Curricularization Activity (ACEx), carried out by students of the sixth period of the Graduation Course in Psychology of a Higher Education Institution (HEI), which resulted in a reflective and informative action with a group of lesbian, pansexual and bisexual women about their experience in the work environment and the consequences of this on self-esteem, safety and mental health. This action was carried out through a conversation circle with LGBTQIAP+ women and the general objective was to promote dialogues on the mental health of lesbian and bisexual women at work. The specific objectives were: sharing information that facilitates the integration of lesbian and bisexual women in different work environments; discuss workplace safety for lesbian and bisexual women; raise the possible psychic suffering faced by lesbian and bisexual women in the workplace. The academic justification for this work lies in the fact that it contributes to expanding knowledge regarding the subject of human sexuality and mental health among the LGBTQIAP+

[1] Estudante do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[2] Estudante do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[3] Estudante do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[4] Estudante do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[5] Estudante do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[6] Professora e Pesquisadora no Curso de Psicologia e Pós-graduação em Psicologia da Saúde e Hospitalar das Faculdades Pequeno Príncipe. Professora no Curso de Pós-graduação em Sexualidade Humana da Universidade Positivo.

population. The social relevance of this study is justified by the fact that the conversation circle promoted a space to encourage discussions about safety in the work environment for these women, pointing out possible psychic suffering faced by the target audience in the work environment. As an active teaching and learning methodology, the Constructivist Spiral was used. It was noticed with the action taken and with the theoretical research that the consequences of prejudice experienced in the work environment are many, even impacting mental health. It is concluded that the work was effective and the objectives were achieved, since it promoted awareness and well-being among the participants.
Keywords: women; homosexuality; workplace; mental health.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade LGBTQIAP+ abrange a amplitude de orientações sexuais, porém está sujeita a inúmeras formas de discriminações e preconceitos, inclusive em ambientes profissionais, que podem ocasionar profundo sofrimento que leva a um desgaste físico, mental e emocional. Quando a diversidade se refere a mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais, a problemática se intensifica. O estigma de mulheres lésbicas e bissexuais é maior dentre a comunidade LGBTQIAP+, fato que produz prejuízos para a vida de mulheres inseridas nas mais variadas organizações. A diversidade e representatividade LGBTQIAP+ no ambiente de trabalho são temas que precisam ser fortemente discutidos (ÁVILA, MARTINS e DUTRA, 2021; GOTARDI, 2022).

Com base nestes aspectos levantados, a principal motivação para realização deste estudo foi buscar compreender as principais dificuldades encontradas por estas mulheres no mercado de trabalho e compreender como a vida profissional de mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais é afetada por sua orientação sexual ou de gênero.

Este estudo trata-se de um relato de experiência de uma atividade de Curricularização de Extensão realizada na disciplina de Cenários de Aprendizagem III. A atividade foi realizada por alunos do sexto período do Curso de Graduação em Psicologia de uma Instituição Particular do Estado do Paraná. O público alvo desta ação foram mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais. E o local de realização da ação foi na sede de uma Organização Não Governamental (ONG) que promove representatividade desse grupo de mulheres.

Esta ação foi realizada através de uma roda de conversas cujo objetivo geral foi promover diálogos sobre a saúde mental de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais no trabalho. E os objetivos específicos foram: compartilhar informações que viabilizem a integração dessas mulheres em diferentes ambientes de trabalho; discutir sobre a segurança no ambiente de trabalho; e levantar os possíveis sofrimentos psíquicos enfrentados no ambiente de trabalho.

A justificativa acadêmica deste trabalho reside no fato de contribuir para ampliar conhecimentos referentes à temática da sexualidade humana e a respeito da saúde mental entre a população LGBTQIAP+.

A relevância social deste estudo se justifica pelo fato de ter fomentado um espaço de protagonismo para mulheres homoafetivas e promovido o empoderamento pela

compreensão da sua realidade e pela reflexão sobre possíveis caminhos que auxiliem nos sofrimentos psíquicos proveniente do ambiente de trabalho estressante. O estudo, ainda, promove um espaço para refletir sobre temáticas que permeiam a vida no trabalho de mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais, como a violência simbólica, baixa autoestima e sobre a valorização da sua jornada no ambiente organizacional.

2 DESENVOLVIMENTO

Apesar dos avanços de programas de inclusão de minorias e aplicação de diversidade em diferentes ambientes, ainda vivemos em uma sociedade que demonstra dificuldade em enfrentar a diversidade. Sofrer preconceito, discriminação e formas de violência psicológica e físicas ainda é uma realidade entre minorias consideradas "fora do padrão". No mercado de trabalho, esse cenário não é diferente.

Embora o assunto "diversidade" mostre-se mais presente em um contexto de competição cada vez mais acirrada, as organizações precisam se reinventar para buscar melhores resultados e inovações, sendo fundamental ter uma equipe diversificada e propiciar um ambiente inclusivo (ÁVILA, MARTINS e DUTRA, 2021; GOTARDI, 2022).

Ávila, Martins e Dutra (2021) afirmam que essas discussões também incluem a diversidade e inclusão LGBTQI+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, intersexuais, entre outros). Nascimento e Chiaradia (2017), afirmam que pessoas que se identificam como LGBTQI+, rompem com as expectativas heterossexuais e de gênero, encontrando assim, a discriminação a sua orientação e/ou identidade de gênero durante sua trajetória (ÁVILA, MARTINS e DUTRA, 2021; NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017; GOTARDI, 2022).

Também existem grandes desafios para esses indivíduos no mercado de trabalho, que em sua maioria ainda é fechado para a causa da inclusão. Além disso, essas pessoas são colocadas em profissões que sofrem grandes estigmas e marginalização. Na tentativa de mudar esse cenário, recentemente, algumas empresas lançaram programas de inclusão e diversidade (ÁVILA, MARTINS e DUTRA, 2021; GOTARDI, 2022).

Constata-se assim que o ambiente de trabalho também pode ser um local que dissemina a desigualdade para essa população. Gotardi (2022) afirma que essa condição se encontra em todos os âmbitos, incluindo as políticas e práticas organizacionais corporativas. Esse modelo favorece um pequeno grupo de pessoas. Assim, os indivíduos LGBTAQIA+ enfrentam o mercado e ambiente de trabalho com grande insegurança (ÁVILA, MARTINS e DUTRA., 2021; GOTARDI, 2022).

Historicamente, os preconceitos são colocados, de forma geral, como uma ausência de conhecimentos sobre algum tema, uma vez que se caracterizam por opiniões formadas a partir de falácias e/ou conclusões errôneas. Os preconceitos acompanham a humanidade através dos séculos e acabam por prejudicar a sociedade e, consequentemente, segregar

grupos minoritários. Com a ausência de diálogo e visão crítica por parte daqueles que propagam o preconceito, às minorias sofrem rejeição e são vulneráveis a diversas formas de violência (CAPRONI NETO e BICALHO, 2017).

Dentre as inúmeras formas de violência, a que se destaca pela sua sutileza é a violência simbólica. Para Bourdieu (1998), a violência simbólica se caracteriza como:

> (...) suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1998, p.7).

A violência simbólica possui uma relação muito evidente com as estruturas de dominação que foram construídas ao longo da história humana. As instituições sociais comuns à maioria da população, como o núcleo familiar, instituições religiosas, instituições educacionais, e até o próprio Estado, acabam por perpetuar e reproduzir as estruturas de dominação, se utilizando, tanto da violência física, como simbólica. Esta dominação faz com que o indivíduo dominado internalize o ponto de vista de seus dominantes, naturalizando tais ações, contribuindo para a perpetuação deste ciclo (BOURDIEU, 1998; CAPRONI NETO e BICALHO, 2017).

Culturalmente as mulheres são desqualificadas e invalidadas de forma recorrente, inclusive em relação a sua sexualidade. Isto se agrava pelo fato das mulheres serem ensinadas a competir entre si e serem rivais. A rivalidade feminina acaba por torná-las simultaneamente oprimidas e opressoras umas das outras. (FERNANDES *et al.*, 2019; SANTOS *et al.,* 2012).

A autossabotagem e falta de confiança no mercado de trabalho é comum, principalmente nos primeiros anos da carreira profissional. E quando se trata de mulheres não-heteronormativas essa falta de segurança no ambiente laboral é mais acentuada, uma vez que esse grupo está sujeito a violências. A misoginia e a homofobia, influenciam o sentimento de segurança e pertencimento no trabalho, que trazem diversas consequências para vida profissional e carreira dessas mulheres e geram desconforto e insegurança, dificuldade na auto realização profissional, baixa autoestima, falta de confiança e autossabotagem no ambiente de trabalho (FERNANDES *et al.,* 2019; CAPRONI NETO e SARAIVA, 2018; VILHENA *et al.,* 2013; SANTOS *et al.,* 2012; MENEGHETTI, 2009).

Neste contexto, entende-se que, muitas vezes, mesmo qualificadas por competências técnicas e comportamentais, ou seja, formação acadêmica, capacitação formal e/ou informal e cursos, mulheres que se relacionam com outras mulheres, deixam de se colocar ativamente no mercado de trabalho. Essas pessoas deixam de assumir novos cargos e de candidatar-se a diferentes vagas e perseguir sua ambição profissional por receio do que vem

a seguir. A influência da baixa autoestima e falta de confiança em si podem se traduzir como autossabotagem profissional, que opera como um mecanismo de defesa contra conflitos (FERNANDES *et al.,* 2019; CAPRONI NETO e SARAIVA, 2018; VILHENA *et al.,* 2013; SANTOS *et al.,* 2012; MENEGHETTI, 2009).

A autoestima é considerada um compilado de opiniões, positivas e/ou negativas, que o indivíduo tem de si mesmo. Pode ser descrita ainda como parte de tudo aquilo que caracteriza uma pessoa. Logo, os aspectos da autoestima envolvem os sentimentos de competência e valor pessoal, impactando, por conseguinte, o comportamento do indivíduo. Já a sexualidade, é natural ao ser humano e faz parte de sua personalidade, ou seja, ela contribui para o processo de desenvolvimento e equilíbrio do indivíduo. É construída a partir de experiências biopsicossociais, envolvendo vivências, percepção do mundo e personalidade do indivíduo, tendo mais propósitos além da reprodução (MELO NETO *et al*., 2012; SILVA, LILA e VALLE, 2016; AUGUSTA, ALMEIDA, SILVA, ARAUJO e MOTEIRO, 2020 KOEHLER, 2020).

No dia a dia, fatores como a autoestima e a sexualidade geram influência uma sobre a outra de forma proporcional, ou seja, quanto melhor for a autoestima de um indivíduo, mais saudável será a sua sexualidade. Um estudo aponta que a autoimagem, fatores acadêmicos, orientação sexual e relacionamentos interpessoais afetam diretamente na autoestima dos graduandos, impactando também na sexualidade de cada um. Porém, o ponto com maior destaque é a autoimagem corporal negativa, ou seja, pessoas com dificuldades em aceitar o próprio corpo, que buscam mudanças para se encaixar em um padrão imposto pela sociedade (MELO NETO *et al*., 2012; SILVA, LILA e VALLE, 2016; AUGUSTA, ALMEIDA, SILVA, ARAUJO e MOTEIRO, 2020).

Em relacionamentos pessoais o indivíduo pode apresentar estresse ou baixa autoestima, o que também implica para a mudança da satisfação da sexualidade. Por fim, os julgamentos feitos a orientação sexual de alguém pode implicar na debilitação da autoestima, portanto, também influencia na sexualidade, e como o indivíduo demonstra para a sociedade sua escolha (AUGUSTA, ALMEIDA, SILVA, ARAUJO e MOTEIRO, 2020; GOTARDI, 2022).

3 METODOLOGIA

A realização deste estudo se deu através de uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem denominada Espiral Construtivista, a qual é realizada através de 6 passos: Identificar problemas, formular explicações, elaborar questões, buscar novas informações, construir novos significados e avaliar processos e produtos (LIMA, 2017; ROSS, BARROS, SILVA, COSTA, MARINELLI e ROCHA, 2020; OLIVEIRA, DAMICO e FRAGA, 2018).

Na primeira etapa, foi realizado o diagnóstico comunitário através de um diálogo com uma das coordenadoras do Coletivo trabalhado, para identificar e escolher a demanda a ser

discutida e trabalhada pelo grupo junto a comunidade. Com a realização do diagnóstico comunitário, foi identificada a necessidade de refletir acerca da instabilidade no lugar de trabalho de mulheres que se relacionam com outras mulheres.

Com base nisso, na segunda etapa foram construídas hipóteses para a problemática identificada, como a possibilidade de a insegurança e baixa autoestima no trabalho operarem como mecanismos de defesa ao preconceito vivenciado.

Na terceira etapa, foi realizada a ação prática com o público alvo e a partir desta ação foram levantadas questões pelo grupo acerca das explicações formuladas, que, posteriormente, foram utilizadas para nortear a busca na literatura e maior compreensão acerca da temática, na quarta etapa da metodologia.

Na penúltima e quinta etapa foi feita uma análise sobre o conhecimento prévio da equipe e alinhado com as novas informações levantadas a partir das pesquisas relacionadas ao público em questão.

Por fim, para a última etapa foi realizada análise dos resultados e uma autoavaliação do conhecimento de cada aluno e do andamento da ação, bem como dos orientadores do trabalho.

4 AÇÃO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO (ACEX)

Para realizar a Ação De Curricularização da Extensão, a equipe optou por buscar uma Instituição voltada para o público LBTQIAP+.

Para realização do diagnóstico comunitário e levantamento de demandas do público alvo foi realizada uma entrevista semi-estruturada feita com a profissional responsável pela Instituição contemplada. Nesta entrevista foram levantados dados sociodemográficos do público alvo, dados sobre o trabalho promovido pela Instituição contemplada e informações sobre as principais demandas apresentadas pelo público e as principais dificuldades encontradas para atender estas demandas.

Após este levantamento, o tema escolhido, conjuntamente pela equipe de alunos e pela representante Institucional, foi a vivência de mulheres LBTQIAP+ em seu ambiente de trabalho.

Decidiu-se, então, que a ACEX teria como foco promover uma roda de conversa com mulheres LBTQIAP+ para discutir sobre a segurança no trabalho e os sofrimentos psíquicos gerados pelo mesmo e compartilhar informações para mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais, sensibilizando-as com temas como: violência simbólica no contexto da bifobia e da lesbofobia, baixa autoestima sobre sua sexualidade, valorização da própria jornada e a sua associação com o ambiente organizacional.

Com o objetivo de sensibilizar o público alvo a respeito da segurança no ambiente de trabalho, o grupo produziu um material didático em formato de PDF on-line, para transmitir

as informações acerca do assunto. Este material foi disponibilizado para as participantes da roda de conversa através de um *QR Code*.

O documento produzido conta com fundamentos teóricos sobre o ambiente de trabalho e sua relação com a sexualidade; dados estatísticos sobre o desafio da população LBTQIAP+ no mercado de trabalho; violência simbólica e bifobia/lesbofobia; autossabotagem e valorização da própria jornada; e baixa autoestima/confiança sobre a sexualidade.

Neste documento disponibilizado para as participantes também constam perguntas disparadoras a partir das quais fomentou-se o debate. As perguntas disparadoras utilizadas para o debate foram:

1) Você se sente segura em seu ambiente de trabalho?
2) Gostaria de saber mais sobre a vivência lésbica e bissexual no mundo do trabalho?
3) Você sabe quais são os impactos que podem ser gerados nas relações profissionais da população LBTQIAP+?
4) Mas afinal o que é violência simbólica?
5) E no trabalho?
6) Afinal, o que é autoestima?
7) Como isto impacta a sexualidade?
8) O que falta para as mulheres se posicionarem mais ativamente no mercado de trabalho?

Após a roda de conversa a equipe informou as participantes sobre alguns locais em que podem buscar psicoterapia e ajuda para seus sofrimentos psíquicos.

Finalizando a ação, foi distribuído um formulário do *Google Forms* para que as participantes da roda de conversa pudessem avaliar o material produzido e dessem *feedbacks* a respeito da roda de conversa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas que vivemos em uma sociedade que produz segregação e sofrimento daqueles que foram segregados.

Através de uma observação atenta e uma precisa busca na literatura, contemplamos que as violências sofridas pelo grupo de mulheres LBTQIAP+ adentram seu ambiente de trabalho. Isto dificulta sua inserção nesses locais e contribui para um declínio de sua saúde mental.

Este trabalho preconizou o compartilhamento de informações que viabilizassem a integração de mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais na sua vida profissional. Assim, promover diálogos sobre a saúde mental no trabalho através da realização do material aplicado.

Como proposto na metodologia, a ação ocorreu através de uma roda de conversa com as participantes convidadas pela ONG. Dessa forma, foram obtidos resultados satisfatórios.

Durante a construção deste estudo, foram levantadas as relações entre sexualidade e trabalho, como isso pode afetar a autoestima e a saúde mental de mulheres LBTQIAP+.

Na roda de conversa sobre sexualidade e segurança no trabalho, foi possível observar o quanto os preconceitos e violências sofridas diariamente afetam o dia a dia dessas mulheres e o quanto ambientes seguros promotores de empoderamento são necessários para reduzir o impacto causado pelo preconceito vivido por estas mulheres.

Com a realização desta ação de Curricularização da Extensão, ficou claro que a lesbofobia e a bifobia, bem como as violências simbólicas, ainda estão longe de terem seu fim e, mesmo tendo evoluído tanto no quesito sexualidade, a sociedade ainda tem muito o que melhorar para tornar os ambientes, de forma geral, seguros para todas as pessoas, de forma universal.

Através deste estudo foi possível constatar, que, mesmo se tratando de uma minoria dentro da sociedade, alguns grupos dentro desta minoria acabam ganhando mais destaque, em contraste com a invisibilidade de outros. Mulheres homossexuais - ou bissexuais -, fazem parte desses grupos “esquecidos” da abrangente população LGBTQIAP+. A observação dos alunos relacionada à Ação de Curricularização da Extensão foi positiva uma vez que se teve a sensação de efetividade, bem estar e acolhimento durante sua realização.

Para além disso, os objetivos estabelecidos foram alcançados, foi possível criar um ambiente de diálogo e protagonismo para debater questões acerca da saúde mental e autoestima no trabalho, de mulheres lésbicas, pansexuais e bissexuais. Assim como foi possível discutir sobre o sentimento de segurança em diferentes ambientes de trabalho e a consequência da cultura da empresa na saúde mental, autoestima e possíveis sofrimentos psíquicos do público.

Por fim, com a realização da pesquisa teórica e da ação junto à comunidade, ficou evidente que o preconceito quanto à sexualidade dos indivíduos ainda existe em diversos contextos, inclusive no ambiente de trabalho. Mesmo com avanços graduais, a homofobia, lesbofobia, bifobia e violências se perpetuam na sociedade em atitudes e falas preconceituosas.

Espera-se que a realização de ações como esta possam contribuir não apenas para levantar a problematização da segregação de mulheres homoafetivas nos diferentes ambientes de trabalho, mas que possam contribuir efetivamente para que todas as mulheres possam sentir-se inteiramente seguras nos diferentes ambientes que frequentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AUGUSTA, I. F.; ALMEIDA, T. H. R. C.; SILVA, M. R.; ARAUJO, M. C. F. F. A; MONTEIRO, N. M. A. T. M. Autoestima e sexualidade entre os graduandos de enfermagem. **Brazilian journal of health review**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 19019-19037, nov./dez. 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/21840. Acesso em: 25 set. 2022.

ÁVILA, E. L.; MARTINS, L. L. da M.; DUTRA, J. A. Uma análise teórica sobre o fator cultural e o assédio moral nas organizações perante o mercado de trabalho do público LGBT. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 522-541, jan./fev. 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/24618. Acesso em: 24 de out. 2022.

BORDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S. Masculinidades, Trabalho e Reprodução de Preconceitos: Um Estudo com Trabalhadores Gays, Lésbicas e Bissexuais. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 191-215, ago. 2018. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/2201. Acesso em: 28 out. 2022.

CAPRONI NETO, H. L; BICALHO, R. A. Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um estudo em Juiz de Fora. **HOLOS**, *[S. l.]*, v. 4, p. 249–265, 2017. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5871. Acesso em: 23 out. 2022.

FERNANDES, M. N. de F.; BRITO, E. S. de; SILVA, A. G.; PICCOLO, I. B.; SOUZA, J. L.; CUNHA, L. P.; MAKYAMA, T. S. V. Assédio, sexismo e desigualdade de gênero no ambiente de trabalho. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 237–253, 2019. Disponível em: http://revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/615. Acesso em: 28 out. 2022.

GOTARDI, F. M. **Gênero e sexualidade no ambiente de trabalho**. Tese (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31733/%5BFGV%5D%20GE%CC%82NERO%20E%20SEXUALIDADE%20NO%20AMBIENTE%20DE%20TRABALHO_FINAL_2022F.pdf?sequence=3. Acesso em: 23 out. 2022.

KOEHLER, S. M. F. Transtorno dismórfico corporal: implicações com a vivência da sexualidade saudável. **Revista Científica**, v. 22, n. 43, p. 78-102, 1 jul. 2020. Disponível em: https://revista.ubm.br/index.php/revistacientifica/article/view/890. Acesso em: 14 out. 2022.

LIMA, V. V. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, Abr/Jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/736VVYw4p3MvtCHNvbnvHrL/?lang=pt. Acesso em: 25 set. 2022.

MENEGHETTI, A. A autossabotagem no inconsciente do empreendedor. **Performance Líder**, São Paulo, 3ª ed., I Sem., Ano II, p. 94-111, set. 2009.

MELO NETO, O. C; CERQUEIRA-SANTOS, E. Comportamento sexual e autoestima em adolescentes. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 100-111, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822012000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2022.

NASCIMENTO, M. L; CHIARADIA, C. de F. A retirada da orientação sexual do currículo escolar: regulações da vida. **Sisyphus Journal Of Education**, Lisboa, v. 5, n. 1, p. 101-116,

2017. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/sisyphus/article/view/10453. Acesso em: 14 out. 2022.

OLIVEIRA, B. N.; DAMICO, J. G. S.; FRAGA, A. B. Espiral construtivista em cursos de graduação em educação física: ensinando sobre o sistema único de saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde,** *[S. l.]*, v. 23, p. 1–5, 2018. Disponível em: https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/13327. Acesso em: 15 out. 2022.

ROSS, J.; BARROS, A. C.; SILVA, J.; COSTA, J.; MARINELLI, N.; ROCHA, J. Metodologias ativas em um curso de formação em saúde. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 154-161, jun. 2020. Disponível em: https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/368. Acesso em: 25 out. 2022.

SANTOS, F. R.; ESTENDER, A. C.; SILVA, J. N.; SANTOS, S. F. Mercado de trabalho e o preconceito contra a minoria homossexual. **Revista Processando o Saber**, *[S. l.]*, v. 4, p. 97-115, out. 2012. Disponível em: https://doaj.org/article/1d971ee9b23640049204f6c382f9c25. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, P. de O; LILA, L. C.; VALLE, P. A. S. S. Interferência no desenvolvimento da sexualidade de mulheres universitárias da área da saúde. **Revista brasileira de sexualidade humana,** *[S. l.]*, v. 27, n. 2, 2016. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/107. Acesso em: 14 out. 2022**.**

VILHENA, J.; OLIVEIRA, M. do C. L.; NOVAES, J. V.; ROSA, C. M. A (des)confiança no ambiente de trabalho: um estudo de caso à luz da Teoria Winnicottiana. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 315-327, set./dez. 2013. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/27698. Acesso em: 28 out. 2022.

Recebido em 11/12/2022
Aceito em 14/02/2023

ROTAS

CARTOGRAFANDO (DESIN)FORMAÇÕES DOCENTES

CARTOGRAFIANDO (DESIN)FORMACIONES DOCENTES

Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)[1]

Resumo: o presente texto busca fugir às normas acadêmicas que extinguem as possibilidades nascidas da prática do sentir. Me permitindo à desterritorialização, retorno à escritas antigas, de minha autoria, acerca de ciclos nomeados por "(desin)formação docente", não pretendendo validar cientificamente os métodos utilizados, os dados colhidos ou os resultados obtidos, porém demonstrar meu sentir, externalizar minhas reflexões e possibilitar que pessoas leitoras compreendam a potência existente no exercício da construção, motivada pelas percepções e sentidos, e não só nos produtos acabados. Espera-se que o presente texto não seja mais uma fórmula a ser utilizada na organização de atividades (desin)formativas, mas que, entretanto, fomente a vazão das interioridades em tais processos, em defesa de uma educação pela/por/para as experiências.
Palavras-chave: rota; cartografia; gêneros; sexualidades; formação docente.

Resumen: este texto busca escapar de las normas académicas que extinguen las posibilidades nacidas de la práctica del sentir. Permitiéndome desterritorializar, retomando escritos antiguos, de mi propia autoría, sobre ciclos denominados de "(desin)formación docente", sin pretender validar científicamente los métodos utilizados, los datos recogidos o los resultados obtenidos, sino demostrar mi sentir, externalizar mis reflexiones y posibilitar que los lectores comprendan el poder existente en el ejercicio de la construcción, motivado por las percepciones y los sentidos, y no sólo en los productos terminados. Se espera que el presente texto ya no sea una fórmula para ser utilizada en la organización de actividades (des)formativas, sino que, sin embargo, propicie el fluir de interioridades en tales procesos, en defensa de una educación por/por/para experiencias.
Palabras clave: ruta; cartografía; géneros; sexualidades; formación de profesores.

1 ZARPANDO

No instante em que defendemos uma pedagogia *queer,* um ensino subalterno, uma prática pós-crítica e pós-estruturalista, devemos ter em mente que o exercício de romper com os limiares ortodoxos em torno dos processos de educação, seja ela formal, não formal ou informal, são muito mais amplos e complexos do que possamos imaginar. Acredito que, para que tenhamos a possibilidade de êxito, faz-se necessário assumirmos uma postura interseccional, seja ela epistemológica ou metodológica (COLLINS, 2022), traçando uma linha de fuga que possa vir a transformar-se em devir educação.

O passeio dado nas poucas linhas que abrem o presente texto é justamente para afirmar meu compromisso com todas essas e muitas outras agendas que rompam com a normalização do saber, motivo pelo qual decido, bastante entusiasmade, me "atrever" à construção desta produção. Não sou eu que "inauguro" a sessão de *Rotas* neste periódico.

[1] Pessoa não-binária, PcD, militante e pai da Maya. Doutoranda em Educação na UERJ e especialista em estudos de gênero e diversidade na escola pela UFSC. Pesquisadora do Laboratório Afrodite (UFSC/CNPq) e técnica em educação no Grupo EDUSEX (UDESC/CNPq).

Todavia, creio que uma rota, enquanto definição de uma orientação geográfica, seja bastante singular, ao compreendê-la enquanto uma arquitetura que, apesar de parecer fixa e rígida, depende de toda uma outra organização geográfica que somos nós. Rotas são diferentes para cada pessoa.

Assim, ancorando-me, também, em Fonseca e Gorsdorf (2021), defendo que "a proposta por [mim] apresentada aqui é mais de um caminhar à deriva pelas possibilidades de se marcar um campo de conhecimento" (FONSECA; GORSDORF, 2021, p. 198), não tendo a pretensão de atuar de maneira canônica ditando regras inflexíveis, mas desterritorializando pensamentos e fazendo surgir possibilidades outras de atuação no exercício da prática docente.

Pude escrever, em outras ocasiões, a respeito do "método" - entre aspas para que fiquem explícitas minhas considerações críticas ao senso comum em torno construído em torno do que venha a ser um método - por mim pensado para se trabalhar com aquilo que nomeei de (desin)formações para docentes (PARANHOS, 2020). Contudo, não me foi possível cartografá-las, justamente por ter que obedecer a um rigor científico que sufoca experiências múltiplas que inauguraram um infinito de possibilidades.

Um adendo, aqui, se faz necessário. Possivelmente, espero que algumas pessoas, cânones da academia ou defensoras de seus preceitos rigorosos, afirmem veementemente que este texto não se trata de uma cartografia. Lanço mão de todos esses padrões e me prendo ao fato de que a cartografia me permite perceber as "linhas constitutivas das coisas e dos acontecimentos ao explorar territórios existenciais e assim, acompanhar processos de produção de subjetividade" (CINTRA *et al*, 2017, p. 45).

Me reservo à alegria de escrever livremente, externalizando todas as pulsões e sentidos que me afetam, na esperança de poder também afetar a todes que, neste momento, se permitem ao encontro com meus devaneios filosóficos desarticuladores, e, de tal modo, me ausento da obrigação de seguir uma estrutura que me faça escapar aquilo que sinto.

2 NAVEGANDO EM MEIO À TEMPESTADE

Tudo começou no ano de 2015, momento em que ingressei na Especialização em Estudos de Gênero e Diversidade na Escola, promovida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O GDE era um curso que, apesar de ser voltado ao campo da educação, possuía - e promovia - uma estrutura interdisciplinar, seja ela docente ou discente. Eu mesme, à época, ainda não integrava a parcela de pessoas trabalhadoras da educação, mas pude acessar o curso em virtude de minha participação na militância social.

Com um novo campo se abrindo, e logo buscando minha [segunda] graduação em pedagogia, não tardou para que eu recebesse convites para proferir falas ou promover

debates em torno do tema. Ávide por conhecimento, busquei ir além da formação, realizando cursos, participando de jornadas educativas, formações, enfim, tudo aquilo que pudesse me orientar naquela área que se tornava cada vez mais apaixonante.

Apaixonante... O termo me faz - e acredito que faça muitas outras pessoas - lembrar de uma outra palavra: amor. Assim, recordo-me de Paulo Freire (1996) e indago: "[c]omo ser [uma pessoa] educador[a], se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte?" (FREIRE, 1996, p. 35). Não há educação sem amor, independente do nível ou formato em que ela se estruture. Porém, esse não é um amor que deve ser lido de maneira romântica que se institucionaliza nas vidas e nas relações. O amor do qual falo, do qual Freire falava, é o "amor afetação". A palavra amor deriva do latim *amor* que se relaciona com o ato de possuir afeição - afeto (AMOR, 2022, s. p.).

Afetos são potências, para Spinoza, ou pulsões, dentro da linguagem psicanalítica, que nos movem e direcionam à mudança, independente de assumirem uma perspectiva que possa vir a ser considerada como positiva ou negativa. Tais transformações, causadas pela afetação, é que podem ser definidas como experiências (LARROSA, 2021) - outro termo que tem sido bastante "esvaziado" em nossas relações contemporâneas. Para "encurtar" e simplificar: experiência é tudo aquilo que me afeta e me transforma por meio do sentir. Se no momento em que eu como uma fatia de bolo de chocolate sou afetade, aquele ato me prende, me faz percebê-lo, vivenciá-lo, ou seja, senti-lo e, após seu término, eu me sinto melhor - ou não -, me percebo transformade, aquilo pode ser definido enquanto uma experiência.

Analogia bastante simples, mas que de certa maneira nos aproxima um pouco mais do que sejam, de fato, as experiências. Muites de nós podemos comer o bolo e não sentir absolutamente nada, simplesmente deglutimos e suprimos as necessidades biológicas de nosso corpo. Com base em tal metáfora, podemos nos indagar: será que minhas aulas são deliciosos bolos de chocolate que promovem experiências ou apenas momentos em que as pessoas - independente de serem crianças ou adultas em busca de educação formal, informal ou não formal - estão "enchendo" suas mentes?

Fugi para falar um pouco sobre paixão, amor e experiências, porém agora retorno para as possibilidades que se apresentavam em minha vida.

No ano de 2016 sou convidade a facilitar minha primeira formação docente, com tema relacionado a gêneros e sexualidades no ambiente escolar, a qual compunha um ciclo de formações continuadas para docentes de uma pequena cidade do litoral de Santa Catarina. Apesar da insegurança - totalmente subjetiva e pessoal - aceitei. Seriam cerca de trinta pessoas que participariam de um encontro de oito horas. Ao iniciar o desenho daquele novo projeto, me deparo com algumas inquietações, oriundas dos vários momentos em que pude me aprofundar nas vivências docentes.

Proveniente do latim *formatio.onis,* que indicava o ato de dar forma, "formação" ainda carrega esse mesmo sentido em nossa língua (FORMAÇÃO, 2022, s. p.). Tal ação requer que seja utilizada determinada força sobre determinado objeto/situação a fim de que se promova uma modificação. Se, para formar, sou eu que tenho que "dar forma", aplicar a força sobre algo ou alguém, a formação não deixa de ser um processo autônomo e se apresenta como um exercício depositário? Outro questionamento que podemos produzir se relaciona com o material da formação. Se, novamente, para formar, sou eu que tenho que "dar forma", inferimos que não nos é dada a possibilidade de verificar com qual "material" estamos lidando e nosso papel é o de, simplesmente, modificá-lo. Perguntei-me se "formar" possibilitaria uma experiência real com base na afetação e na transformação.

Recordo que, no dia em que ocupava-me com todas essas reflexões, fitei um copo de água que estava em minha frente. Pensando na formação e na educação bancária combatida por Freire, lembro de arquitetar a seguinte alegoria, a qual transcrevo aqui como um "passo-a-passo", a fim de que es leitories possam se permitir, também, aos devaneios:

- Imagine - ou coloque - um copo com água na sua frente.
- Esse copo está cheio, com água quase até a borda.
- Caso você continue a encher esse copo, o que irá acontecer, provavelmente?
- Acredito que você tenha respondido que a água do copo irá transbordar, correto?
- E para que isso não venha a ocorrer, o que eu devo fazer com a água do corpo antes de enchê-lo novamente?
- Possivelmente você tenha dito que beber a água ou jogá-la fora.

Nós somos esse copo quase cheio. Estamos completes com nossas histórias, nossas crenças, valores, com as experiências que acumulamos ao longo da vida, com a cultura que nos cerca e todos os preceitos sociais com os quais compactuamos. Não há certo ou errado. Há, somente, conteúdo.

Gêneros e sexualidades no ambiente escolar configura-se enquanto temática que, não raro, gera polêmicas e várias discussões, fruto de um "saber especializado" que se estruturou na retórica docente ao longo dos últimos anos em virtude do criacionismo batizado de ideologia de gênero (JUNQUEIRA, 2022). Grande parcela da população, seja do campo da educação ou não, argumenta de maneira bastante "apurada" sobre o assunto, cimentada nos pressupostos teóricos que ocupam os grupos de *WhatsApp*. Este é o cenário criado pelos movimentos neoconservadores que instalaram o pânico moral (JUNQUEIRA, 2022).

Detalhe que, por mais que eu esteja descrevendo tais constatações no presente, a ligação com o ano de 2016 é completamente cabível, no momento em que encontramos,

exatamente naquele período, o incendiário em torno do tema à nível nacional. O fogo foi, de lá pra cá, nunca foi apagado, no máximo, por vezes, esquecido, porém continua lá, ardendo e queimando tudo o que vê pela frente, inclusive vidas.

Seja na forma de fagulhas ou grandes labaredas, esse incêndio chegou até nós, mesmo que somente por intermédio dos noticiários. Assim, o tema acabou enchendo o copo de muitas pessoas que, por desconhecimento e, infelizmente, alienação, não conseguiram esvaziá-lo ou sequer tiveram consciência de que deveriam fazê-lo. Ninguém é mal "de nascença". Lembremos da célebre frase de Nelson Mandela: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar" (SILVA, 2015, p. 8)

No "ringue" criado entre "ideólogos de gênero" e "defensores da família", aquelus que lutam por uma educação libertária e crítica geralmente não tem vez, justamente em decorrência do copo que foi enchido - não encheu-se sozinho - com informações infundadas, não ancoradas na cientificidade, apelativas, mas que são muito mais facilmente absorvidas nos processos de subjetivação e sujeição. Nessa trincheira, não há como dizer que eles[2] estão errados conforme os fatos x, y ou z que são constatados por pesquisadories como a, b, c ou d. Não surtirá efeito.

Era esse o cenário que eu, provavelmente, encontraria quando estivesse no meio daquelas trinta pessoas. Eu tinha que esvaziar aquele copo, em alguns casos até a última gota, talvez lavá-lo, enxugá-lo... Para mim era, naquele momento, a pergunta de milhões. Voltei-me à Freire e ao amor. Voltei-me às experiências que são o que me afeta e me transforma por meio do sentir, e seria usando dos sentidos que eu conseguiria iniciar esse processo.

3 CHEGANDO EM ALTO-MAR

Em posse de um planejamento organizado com base em metodologias, minha missão, e meu maior objetivo, fazer sentir, afetar e provocar experiências. Foi assim que cheguei ao meu primeiro grande dia. O momento era de grande tensão, pois aquela era a minha primeira vez e, já diria o dito popular, que da "primeira vez a gente nunca esquece". Eu realmente queria que fosse inesquecível. Além disso, aquelas pessoas estavam ali por conta de algumas situações complexas ocorridas dentro de sala de aula por conta de debates a respeito dos gêneros e sexualidades. Possivelmente, eu era a representação viva da "ideologia de gênero".

Eu poderia ter começado com a apresentação de uma historiografia dos gêneros e das sexualidades. Poderia ter apresentado conceitos, me ancorado em estudiosos da área.

[2] Marco, por meio desse pronome, os preceitos da branquitude patriarcalista classista cis/endo/hetero/corpo/normada.

Poderia ter ouvido suas demandas em torno do tema. Poderia ter feito muita coisa, mas não fiz. Acredito que meu primeiro grande ato foi convidar as pessoas a sentarem-se no chão, a fim de que pudéssemos ter uma conversa horizontalizada e bastante segura. Lembro que eu e mais uma professora nos sentíamos. O restante ficou nas cadeiras. Logo depois, fiz um convite para que lembrassem da infância, contassem histórias, aquelas mais marcantes, e foi aí que a tensão começou a diminuir. O grupo foi, à medida que os "causos" eram contados, se aproximando, se entrosando, até que estavam quase todes sentades no chão.

Ainda sobre a infância, realizei alguns questionamentos, principalmente ligados aos momentos de brincadeira entre pares: "vocês costumavam brincar de jogos de grupo, tipo queimada, onde times eram montados? Como era essa experiência?". A isca foi mordida. No meio dos relatos, um professor trouxe um certo sentimento de insegurança que se abatia sobre ele quando ocorria a divisão das equipes. Era o medo de ser deixado de lado, de fora. Com base em sua fala, ampliei: "alguém mais sentia isso, sentia esse receio de ser deixado de fora?". Muitas confirmações. "Era bastante incômodo notar que estávamos ficando para o final e que ninguém nos escolhia, não é mesmo?". Com alguns acenos de cabeça dados, questionei: "e o que passava na cabeça de vocês naquele momento? Qual o sentimento?". Eis que começam a falar.

Foi exatamente nessa hora que eu adentrei ao campo do sentir e que me era possibilitado afetar aquelas pessoas. Criei alguns ganchos com a opressão e com o sofrimento, categorias que devem ser sempre analisadas, pois é pelo sofrimento que melhor nos reconhecemos e aproximamos (SAWAIA, 2005), e busquei relacionar tais aspectos com as diversas situações de violência ocorridas na escola em virtude dos gêneros e sexualidades. Nada foi fácil como parece e as resistências vieram. Contudo, sempre que se apresentavam, meu papel era levar aquele grupo novamente ao nível dos sentidos. Para tanto, usei de inúmeros recursos e estratégias, tal como a leitura de notícias, apresentação de vídeos, todos muito impactantes dado o alto nível de violência que continham.

A violência dói. A LGBTIAP+ e *queer*fobia doem. O racismo dói. A misoginia, o sexismo, o capacitismo, o classicismo, enfim, todos os tipos de violência, independente da roupagem que utilizam, possuem em seu cerne questões muito próximas, sobretudo a da diferenciação que toma as diferenças como aspecto para menosprezar, diminuir, discriminar. Não pretendo universalizar as violências e sofrimentos, pois cada uma está diretamente relacionada a matrizes de poder estruturadas de maneiras bastante específicas. No entanto, há sim uma ligação que aproxima todas elas e percebê-las é, também, um exercício para a interseccionalidade.

Assim como, quando deparada com a tempestade, a navegação deve rever sua rota e, possivelmente, readequar seu rumo, várias vezes me percebi de frente a imensos maremotos, pois trabalhar com temas como aqueles que ali estavam sendo abordados é lidar, diretamente, com padrões inconscientes e totalmente subjetivos. O trabalho,

independente do formato escolhido, que busca pautar gêneros e sexualidades, principalmente quando territorializados no espaço educacional, jamais deve ater-se a qualquer tipo de sequenciamento lógico, padronizado, pois não há como enquadrar algo que é da fluidez. Este possivelmente seja um dos motivos que levam tantos processos relacionados ao assunto a fracassar. Incomodei. Desestruturei. Causei inquietações em vários sentidos e tenho certeza que no chacoalhar dos copos consegui derrubar, ao menos, algumas gotas de água para fora.

4 NAVEGANDO PARA O ALÉM MAR

Possivelmente você se pergunte onde é que cheguei, quais foram os resultados finais. Não cheguei. Não há. Disse eu, certa vez, que "a diversidade é sempre o amanhã" (PARANHOS, 2021, s. p.), e tal afirmação tem por objetivo marcar o caráter inconclusivo das diferenças. Quando nos lançamos a explorar esse mundo das pluralidades, não devemos, jamais, ter a pretensão de finalizar nada, pois essa é uma tarefa impossível.

Nessas poucas linhas, o que quis foi demonstrar o percurso que segui, as adversidades que encontrei e a rota, na qual, me baseei, mas não de maneira imutável. Há de se compreender a necessidade de uma necessária maleabilidade, a fim de que possamos nos aproximar, sempre, do campo do sentir, provocando afetos e experiências transformadoras que façam sentido na vida das pessoas que estão junto a nós nesses momentos de aprendizado e compartilhamento.

O prefixo "desin" não é pensado ao acaso, mas marca essa negação, separação ou cessação para com as atividades que buscam transformar as formações continuadas em verdadeiros depósitos que em nada reverberam nas práticas diárias de docentes. O "desin" é uma maneira de dizer que temos que esvaziar os copos, e que tal movimento ocorra de maneira consciente e por meio da percepção e do querer. Não encerro nada, não indico nada, só trago a reflexão e convido, quem sabe, a todes aquelus que quiserem, a lançarem-se nos devaneios filosóficos que possibilitem a construção de uma educação cada vez mais pautada na experiência e no amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMOR. *In*: **Dicionário Etimológico**: etimologia e origem das palavras. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: https://www.dicionarioetimologico.com.br/amor/. Acesso em: 07 dez. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução: Bruna Barros, Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

FONSECA, Angela Couto M.; GORSDORF, Leandro Franklin. Rotas. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 198-204, 2021.

FORMAÇÃO. *In*: **DICIO**: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em:

https://www.dicio.com.br/formacao/. Acesso em: 07 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero":** um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

PARANHOS, William Roslindo. Rodas de conversa "Fazendo Gênero" – um espaço necessário para a desconstrução. *In*: FREITAS, D. L. R. de; PAIVA, L. L. G.; FERNANDES, C. R. de F. (org.). **Amplamente**: gênero e diversidade. Natal: Amplamente, v. 1, p. 96-111, 2020.

PARANHOS, William Roslindo. [Sem título]. *In*: **Webinários Ecos Do Congresso** – Pesquisa Lgbti+, 20 jul. 2021, *[S. l.]*. [Trabalhos apresentados]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6c4L1F8iIxI&t=883s. Acesso em: 20 set. 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: B. B. Sawaia (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5.ed. Petrópolis: Vozes, p. 97-118, 2005.

SILVA, Aida M. M. Apresentação. *In*: SILVA, Aida M. M.; TIRIBA, Léa (orgs.). **Direito ao ambiente como direito à vida**: desafios para a educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, p. 8, 2015.

CINTRA, Amanda Mendes S.; MESQUITA, Luana Pinho de; MATUMOTO, Silvia; FORTUNA, Cinira Magali. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, *[S.L.]*, v. 29, n. 1, p. 45-53, 29 abr. 2017.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Recebido em 11/12/2022
Aceito em 12/01/2023

ENTREVISTAS

(...) O PRESENTE E O FUTURO NOS DEMANDARÃO AINDA MAIS ENERGIA E ESFORÇO, NESSES PRÓXIMOS ANOS, PARA PODERMOS AVANÇAR NO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA.

- RENAN QUINALHA

O BRASIL PÓS ELEIÇÕES DE 2022: RETORNO AO PASSADO OU POSSIBILIDADE DE UM NOVO FUTURO? | ENTREVISTA COM RENAN QUINALHA

BRAZIL AFTER THE 2022 ELECTIONS: RETURN TO THE PAST OR THE POSSIBILITY OF A NEW FUTURE? | INTERVIEW WITH RENAN QUINALHA

Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)[1]

1 INTRODUÇÃO



Fonte: Site Renan Quinalha

O Brasil, nos últimos anos, sofreu intensos ataques à democracia, emergidos de uma agenda que contou com ataques constantes de parlamentares direcionados a minorias, passando golpe de 2016 - o qual culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff - e chegando à eleição do, já, ex-presidente genocida, fatos que demonstraram a força do conservadorismo na sociedade brasileira. Partindo deste cenário, surge a necessidade de buscarmos compreender as condições que proporcionaram a derrocada da democracia, a fim de que, coletivamente, possamos reconstruir tudo aquilo que foi desmontado durante tal retrocesso. É neste contexto de pensar possibilidades que se insere a entrevista com Renan Quinalha, escritor e Professor de Direito (Instituições Judiciais e Cidadania) da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Seus posicionamentos e sua pesquisa acerca de democracia, justiça de transição e políticas conservadoras instigam um diálogo crucial para a reconstrução do sistema

[1] Pessoa não-binária, PcD, militante e pai da Maya. Doutoranda em Educação na UERJ e especialista em estudos de gênero e diversidade na escola pela UFSC. Pesquisadora do Laboratório Afrodite (UFSC/CNPq) e técnica em educação no Grupo EDUSEX (UDESC/CNPq).

democrático, que não deixe espaços para violações.

COR LGBTQIA+ (COR): Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Justiça de transição: contornos do conceito*, você afirma que "[o conceito de justiça de transição] carrega uma ideia de justiça excepcional e precária, a ser modulada de acordo com as possibilidades em condições adversas, que é aplicável apenas a situações de extremo conflito ou forte instabilidade política, não verificadas nos países da América Latina e do Sul da Europa atualmente" (QUINALHA, 2012, s. p.). Passados dez anos, e diante do atual contexto de nosso país, você teceria novas reflexões em torno do conceito?

Renan Quinalha (RQ): Minha dissertação, defendida em 2012 e logo publicada em livro pela Editora Expressão Popular, foi um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre essa temática que, à época, ganhava um estatuto de importância nas políticas públicas de memória, verdade e justiça. Era momento de Comissão da Verdade, de condenação do Estado brasileiro no Sistema Interamericano dos Direitos Humanos, do III Plano Nacional dos Direitos Humanos. Naquela época, já tinha convicção da centralidade da justiça de transição enquanto uma agenda para fortalecimento da democracia. Infelizmente, a crise política pós-2013 acabou deixando esse tema escanteado, dando cada vez mais espaço para o autoritarismo que só fez crescer até chegar na ascensão do bolsonarismo. Não sei se faria hoje uma reconceituação do termo de justiça de transição, acho que ainda faz sentido o que escrevi há 10 anos. No entanto, tenho interesse em atualizar esse trabalho em uma nova edição, é um projeto para 2023, pois é preciso aprofundar uma reflexão sobre nossa transição sem justiça, sobretudo quando precisaremos de um novo processo de redemocratização pós-bolsonarismo.

COR: Talvez, não por acaso, tenhamos deixado para estruturar a presente entrevista após o resultado final das eleições de 2022. O conservadorismo avançou e não é mais o mesmo. Ele buscou se inovar, a fim de que sua organização pudesse se tornar ainda mais imperceptível. A que se deve esse processo de reconfiguração?

RQ: Autoritarismo político e conservadorismo moral sempre caminharam juntos na história do Brasil (e em diversas outras partes do mundo). O bolsonarismo é, de um lado, a reedição direta de um legado da ditadura de 1964 e, de outro, uma configuração política e ideológica nova, vinculada à ascensão da extrema direita minando regimes democráticos, por dentro, em distintos países. A cruzada moral era e segue sendo central para esses atores antidemocráticos. A Damares é uma das figuras políticas de maior relevância dos últimos anos no Brasil, agora eleita senadora. A derrota eleitoral do bolsonarismo, que deve ser muito celebrada considerando os abusos e violências que marcaram esse processo, não significa a superação imediata do conservadorismo. Teremos ainda um longo desafio de

COR: Ainda em sua pesquisa de mestrado, você defende que "reitera-se o discurso do medo e da ameaça como argumentos para orientar o tratamento a ser conferido às violações de direitos humanos" (QUINALHA, 2012, p. 77). Essa é uma prática que garante o avanço das políticas neoconservadoras?

RQ: Sim. O receio de radicalizar a luta pela democracia, muitas vezes, tem nos imposto bloqueios em uma lógica da conciliação que mais paralisa do que nos faz avançar. A experiência da ditadura e do bolsonarismo devem nos ensinar que não há reconciliação possível com a violência desses regimes. É preciso tomar, com prioridade zero, medidas de verdade, memória, reparação e justiça para superarmos a normalização da barbárie.

COR: A obra *Democracia em risco?* (ABRANCHES et al., 2019), na qual você atuou como autor, propõe reflexões múltiplas e interdisciplinares em torno da eleição do (ainda) presidente Jair Messias Bolsonaro. Apesar de sua derrota nas urnas, não há como negar o crescimento de um movimento em torno de suas pautas que se apresenta ainda mais robusto do que em 2018. Assim, utilizando de uma licença poética, perguntamos: a democracia, ainda, está em risco?

RQ: Eu diria que a democracia está sempre em risco. Esse é o modo natural de existência dela. Por vezes, nos esquecemos de que a maior parte dos regimes políticos no mundo ou não são democracia ou são democracias muito recentes. Essa constatação realista nos impele a reconhecer a importância do cultivo permanente e incansável da democracia. Chegamos muito perto a um ponto de não retorno com essas eleições, se Bolsonaro tivesse ganhado o segundo turno, seriam 20 ou 30 anos de destruição nacional e perseguição a opositores, detonando por dentro das instituições. A reconstrução democrática exigirá muito esforço justamente pelo tamanho do estrago já feito.

COR: Sua tese de doutorado, *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*, teve como objetivo "investigar os contornos da política sexual concebida e implementada pela ditadura civil-militar (1964-1988)" (QUINALHA, 2017, s. p.). Começando pela ideologia de gênero, em 2017/2018, passando por "meninos vestem azul e meninas vestem rosa" e pela mamadeira de piroca, finalmente, em 2022, retornando à ideologia de gênero e inaugurando os ataques ao banheiro unissex, gostaríamos que você falasse um pouco sobre a política sexual contemporânea e seus efeitos na sociedade como um todo, de "esquerdopatas" comunistas ao "gado" bolsonarista. Ela extrapola o reduto conservador?

RQ: Sem dúvidas, ainda há um conservadorismo muito arraigado em diversos setores da sociedade brasileira, inclusive por conta da força que a religião evangélica de matriz neopentecostal tem assumido. O governo Bolsonaro deu respaldo e formatação institucional

para esse conservadorismo, que foi alçado à condição de políticas públicas. O processo análogo se deu durante a ditadura, com maior consistência diante da concentração do poder no Executivo e por prazo maior. A questão é que esses regimes autoritários, do passado e do presente, são um laboratório de subjetividades, eles funcionam como um dispositivo de educação política e moral de uma sociedade já conservadora. Assim, precisaremos forjar um novo processo pedagógico no campo dos direitos humanos que nos auxiliem a convencer cada vez mais pessoas para a importância da valorização da cidadania e da democracia.

COR: A pergunta final é "simples" e sucinta: 2023, o que fazer?

RQ: A vitória de uma ampla frente democrática sob a liderança de Lula foi apenas o primeiro - ainda que fundamental - passo a ser dado. As comissões de transição já atestaram o nível de destruição do Estado brasileiro, é muito profundo o estrago. Nesse sentido, 2023 será um ano ainda de expectativas rebaixadas: temos de cobrar e pressionar, mas conscientes de que será um período ainda muito difícil para retomar a capacidade fiscal do Estado, os investimentos, as políticas públicas e a racionalização da gestão. Em paralelo, devemos seguir firmes na desbolsonarização das várias instâncias e espaços da nossa sociedade e cultura. A disputa em torno dos direitos sexuais e reprodutivos seguirá no centro da política, teremos de nos organizar para fazer frente à bancada fundamentalista. Sei que há um cansaço e uma exaustão com esses 4 anos de Bolsonaro com o agravante de uma pandemia, mas o presente e o futuro nos demandarão ainda mais energia e esforço, nesses próximos anos, para podermos avançar no aprofundamento da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRANCHES, Sérgio *et al*. **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:** contornos do conceito. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral e Filosofia do Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido em 14/11/2022
Aceito em 16/12/2022

A DISCUSSÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL, SOBRE A VALORIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORAS, ESTÁ MUITO ATRELADA AO STATUS QUO, À NORMA VIGENTE QUE TEM TOMADO CONTA DO PAÍS NESSE MOMENTO, QUE É EXTREMAMENTE CLASSISTA, EXTREMAMENTE ANTI-DIREITOS, EXTREMAMENTE RACISTA, QUE TEM UMA PERSPECTIVA DE DEVASTAÇÃO AMBIENTAL ASSUSTADORA.

- ERIKA HILTON

“TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA!” | ENTREVISTA COM ERIKA HILTON

"TRANSVESTITE IS NO MESS!" | INTERVIEW WITH ERIKA HILTON

Will Paranhos (William Roslindo Paranhos)[1]



Créditos da foto: Ana Barbosa
Fonte: Instagram da Dep. Federal Erika Hilton

1 INTRODUÇÃO

Em um período de imenso retrocesso, ameaças constantes e a retirada ativa de direitos LGBTIAP+ e queer, a posição combativa e a entrada efetiva de membres destas comunidades em espaços de transformação e poder pode ser o único caminho para a construção de uma democracia inclusiva. Ainda assim, ocupar os lugares de fala não garante a mudança imediata do status quo. Mesmo que de direito, essa é uma luta diária para os grupos subalternizados.

Tendo em vista a necessidade de escolhermos representantes capazes de enfrentar esse desafio, entrevista-se Erika Hilton, ex-vereadora do município de São Paulo e, atualmente, deputada federal pelo PSOL-SP. Eleita com mais de 256 mil votos, a parlamentar representa um futuro em que as pautas LGBTIAP+ e queer, dos grupos minorizados e das políticas sociais terão espaço expressivo na construção política de nosso país

[1] Pessoa não-binária, PcD, militante e pai da Maya. Doutoranda em Educação na UERJ e especialista em estudos de gênero e diversidade na escola pela UFSC. Pesquisadora do Laboratório Afrodite (UFSC/CNPq) e técnica em educação no Grupo EDUSEX (UDESC/CNPq).

COR LGBTQIA+ (COR): Nossa entrevista é intitulada com a célebre frase de Luana Muniz, "Travesti não é bagunça!". Qual a potência de uma travesti negra, eleita com mais de 256 mil votos, na Câmara das Deputadas e Deputados?

Erika Hilton (EH): Primeiro eu quero dizer que é uma alegria poder dar essa entrevista para vocês, poder somar com a revista e com o espaço. A potência de uma travesti negra, eleita com mais de 256 mil votos no Brasil, que é o primeiro país do mundo que ainda mata essa população, que é um país fundado no racismo, que tem transformado essas práticas cada vez mais legalizadas, é, de fato, uma potência transformadora. Acho que é a potência da mudança, da denúncia, da destruição de estereótipos de marginalidade, de precariedade, e a construção de uma humanidade possível, de novas possibilidades de existência para toda a sociedade, porque quando nós nos emancipamos, quando nós emergimos, quando nós chegamos nesse lugar, como o Congresso Nacional, com essa votação expressiva, nós estamos resgatando o pacto de civilidade, da humanidade, da empatia, do convívio social harmônico entre todos os grupos. Então é essa potência que representa, é isso que simboliza.

COR: Você é uma parlamentar que vai além das pautas LGBTQIA+. Durante sua vereança, propôs o projeto de lei que institui campanha permanente de incentivo às Cooperativas de Materiais Recicláveis e o PL que cria a Semana Maria da Penha nas Escolas, ambos aprovados na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Além disso, conseguiu a sanção do Projeto de Lei que visa criar o Fundo de Combate à Fome na cidade de São Paulo. Qual a importância de proposições como essas frente ao atual governo?

EH: Proposições como essas fazem, primeiro, o enfrentamento àquilo que tem sido mais gritante nesse momento da conjuntura, que é a pobreza, que é a fome, que são as desigualdades sociais que atingem, na primeira ordem do dia, as mulheres negras, as periferias, a comunidade LGBTQIA+. Então pautar essa discussão sobre enfrentamento à fome, enfim, sobre as temáticas das catadoras é também falar sobre tudo aquilo que esse governo não quer falar. A discussão sobre a violência de gênero, sobre a questão ambiental, sobre a valorização das cooperativas de catadoras, está muito atrelada ao *status quo*, à norma vigente que tem tomado conta do país nesse momento, que é extremamente classista, extremamente anti-direitos, extremamente racista, que tem uma perspectiva de devastação ambiental assustadora. Proposições como essa denunciam aquilo que está acontecendo e faz com que a sociedade reflita sobre para que lugar nós queremos ir diante dessas pautas.

COR: A professora e transfeminista Letícia Carolina do Nascimento afirma "nós não somos nossos corpos, nós fazemos nossos corpos" (NASCIMENTO, 2020, p. 40). Esses corpos

tendem a ser tornados territórios de disputa por uma maioria neoconservadora. São evidentes todos os movimentos que tentam nos ajustar, disciplinar e anormalizar. Contudo, percebe-se um discurso em torno do "somos todos [2] iguais", "eles também são filhos [3] de deus" ou "também serão respeitados [4] e acolhidos [5]" proferido por tais grupos. Qual sua percepção em torno desse contexto?

EH: Eu acho que é bastante dúbio isso, porque por um lado nós temos um setor ignorante da sociedade que é cooptado pelo discurso fundamentalista e que de fato faz a utilização do "somos filhos de deus" e etc numa tentativa de aproximação e deturpação do preconceito. Por exemplo, eu vejo minha avó, pessoas mais velhas, que frequentam a igreja e que tem um pouco dessa concepção, mas não nesse lugar que é o lugar da grande maioria. A grande maioria, que inclusive faz parte dessa patota, que usa isso como um lugar para apagar as diferenças, apagar aquilo que é, inclusive, importante de ser olhado dentro do processo de humanização, dentro do processo de pertencimento, de estar junto. Separar isso, para mim, é uma artimanha bastante perigosa e desonesta, na tentativa de ignorar que as relações são estruturadas pela raça, pela orientação sexual, pelo gênero, pela classe, pelo território. Então, ao fazer isso, se ignora tudo isso para continuar podendo perpetuar, quando conveniente, as violências que são praticadas por esses setores contra determinados grupos.

COR: Você legislará ao lado de nomes como Nikolas Ferreira (PL-MG), Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Ricardo Salles (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), Eduardo Pazuello (PL-RJ), Marcos Pollon (PL-MS), André Fernandes(PL-CE), Deltinha (PL-MA), André Ferreira (PL-PE), Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS) e Carol de Toni (PL-SC), "colegas" que, com toda a certeza, tentarão aprovar pautas bastante conservadoras que representam um gigantesco retrocesso no campo dos direitos humanos. Você, e sua equipe, já pensaram em estratégias para habitar esse campo?

EH: Nossa estratégia vai ser a mesma que adotamos na Câmara [Municipal], a estratégia do diálogo, do espírito republicano, mas também a estratégia do confronto, a estratégia da obstrução, a estratégia da resistência, a estratégia da denúncia, a estratégia do apelo à opinião pública, para que a gente possa ganhar força para enfrentar essa agenda, essas agendas, na verdade, que estarão fortemente colocadas no próximo ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

LEI que cria o fundo municipal de combate à fome é sancionada!. **Erika Hilton**, 25 dez. 2021. Disponível em: https://www.erikahilton.com.br/2021/12/25/vitoria-lei-que-cria-o-fundo-municipal-de-combate-a-fome-e-sancionada/. Acesso em: 02 nov. 2022.

ERIKA Hilton é eleita deputada federal com 256 mil votos. **Erika Hilton**, 2 out. 2022.

[2, 3, 4, 5] Todos os termos são utilizados no masculino, justamente para garantir uma fidelidade aos discursos masculinistas e patriarcalistas oriundos dos movimentos conservadores.

Disponível em: https://www.erikahilton.com.br/2022/10/02/erika-hilton-e-eleita-deputada-federal-com-256-mil-votos/. Acesso em: 02 nov. 2022.

PROJETO que institui campanha permanente de incentivo às cooperativas de materiais recicláveis é aprovado na CCJ. **Erika Hilton**, 21 nov. 2021. Disponível em: https://www.erikahilton.com.br/2021/11/21/projeto-que-institui-campanha-permanente-de-incentivo-as-cooperativas-de-materiais-reciclaveis-e-aprovado-na-ccj/. Acesso em: 02 nov. 2022.

VITÓRIA! PL "semana maria da penha nas escolas" é aprovado na CCJ.**Erika Hilton**, 14 abr. 2021. Disponível em: https://www.erikahilton.com.br/2021/04/14/vitoria-pl-semana-maria-da-penha-nas-escolas-e-aprovado-na-ccj/. Acesso em: 02 nov. 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Recebido em 14/11/2022
Aceito em 16/12/2022

É UMA QUESTÃO DE VALORES DE PESSOAS. HÁ PESSOAS QUE NÃO CONCORDAM COM A HOMOSEXUALIDADE, NÃO ACEITAM AS MINORIAS SEXUAIS E, SENDO PESSOAS COM BASTANTES PODERES, SIMPLESMENTE DISSERAM QUE "NÓS NÃO QUEREMOS QUE ESSA ASSOCIAÇÃO SEJA LEGALIZADA". NADA TEM A VER COM LEI, APENAS COM PESSOAS BEM POSICIONADAS NO NOSSO SISTEMA.

- ROBERTO PAULO

DE PRECONCEITO À DISCRIMINAÇÃO: DESAFIOS DE ACTIVISMO LGBT EM MOÇAMBIQUE | ENTREVISTA COM ACTIVISTA FEMINISTA ROBERTO PAULO

FROM PREJUDICE TO DISCRIMINATION: CHALLENGES OF LGBT ACTIVISM IN MOZAMBIQUE | INTERVIEW WITH FEMINIST ACTIVIST ROBERTO PAULO

Alberto João Nhamuche[1]
Maria Manuel Baptista[2]
Hélia Bracons Carneiro[3]

Resumo: a presente comunicação é uma parte da fase empírica de tese (em curso) do Programa Doutoral em Estudos Culturais, do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, do Departamento de Línguas e Culturas, da Universidade de Aveiro. O seu propósito é analisar o processo de apropriação das plataformas digitais, pelo movimento feminista, no âmbito de promoção do seu activismo, em Moçambique. Em conexão com a natureza do campo da investigação, optamos por metodologia de cariz qualitativo. Para tal, procuramos a literatura crítica que pudesse suportar-nos na compreensão da temática em alusão, tendo, seguidamente, partido para pesquisa empírica, observando, na rede social Facebook, a página da organização feminista Associação LAMBDA, uma organização moçambicana que advoga pelos direitos humanos das pessoas LGBT em Moçambique. A sistematização dessa observação permitiu o levantamento de questões que serviram de base para elaboração de guião de entrevista em profundidade, realizada com a liderança dessa associação, Roberto Paulo. Da conversa, que durou cerca de duas horas, em 24 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões da Associação, as informações recolhidas levam a considerar que o movimento LGBT em Moçambique apropria-se das plataformas digitais, no seu activismo e o Facebook é uma rede social com poder de não só possibilitar a quebra de barreiras geográficas, como também e sobretudo permite um feedback permanente dos membros das organizações activistas e a sua articulação com a sociedade. Por outro lado, de acordo comos mesmos dados, devido ao forte preconceito e discriminação sociais que enfrenta, e não obstante a sua existência, o sucesso do activismo LGBT demonstra-se como uma realidade (ainda) distante, em Moçambique.
Palavras-chave: movimento feminista; activismo digital; LGBT; preconceito; discriminação.

Abstract: this communication is a part of the empirical thesis phase (in progress) of the Doctoral Program in Cultural Studies, at the Center of Languages, Literatures and Cultures, Department of Languages and Cultures, University of Aveiro. Its purpose is to analyze the process of appropriation of digital platforms, by the feminist movement, in the context of promoting its activism in Mozambique. In connection with the nature of the research field, we opted for a qualitative methodology. For such, we looked for critical literature that could support us in understanding the theme in allusion, having then departed for empirical research, observing on the social network Facebook, the page of the feminist organization Associação LAMBDA, a Mozambican organization that advocates for human rights of LGBT people in Mozambique. The systematization of this observation allowed the raising of questions that served as the basis for the elaboration of an in-depth interview guide, carried out with the leadership of this association, Roberto Paulo. From the conversation, which lasted about two hours, on January 24, 2022, in the Association's meeting room, the information collected leads to the conclusion that the LGBT movement in Mozambique appropriates digital platforms, in its activism, and Facebook is a social network with the power to not only make it possible to break down geographic barriers, but also and above all allows permanent feedback from members of activist organizations and their articulation with society. On the other hand, according to the same data, due to the strong social prejudice and discrimination it faces, and despite its existence, the success of LGBT activism is shown to be a (still) distant reality in Mozambique.
Keywords: feminist movement; digital activism; LGBT; prejudice; discrimination.

[1] Doutorando em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro.
[2] Professora Catedrática, Universidade de Aveiro.
[3] Professora Associada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

1 INTRODUÇÃO

Com base na presente comunicação, pretendemos apresentar uma parte da fase empírica de tese em curso, do Programa Doutoral em Estudos Culturais, da Universidade de Aveiro, cujo título é *Activismo feminista digital em Moçambique: Conquistas, desafios e perspectivas*.

É pertinente lembrar que a pesquisa tem em vista compreender a apropriação das plataformas digitais pelo movimento feminista no âmbito de promoção do seu activismo em Moçambique. Para o decurso do trabalho, trabalhamos com duas organizações feministas: a Rede Mulheres Jovens Líderes de Moçambique e a Associação LAMBDA. Portanto, dada a essência de cada organização, para o presente trabalho, apresentamos os dados da LAMBDA, sendo uma organização que advoga pelos direitos humanos das pessoas LGBT em Moçambique. Aliás, esta comunicação foi apresentada no III Congresso Online de Orgulho LGBTQ+.

Antes de transcrever a entrevista, importa-nos fazer uma breve descrição sobre o nosso entrevistado. Roberto Paulo nasceu em 16 de Maio de 1979 e fez o ensino primário, secundário e universitário, em Nampula. É formado em Pedagogia e Psicologia pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Em 2000, juntou-se à uma Rede de organizações que trabalhava na área de prevenção e combate ao HIV, tendo tornado-se coordenador dessa Rede ao nível da província de Nampula. Trabalhou muitos anos nessa posição de coordenador e, posteriormente, foi transferido para Maputo, para ocupar um cargo de âmbito nacional. Em 2014, juntou-se à LAMBDA, e, em 2020, foi designado director executivo da organização. Importa-nos afirmar que a entrevista foi gravada em áudio e video, no decurso. Captamos, também, com recurso à telefone, algumas imagens em forma de fotografia; tudo com autorização do sujeito entrevistado. O nosso objectivo era que servissem de suporte para a transcrição e consulta futura, de forma a facilitar a articulação nas análises descritiva e interpretativa pois, "uma vez realizadas as entrevistas, torna-se necessário transcrevê-las para papel" (GUERRA, 2006, p. 70).

Nesse sentido, no primeiro momento, transcrevemos, manualmente, o áudio directamente no computador, deixando espaços brancos nas passagens em que a audição não era clara; seguidamente, efectuamos a revisão do áudio e preenchemos os espaços deixados e, finalmente, redigimos os discursos de cada entrevista (Guerra, 2006). Segue, portanto, a respectiva entrevista, conduzida por mim, Alberto João Nhamuche.

Alberto João Nhamuche (AJN): Pode falar-nos do percurso da vida de Roberto Paulo, ou seja, onde nasceu, como cresceu até tornar-se activista social?

Roberto Paulo (RP): Muito obrigado! Meu nome é Roberto Paulo. Nasci em 16 de Maio de 1979, em Nampula. Fiz o ensino primário, secundário até universitário, também, em Nampula. E, por volta de 1998, eu juntei-me à uma associação juvenil denominada "Aros

Juvenil". E, na altura, começamos a realizar palestras nas escolas, em torno de HIV. Nessa altura (1998 - 2000), o combate ao HIV estava na fase embrionária. Lembro-me que, lá para os anos 2000, surgia o Conselho Nacional para o Combate ao HIV. Uma vez que em 1998 eu já tinha formação em activismo, em 2000 comecei a desencadear acções de formação de mais activistas, com vista ao desenvolvimento da organização. Então, fiquei por volta de dois ou três anos na Aros Juvenil. Ainda em 2000, juntei-me à uma Rede de organizações que trabalhava na área de prevenção e combate ao HIV. Na altura, fiquei coordenador dessa Rede ao nível da província de Nampula. Trabalhei muitos anos nessa posição de coordenador e, posteriormente, fui transferido para Maputo, para vir ocupar um cargo de âmbito nacional. Em 2014, eu juntei-me à LAMBDA. Mas ao longo desses anos, desenvolvi várias acções no âmbito da defesa dos direitos humanos e, em 2005, tive a sorte de participar em várias formações sobre género e diversidades sexuais. Portanto, o meu entender sobre minorias sexuais começou nessa altura e, graças a essas formações, mudei a minha forma de compreender. Isso acelerou cada vez mais a minha veia de defender as minorias sexuais. Ainda em Nampula, fiz vários treinamentos em género: falo de 2007, 2008, em que ensinavamos, em vários distritos, sobre a existência de minorias sexuais. Dávamos formações na àrea de igualdade de género, promoção de direitos das mulheres.

AJN: A Associação LAMBDA é uma organização de cidadãos moçambicanos que advogam pelos Direitos Humanos, sobretudo das pessoas LGBT: lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Poderia partilhar o motivo que levou a LAMBDA a lutar pelos direitos humanos, sobretudo das pessoas LGBT?

RP: Como dizia no meu histórico, eu comecei a trabalhar na área de HIV e, naquela altura, se ainda estiver me lembrando, o nosso país tinha muitos problemas em relação ao acesso antiretroviral. Nessa altura, se a memória não me trai, as pessoas que testavam positivo tinham que atravessar a fronteira para conseguir o tratamento na África do Sul porque em Moçambique ainda não tínhamos condições para garantir o acesso ao tratamento das pessoas que necessitavam. Eu, já naquela altura, juntei-me à outras organizações (algumas internacionais) e começamos a fazer pressão ao Ministério de Saúde para que assegurasse o tratamento para todas as pessoas pois aquelas (pessoas positivas) que não conseguissem deslocar para África do Sul, estavam condenadas. Lembro-me que, na altura, o ministro de saúde era Songane (Francisco Songane) e, até, fomos chamados de ilunaticos, no sentido que estavamos sonhando demais. Diziam que não era possível ter tratamento para todo o mundo. Mesmo assim, "batemos, continuamos a bater". Hoje em dia, em Moçambique, temos tratamento antirretroviral em todas as localidades. Significa que ficará percebido que a luta de tais ilunaticos fazia sentido pois visava fazer com que as pessoas sem posse tivessem acesso ao tratamento antirretroviral. Portanto essas lutas vem surtindo efeito pois,

por um lado é a população que tem acesso ao tratamento antirretroviral, por outro, é o governo que ganha porque está a proteger o seu povo. Isso fez com que, por exemplo, Moçambique passasse a receber apoios internacionais, possibilitando o acesso antiretroviral. Daí que essa veia de luta pelos direitos humanos e para que as pessoas tenham vida condigna foi evoluindo e, a ligação que se tem com as organizações internacionais, a ligação que se tem com diversos actores fora da nossa caixa, faz com que haja melhorias nos significados que se dão aos direitos humanos, minorias sexuais, liberdades. Ajuda-nos a compreender que precisamos lutar para que as pessoas possam usufruir dos seus direitos. Portanto, houve a necessidade de luta para garantir a observância e respeito dos direitos humanos, pois os direitos humanos são universais e aplicáveis à todos os cidadãos, independentemente de aspectos específicos que os diferenciam uns dos outros e no caso vertente, a comunidade LGBT em Moçambique tem os seus direitos humanos sistematicamente violados de diferentes formas, tendo como base para esta violação a identidade e expressões de género bem como a orientação sexual.

AJN: Consta no vosso site ou seja no site da LAMBDA que, em 2008, solicitaram reconhecimento e registo da associação, cujo pedido fora indeferido pelo então Ministério da justiça. Na sua opinião, quais foram os contornos que ditaram o indeferimento?

RP: A LAMBDA é uma associação moçambicana de defesa de minorias sexuais, fundada em 2006. E, dois anos depois, ou seja, em 2008, olhando para a lei das associações em Moçambique, foram organizados todos os documentos exigidos por lei, para o registo de uma associação. De facto, o processo deu entrada no Ministério da justiça e, até ontem, não teve resposta. Nunca houve resposta ou dizendo não ou dizendo sim. Pode ser que hoje liguem para dizer que já tem resposta. O pedido para registo de uma associação em Moçambique leva, em condições normais, volta de 45 dias. Mas este processo entrou em 2008 e todos os processos exigidos por lei foram apresentados, casos de registros criminais, cópias de estatutos, mas o Ministério continua no silêncio. E, de lá para cá, houve várias acções. Lembro-me que tínhamos um código penal que, nos seus Artigos 170 e 179 dizia que “é crime uma relação sexual entre duas pessoas como mesmo sexo”. Esse código era da Era colonial e Moçambique, já em 2014, fez a revisão do código penal e estes dois artigos foram removidos. Pode ter acompanhado que Moçambique, por volta dos anos 2015 e 2016 foi parabenizado à nível mundial pois foi considerado que Moçambique era dos poucos países de África que tinham descriminalizado a homosexualidade. Aqueles dois artigos abriam espaço para que dois homossexuais fossem criminalizados. Portanto, logo que Moçambique removeu, passou para a lista dos países que não criminalizam. Portanto, do ponto de vista legal, não há argumento que justifique a recusa de registo de uma organização que defende direitos humanos de minorias sexuais. Então, suspeitamos que a razão por detrás do silêncio era por causa do código penal. Mas isso foi revisto em 2014.

Tínhamos outro dispositivo, que era a lei das associações, que dizia que o "Estado não podia reconhecer uma associação cujo objecto é imoral. Mas o que é imoral para mim pode não ser para si. Então não existe moral colectivo. Cada um tem seus princípios, seus valores. Posto isto, apresentamos uma petição ao Conselho Constitucional recomendou a revisão da lei das associações para que esse artigo que dizia que o "Estado não podia reconhecer uma associação cujo objecto é imoral" fosse considerado inconstitucional. Isso foi feito em 2017. Ou seja, se olharmos, objectivamete, as leis em Moçambique, não há nenhuma que pode ser usada como provisão para não registo da associação LAMBDA. É uma questão de valores de pessoas. Há pessoas que não concordam com a homosexualidade, não aceitam as minorias sexuais e, sendo pessoas com bastantes poderes, simplesmente disseram que "nós não queremos que essa associação seja legalizada". Nada tem a ver com lei, apenas com pessoas bem posicionadas no nosso sistema. E, de lá para cá, submetemos queixa ao Tribunal Administrativo pois estamos numa violação da própria Constituição da República. Quando um ministério leva mais de 10 anos para responder um ofício, isso é grave. O pior é que nem sequer há uma resposta de indeferimento. Mas isso acontece porque as pessoas têm consciência que se indeferirem por escrito, estariam explicitamente a dizer "nós estamos a virar a constituição". O Tribunal Administrativo levou quase 5 (cinco) anos para responder e a resposta foi "recebemos o vosso processo mas a entidade que vos representa não tem legitimidade para vos representar". Depois de 5 anos! Pedimos apoio à Ordem dos Advogados que preparou o processo e nós submetemos. O Tribunal levou 5 anos para nos dizer que não devia ser a Ordem dos Advogados a tratar do processo. O Tribunal administrativo não julgou o assunto. Apenas disse que "o caminho que usaram não é o que deviam ter usado". Foi preciso 5 anos para dizer isso. Mas no meio disso, apesar de não haver o registo, sinto que Moçambique é um país tolerante. Tolerante porque a associação está a operar em todo o país e expandimos mais 36 distritos; ou seja, para além das capitais provinciais, temos mais 36 distritos. Temos boas relações com instituições de saúde, como o Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Combate ao Sida. Somos da linha da frente nas acções de combate ao HIV; somos convidados para eventos do governo, fazemos apresentações e, inclusive, há equipas de trabalhos regionais onde somos para representar Moçambique porque compreende-se que temos um papel na prevenção de HIV, sobretudo em assuntos de difícil alcance. Por um lado não temos esta questão de registo porque é um papel formal mas, por outro, há um reconhecimento de que temos um papel crucial pois damos uma resposta no que concerne ao HIV. Por conta disso, temos algum espaço para, pelo menos, poder trabalhar. Há dois anos, recebemos convite da Presidência da República e o convite veio até aqui. Nós tínhamos que sentar nas primeiras filas da frente, diante do Chefe de Estado. Isto significa que temos o problema de registo mas por outro lado temos espaço para trabalhar.

AJN: Em 2014 celebraram "semana gay", na cidade de Maputo. Em que consistiu a celebração?

RP: Há datas internacionais, por exemplo, temos o mês de Maio, que celebra-se contra homofobia, esse tratamento desigual ou cruel que é feito contra pessoas LGBT. Portanto há datas internacionais que comemora-se em todo o mundo e o que aconteceu foi a celebração de uma destas datas em Moçambique, que é mais para consciencializar os moçambicanos e chamada de atenção para juntos podermos construir um mundo mais inclusivo. Na altura eu ainda não estava na LAMBDA, mas já posso imaginar porque o nível de conhecimento que se tem sobre minorias sexuais é muito reduzido. Muitos de nós nascemos em ambientes que só pode se chamar de homens e mulheres, ponto final. Nós aprendemos que, no mundo, todas as pessoas são heterossexuais e ficamos nisso. Portanto há necessidade de fazer com que as pessoas tenham acesso à informação. Nós precisamos de ensinar pessoas que o mundo não é feito, apenas de pessoas heterossexuais. Deve imaginar que, de 2014 para cá, passam volta de 7 à 8 anos. O ensino, naquela altura, provavelmente, era muito diferente pelo que pode ter sido choque para algumas pessoas, devido à diversidade cultural, religiosa. Portanto pode ter sido choque para algumas pessoas mas para pessoas esclarecidas não houve choque algum. E, este movimento está a crescer. Está a crescer porque cada um no seu bairro, na sua casa, tem um homosexual, lésbica... Então, pouco a pouco vai ganhando consciência para começarmos a nos compreender melhor como sociedade e isso, de alguma forma, vai ajudar a construir um ambiente menos hostil.

AJN: Existe Associação Mulheres Jovens Líderes de Moçambique, uma Rede de Mulheres Jovens liderando iniciativas em prol dos direitos das Mulheres. Suas actividades consistem em mapear, visibilizar, unir e ampliar as vozes e contributos das Mulheres. Existe alguma articulação, tendo em conta que (também) advoga pelos direitos humanos, inobstante não especificar a questão LGBT?

RP: No nosso Plano Estratégico, temos um pilar chamado Sociedade Civil e esse pilar tem objectivo de assegurar que estejamos conectados com outras organizações que promovem defesa de direitos humanos. Pessoalmente, conheço a organização mas, neste momento, não temos nenhuma ligação formal. Mas sempre que for possível, nós celebramos contratos com organizações de sociedade civil, desde que tenhamos objectivos similares ou complementares, sobretudo no respeito pelos direitos humanos.

AJN: Tem havido alguns contactos de cooperação com algumas activistas que trabalham de forma particular, ou seja, aquelas que não estão inscritas em organizações ou aquelas da periferia, que (provavelmente) nem tenham nocção de feminismo, mas advogam pelos direitos humanos?

RP: Em termos de estratégia de actuação, nós trabalhamos com agentes comunitários, que são activistas. Esses activistas são nossos; fazemos formações sobre activismo. Neste momento temos volta de 240 a 247 ativistas espalhados pelo país. São esses que estão ali para fornecer os serviços. E uma das recomendações que damos é que "procurem, sempre, trabalhar com entidades de forma a facilitarem o vosso trabalho". Há uns anos, tínhamos uma iniciativa que chamávamos de "champions", que eram algumas personalidades, sobretudo, na música. Faziam publicidades, spots na área de LGBT. E, sempre que nós identificarmos alguém que queira juntar-se à nossa causa, é bem vindo.

AJN: No dia 30 de Novembro de 2021, a LAMBDA publicou, na sua página de Facebook (LambdaMoz), cujo conteúdo foi a descriminação da homosexualidade em Botswana. Nesse contexto, houve reações contra e à favor. Qual é o seu sentimento?

RP: Por um lado é um sentimento de alegria e satisfação pois algumas sociedades estão ganhando consciência sobre os direitos humanos. Por outro, é um sinal de que ainda persistem cidadãos rígidos, que não percebem que o movimento LGBT é pelos direitos humanos. Entretanto, nós vamos continuar a trabalhar para que haja alteração do comportamento social. Temos consciência que isso leva tempo mas pouco a pouco, iremos conseguir.

AJN: No dia 11 de Janeiro de 2022, publicou, novamente, alguma informação cujo conteúdo era a libertação de uma mulher transgénero, detida supostamente por questões de género, na província de Manica. Que mensagem transmite, a publicação?

RP: Como dissemos, algumas pessoas são homofóbicas. Tratava-se de uma mulher transgénero, detida apenas por ser transgénero. Foi uma privação de liberdade de um ser humano que não cometera nenhum crime. Ser transgénero não é nenhum tipo de crime. Portanto, decidimos partir para acção com vista à soltura daquela mulher inocente e conseguimos. A nossa mensagem foi de consciencialização humana sobre o género.

AJN: Considerando que as questões estruturais, nas comunidades recóndidas, são muito acentuadas, como acha que a comunidade tem recebido a vossa mensagem?

RP: É um facto que tem essas questões de "zonas recóndidas", entretanto a experiência tem nos mostrado o contrário. Temos muitas pessoas vivendo nos distritos, que expressam a sua identidade sexual normalmente. Portanto, ficamos com impressão de que o nível de descriminação tende a ser maior nas grandes cidades que nas pequenas vilas. E a razão por detrás disso é que nas pequenas zonas quase todas as pessoas conhecem-se. Então, se eu sei que em casa do tio João há um gay, eu conheço o nome. Portanto sei que é filho do tio

João. E como é filho de tio João, não tenho como apedrejá-lo pois o tio João conhece-me. Então torna-se uma comunidade em que todo o mundo conhece-se e protége-se, enquanto que nos grandes centros ninguém conhece ninguém pelo que é mais fácil apedrejar. Eu costumo dar exemplo comparativo de Nampula e Maputo. Maputo é a metrópole mas temos mais vibrações em Nampula. As pessoas saem e expressam-se normalmente. Então penso que nós, os moçambicanos, somos muito hospitaleiros. Moçambique não se compara, nem por perto, com outros países vizinhos que temos. Temos países onde ser LGBT pode significar uma sentença de morte.

AJN: Provenientes do uso de plataformas digitais, sobretudo do facebook, na sua opinião, que conquistas pertinentes a LAMBDA obteve no seu activismo?

RP: A Promoção da visibilidade da comunidade LGBT em Moçambique, pois com a expansão da Lambda para o nível nacional foi possível permitir que em todas as províncias do País, membros da comunidade LGBT pudessem ter espaços para interagir e auto apoiar-se. Acho que em Moçambique, hoje em dia, não é novidade falar de homosexualidade. Em todas as províncias, se formos a perguntar se sabem que existe LGBT, homosexualidade, muitos dirão que sim. Têm conhecimento que existe a comunidade de LGBT. Para mim esse é um dos ganhos que conseguimos através do facebook, porque canais de rádios, televisão... acarretam muitos custos e não teríamos capacidade de suportar. Mas o facebook, um pequeno video, texto, ajuda a partilhar com maior alcance a sociedade. Portanto estamos a contribuir para que a maior parte da sociedade tenha acesso à informação sobre os direitos humanos. Nós usamos muito as redes sociais e o facebook é uma ferramenta incontornável e, até posso dizer que a nossa página faz parte das mais vistas em Moçambique. Em 2020, numa eleição que foi feita, das páginas mais vistas, a nossa esteve nas primeiras cinco. E aí compreendemos que neste trabalho de activismo que estamos a fazer, 90% são jovens, e a forma de comunicação dos Jovens, hoje em dia, é pela internet. Portanto, nós aproveitamos o facebook para publicarmos as nossas mensagens. Normalmente, todos os dias temos uma publicação no facebook. Pode ser um artigo ou informações de algumas entidades. Sempre estamos lá.

AJN: Que dizer de possível paradoxo: por um lado o facebook para publicar e expandir as mensagens e, por outro, a possibilidade de ciclos de censura que contradizem as vossas mensagens?

RP: Nós temos um departamento de comunicação, cuja função é partilhar informações positivas. Claramente que, ao longo destes anos, já tivemos muitas pessoas que simplesmente entram na página para insultar, chamar nomes, ou seja para mostrar a sua homofobia. Mas não é nossa agenda. O nosso foco é partilhar informações positivas e

importantes para a sociedade. Nós começamos a capacitar agentes da polícia; começamos a fazer formação para funcionários de saúde; começamos a fazer formação para professores; começamos a fazer formação para juizes e outros actores das organizações da sociedade civil. Conscientes de que este conhecimento não é dominado por varias pessoas e, às vezes, algumas pessoas discriminam porque não sabem. E para que as pessoas saibam é preciso que tenham oportunidade de serem capacitadas. Eu me lembro que, certa vez, estavamos numa das formações com profissionais de saúde e, uma das funcionárias começou a chorar. Eu perguntei o que se passava. Ela disse que "muitas vezes, durante o trabalho já mandei embora alguém que vinham buscar serviços de saúde porque no BI (Bilhete de Identidade) da pessoa vinha um nome masculino entretanto a pessoa estava vestida de mulher. Eu, simplesmente, não atendi; mandei embora para que fosse trocar de roupa". Então, depois de passar por aquela formação compreendeu que a identidade de género é o que nos move; que aquela pessoa, apesar de possuir sexo masculino, ela identificava-se como uma mulher. O género é como ela identifica-se. Mas foi impedida de ter serviços de saúde. Aí voltou para casa com a enfermidade que lhe trouxe. E perdemos todos pois não voltará mais para aquele Centro de Saúde e vai passar a informação negativa para outras pessoas. E dizia "se eu tivesse tido esta formação, antes daquele episódio, a minha forma de atender seria muito diferente". E estas formações...é uma pena que tivemos limitações financeiras e não conseguimos fazer numa escala maior. E a experiência mostra que estas pessoas com capacidade têm sido nossos aliados. Outra experiência é de uma mãe que descobriu que o filho era *gay*. Levou o filho à polícia e disse "este meu filho anda com uns amigos *gays*, e esses amigos *gays* estão a transformá-lo". Falava no sentido de que os amigos do filho fizessem com que ele se identificasse como *gay*. Então, essa mãe foi meter queixa contra os amigos do filho. E calha que o oficial do dia que tomou a ocorrência era alguém que havia passado por uma formação nossa. Era um agente da polícia treinado. Começou a sensibilizar e explicar aquela mãe, que o seu filho não fora influenciado por ninguém a ser *gay*. Só tem aquela orientação sexual; que o facto de ter aqueles seus amigos não significa que estão a ensinar mas sim são seus pares e sente-se seguro estando com eles porque, provavelmente, compreendam-se. E a mãe saiu, de volta para casa, como seu filho. Portanto, isso é um dos impactos dessas capacitações que temos estado a fazer. Sobre a questão comunitária, já começamos a trabalhar com as comunidades. Estamos a capacitar e elas estão a tornar-se verdadeiras activistas. Estamos a apoiar as pessoas LGBT pois sofrem bullying e descriminação. Estamos fazendo o que podemos, mas temos consciência que ainda há muito trabalho por fazer.

AJN: A LAMBDA tem lançado concursos para contratação de pessoas, através da sua página no Facebook. Como tem articulado com a necessidade de empoderamento económico,

social sobretudo das pessoas integrantes na associação, tendo em vista a questão interseccional de activistas?

RP: A questão do empoderamento económico é um grande desafio para as pessoas vítimas de descriminação e porque, infelizmente, muitas das integrantes da comunidade LGBT não conseguem estudar e concluir o nível secundário. São bullyings que sofrem nas escolas; são bullyings que sofrem na comunidade e, por vezes, nas famílias onde residem. Portanto é difícil avançar até terminar o ensino secundário. E nós sabemos que se alguém não consegue concluir o ensino secundário, as chances de ter emprego formal, também, ficam reduzidas. E isso é preocupante. Há um estudo que fizemos, há dois anos, e provou que há problemas muito sérios no acesso ao emprego e, agora, no Plano Estratégico, decidimos criar parcerias com instituições de formação profissional, para que tenham oportunidade de formar-se e, portanto, poderem produzir a sua própria renda. E este ano começamos com o piloto; vamos treinar uma equipa de 12 pessoas, em empreendedorismo. Depois, com apoio dos nossos parceiros, vamos financiar pequenas iniciativas para ver se, a partir daí, as pessoas possam estabelecer pequenos negócios. Por um lado, vão gerar renda e, por outro, quiçá podem criar renda para outras pessoas. Portanto, se nós inciarmos com esse piloto este ano, vamos ver no que vai dar e veremos se, seguidamente, poderemos dar em uma escala maior. Falando das vagas que lançamos, nós somos uma comunidade LGBT mas no recrutamento não limitamos nas pessoas LGBT. Para um gestor de recursos humanos, identificamos as competências que um gestor de recursos humanos deve ter. Definimos os critérios e colocamos o anúncio no jornal. Falando nisso, estamos a fechar um processo de recrutamento e o que estamos a avaliar são as competências técnicas. É verdade que, quando trata-se de posição de activistas é preciso que seja de pares, devido à natureza do trabalho pois o objectivo é alcançar pessoas LGBT. Mas para posições meramente técnicas, optamos pela meritocracia.

AJN: Quais são os desafios e perspetivas da LAMBDA, mediante o advento de plataformas digitais, sobretudo de redes sociais?

RP: Um dos grandes desafios da LAMBDA é o acesso a educação, saúde e a aceitação social da comunidade LGBT: Infelizmente as escolas tendem a não ser locais seguros e inclusivos para com as pessoas LGBT por causa de situações de bullyng e discriminação perpetrada tanto pelos demais estudantes, bem co o por alguns professores e a consequência imediata tem sido os altos níveis de desistência da comunidade LGBT. Outrossim, o acesso aos serviços de saúde por parte da comunidade LGBT tem sido um outro desafio devido ao facto de o próprio ambiente hospitalar muitas vezes não se mostrar bastante acolhedor para com as pessoas LGBT que geralmente são vistas de forma diferente das demais pessoas que frequentam as unidades sanitárias e por outras vezes o nível de preparação dos próprios profissionais de saúde tem sido motivo para maus tratos, o que desmotiva a procura destes

serviços. Nos últimos anos tem havido algum esforço das autoridades de saúde para o treinamento dos profissionais de saúde para que possam oferecer atendimento amigável, mas dava a vastidão do serviço o processo levará ainda algum tempo para que sejam formados todos os profissionais de saúde. Temos que salientar, também, que a sociedade moçambicana tem enraizado valores heteronormativos, o que faz com que não se abra muito espaço para a aceitação das pessoas da comunidade LGBT. Por não se encaixarem nesta definição heteronormativa e como consequência deste aspecto, muitas das pessoas da comunidade LGBT não são facilmente aceites nas zonas onde vivem e inclusive há situações de pessoas expulsas do convívio familiar onde em principio deveria ser o local mais seguro para uma pessoa LGBT. O covid nos ensinou, de facto, que as tecnologias são muito importantes. Portanto, vamos continuar a aprimorar as nossas estratégias para que a nossa mensagem ou seja, a mensagem dos direitos humanos chegue à toda a sociedade. Infelizmente há muita desinformação, mas vamos continuar a difundir mensagens correctas e educativas. Vamos continuar a fazer com que as pessoas sintam que devem ser o que, realmente, elas são. Temos muita gente que leva uma vida de faz de conta, temendo perder sua posição social, descriminação, emprego entre outros males. Então nós vamos continuar para que a sociedade compreenda que cada um é como é e o mais importante é o respeito mútuo entre as pessoas. Vamos continuar a tratar do registo. Já tivemos encontros com várias personalidades, inclusive com antigos ministros da área de justiça. Muitos deles disseram “é melhor continuarem a fazer o vosso trabalho porque está mais que claro que esse assunto é mais político do que técnico”. Eu lembro-me que alguém disse “olhe, eu já estive naquela cadeira de ministro e, se dependesse de mim, já teria legalizado. Mas não me deixaram fazer isso”. Os políticos têm a sua lógica, não é?. Mas nós vamos usar todos os dispositivos legais para alcançar os nossos objectivos. Não sei se, daqui há cinco anos, darão resposta, mas não iremos desistir. E eu estou muito optimista porque estamos a conseguir levar os serviços até onde precisam. As pessoas estão a ter acesso à informação, ao apoio psicológico, à assistência jurídica. Isso é muito importante. Ano passado, eu levei 1000 (mil) pessoas para assistência em saúde e temos consciência que estamos a ajudar o próprio Ministério da Saúde a ter bom desempenho.

AJN: Algumas considerações finais?

RP: A falta de registo contribui negativamente. Por exemplo, podemos adquirir uma viatura...como registar? Tem de ser outra entidade a registar. Um imóvel...será em nome de quem? De um membro? Do presidente? Fica muito complicado. Portanto há um pouco de constrangimento administrativo. Mas temos estado a encontrar alternativas para continuar com o nosso trabalho. O Quinto Plano Estratégico Nacional para o Combate ao HIV. A LAMBDA fazia parte do Comité Director, que é uma equipa de âmbito estratégico que definia aquilo que eram os caminhos que deveriam ser seguidos. A LAMBDA está lá como

uma organização que colaborou para o sucesso na elaboração do documento. Portanto por um lado há um reconhecimento que a LAMBDA é uma organização importante para ajudar o governo a alcançar metas que assumiu em compromissos internacionais. Então sabe-se que é importante que nós estejamos ali para dar aquilo que é o nosso contributo. Eu costumo dizer que...eu acho que isso é muito mais importante do que o papel porque nós estamos a conseguir assegurar que as pessoas tenham acesso aos serviços. Estamos a conseguir que as pessoas tenham acesso aos testes, acesso aos preservativos, tratamento antiretroviral... damos melhor vida a estas pessoas. Então, mesmo sem registo, se estamos a conseguir fazer isto, é muito bom. Vamos continuar a lutar pelo registo porque é uma questão simbólica e pode, de alguma forma, inibir muitas situações de LGBT pois podem pensar que, se o governo não regista significa que não aceita pessoas LGBT em Moçambique. Portanto, vamos continuar a lutar pelo registo mas decidimos direccionar nossas energias para a provisão de serviços.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, sendo recorte de uma tese em curso, ou seja, não tratando-se de um trabalho encerrado e com verdades absolutas, não nos é fácil concluir; apenas tecemos algumas considerações, fazendo abordagem das suas principais conclusões e recomendamos futuros estudos, com maior profundidade.

Como explicamos, o percurso da presente pesquisa procuramos analisar o processo de apropriação das plataformas digitais, pelo movimento feminista, no âmbito de promoção de seu activismo em Moçambique.

Outrossim, compreendemos que o movimento feminista surge em protesto contra as desigualdades sociais e assumiu algma dinámica tanto devido à heterogeneidas de activistas componentes ao respectivo movimento, em relação ao género (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgéneros...), à raça (branca, negra) e à classe social (pobre, rica, analfabeta, periférica...) assim como ao advento das redes sociais, com base da internet. Essa dinámica social e tecnológica implicou a necessidade de reinvenção do activismo feminista, num processo que obrigou a apropriação das plataformas digitais, por meio das redes sociais.

Não há dúvidas que, ao falarmos do movimento LGBTQ+ remetêmo-nos no campo de sexualidade. De facto, é um campo que vem sendo discutido em diversos lugares e de várias formas.

Não obstante a Constituição da República de Moçambique advogar pela igualdade de direitos entre todos os cidadãos moçambicanos (Artigo 35), a homosexualidade ainda não é legalmente permitida pois não há leis contra LGBTfobia. Por outro lado, as pessoas homoafectivas não podem casar-se pois a lei da família define casamento como sendo "a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir

família, mediante comunhão plena de vida (Artigo 7)". Neste sentido, estamos perante um acto resultante de acordo mútuo entre um homem e uma mulher, ou seja, de pessoas sexualmente diferentes.

Aliás, o próprio princípio da igualdade do género, consagrado pela Constituição da República de Moçambique, segundo o qual "o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural" (Artigo 36), demonstra-se na perspectiva bipolar, limitado-se em dois géneros: masculino e feminino. Desta forma, ao assumirem casamento, estaríamos perante sexualidade revolucionária, tendo em vista que rompe os padrões sociais.

Entendemos que o activismo LGBT tem em vista a busca de consciencialização social para a recuperação dos direitos humanos das pessoas LGBT. Compreendemos, também, que no seu activismo, o movimento LGBT "bate-se com um muro LGBTfóbico" institucionalizado, segundo o qual todas as pessoas devem encaixar-se aos padrões heterosexuais, e, trata-se de uma institucionalização estrutural e cultural desse preconceito pois a sociedade moçambicana está organizada de forma a construir pensamentos e saberes sistematicamente LGBTfóbicas e as pessoas LGBT são vistas como anormais, doentes, possuídas por demónios e com aberrações aos "bons costumes" da sociedade.

Portanto, acreditamos que esse preconceito, que não deixa espaço social para as identidades LGBT, tende à desctiminação, causada por má formação de opinião e construções de padrões LGBTfóbicos.

Outrossim, podemos fundamentar algumas considerações adicionais pertinentes, como já havíamos salientado, pelo facto de o presente texto abordar o feminismo olhando para LGBTfobia, resistências e ativismos no âmbito de sexualdade e lazer revolucionários, sobretudo pelo seu rompimento de padrões sociais, caracterizadas pela concepção bipolar do género.

Da revisão de literatura crítica, conjugada com a entrevista aplicada, numa conversa que durou cerca de duas horas, no dia 24 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões da Associação, as informações recolhidas levaram-nos a compreender que o activismo LGBT tem em vista a busca de consciencialização social para a recuperação dos direitos humanos das pessoas LGBT, ou seja, quebrar as regras naturalizadas que consistem na LGBTfobia, exluindo socialmente e reduzindo os seus direitos de acessibilidade aos espaços públicos, entre outras formas de discriminação.

Não obstante, uma das considerações da nossa pesquisa, é facto de o movimento LGBT em Moçambique apropriar-se das plataformas digitais, no seu activismo, usando o Facebook como uma rede social com poder de não só possibilitar a quebra de barreiras geográficas, como também e sobretudo permitir um feedback permanente dos membros das organizações activistas e a sua articulação com a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Plural Editores. 2006.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 10/2004 de 25 de Agosto.

Recebido em 14/11/2022
Aceito em 23/02/2023



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426